

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC-GO

Mauro Guimarães de Oliveira Junior

**A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE E NORTE
DO IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS DE 1750 A 1821**

GOIÂNIA, MAIO DE 2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC-GO

Mauro Guimarães de Oliveira Junior

**A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE E NORTE
DO IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS DE 1750 A 1821**

Dissertação apresentada para o programa de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), como requisito para o grau de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo José Reinato.

Linha de pesquisa: poder e representação

GOIÂNIA, MAIO DE 2011

Oliveira Junior, Mauro Guimarães de
O48p A participação de Goiás na defesa da fronteira oeste
e norte do império Atlântico Português de 1750 a 1821
/ Mauro Guimarães de Oliveira Junior. -- 2011.
115 f.; il. : (mapas)

Bibliografia: p. 69-73

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Goiânia, 2011

“Orientação do Prof. Dr. Eduardo José Reinato”.

1. História de Goiás. 2. Império Atlântico Português –
expansão - Brasil. 3. Goiás – história - 1750-1821. I. Reinato,
Eduardo José. II. Título.

CDU 94(817.3)(043.3)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC-GO
MESTRADO EM HISTÓRIA

MAURO GUIMARÃES DE OLIVEIRA JUNIOR

A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE E NORTE
DO IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS DE 1750 A 1821

Dissertação submetida à comissão examinadora designada para avaliação como requisito para a obtenção do grau de mestre em História.

AVALIADORES

Prof .Dr. Eduardo José Reinato
(PUC-GO)
ORIENTADOR

Prof.Dr. Tiago Fernando S. e Silva
(UFG-GO)
EXAMINADOR

Profa Dra. Heliane Prudente Nunes
(PUC-GO)
EXAMINADORA

GOIÂNIA, MAIO DE 2011

*Dedico esse trabalho a minha mãe, pois sem ela eu nunca conseguiria vencer os
obstáculos que a vida me impôs.*

*Dedico a minha esposa Márcia, aos meus filhos, Ivan e Rafael, as razões de tanto
esforço e dedicação.*

*Dedico a meus irmãos Sergio, Érica e Gabriel que sempre me apoiaram nos projetos
idealizados.*

Dedico também aos meus familiares e amigos.

*Dedico a meu pai, que não está mais conosco, mas sua presença positiva e
amorosa sempre enche a minha memória de saudades.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Maria Aparecida Nunes Oliveira, a minha esposa Márcia Rosa da Silva e aos meus filhos Ivan Guimarães Silva e Rafael Guimarães Silva que sempre estiveram ao meu lado apoiando este projeto de estudo.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, principalmente a Wanderléia, Paracy e Flávia que também trilharam os caminhos físicos e mentais de uma empreitada pelo amor à ciência da História.

Ao meu orientador Dr. Eduardo José Reinato que com muito dinamismo orientou-me nesses anos de mestrado e fez com que eu sempre crescesse como profissional.

Aos meus professores do mestrado Dr. Heloisa Capel, Eduardo Jorge, Maria do Espírito Santo, Heliane Prudente, Eduardo Quadros, Aroldo Rimer, os quais também me ajudaram a construir este trabalho.

Não poderia esquecer, de agradecer também aos meus professores do Ensino Fundamental e Médio pela dedicação ao ensino que me proporcionaram.

À Universidade Estadual de Goiás onde graduei e hoje trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Estadual na pessoa de Maria Carmem Lisita pelo apoio à minha pesquisa.

À Secretaria Estadual de Educação e aos meus colegas de trabalho nas escolas da rede estadual de educação.

A todos os meus discentes da UEG e da rede estadual de educação.

À FAPEG pelo financiamento da bolsa de estudo.

A todos os meus amigos, que felizmente, não tenho como enumerar, pois são muitos.

RESUMO

Esta é uma dissertação de mestrado intitulada A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE E NORTE DO IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS DE 1750 A 1821. Apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO. Trata-se de um trabalho de mestrado que pesquisa sobre a História de Goiás cujo objetivo é investigar a importância de Goiás no contexto do Império Português não só como produtor de ouro, como usualmente é retratado pela historiografia goiana, mas determinando como Goiás participou da defesa dos limites oeste e dos territórios centrais do Brasil Colonial. A participação ativa da Capitania de Goiás na proteção da Capitania do Mato Grosso se deu com o auxílio em ouro, do quinto, e com impostos para custear a defesa dos limites a oeste do Brasil Colonial. E com o envio de tropas, quando requisitada, para as Capitanias de Mato Grosso e Pará, para a defesa dos limites do Brasil Colônia nesses territórios. Goiás serviu como ponto de apoio do Império Atlântico Português em territórios distantes do litoral e de difícil acesso. Para o Império Atlântico Português a defesa da Capitania de Mato Grosso e do Pará, bem como da Bacia do Rio Tocantins era importante por serem regiões ricas em ouro e produtos tropicais; se essas regiões fossem ocupadas poriam em risco as Minas Gerais e o litoral da colônia Brasileira.

Palavras-chave: Goiás. Império Atlântico Português. Fronteira. Soberania.

ABSTRACT

This is a dissertation entitled PARTICIPATION IN THE DEFENSE OF THE BORDER GOIÁS WEST AND NORTH ATLANTIC PORTUGUESE EMPIRE 1750 TO 1821. Presented to the Graduate Course in History at the Catholic University of Goiás - PUC-GO. This is a research paper on the history of Goiás and aimed to investigate the importance of Goiás in the context of the Portuguese Empire, not only as a producer of gold, as is usually portrayed in the historiography of Goiás, Goiás but determining how to participate in the defense of limits and west of the central territories of colonial Brazil. The active participation of the Province of Goiás in the protection of the Province of Mato Grosso was made with the aid of gold, the fifth, and taxes to fund the defense of the west limits of colonial Brazil. And with the deployment of troops, when requested, to the Captain of Mato Grosso and Para, to defend the limits of colonial Brazil in those territories. Goiás served as the fulcrum of the Portuguese Atlantic Empire in territories far from the coast and difficult to access. For the Portuguese Atlantic Empire to defend the province of Mato Grosso and Para, and Tocantins River Basin it was important because they are regions rich in gold and tropical products; if these regions were occupied would threaten the state of Minas Gerais and the coastal Brazilian colony.

Keywords: Goiás. Portuguese Atlantic Empire. Borders. Sovereignty.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Tratado de Tordesilhas.....	37
Mapa: 02: Mapa das Cortes.....	41
Mapa 03: Tratado de Madri de 1750.....	42
Mapa 04: O Caminho das Monções.....	55
Mapa 05: Divisão dos Bispados e prelazias do Brasil no século XVIII.....	69
Mapa 06: Caminho de Vila Bela a Capitania do Pará.....	86
Mapa 07: Limites de Mato Grosso com os domínios espanhóis e suas fortificações e povoações.....	94

LISTA DE PLANTAS

Planta 01: Fortaleza da Conceição.....	84
Planta 02: Forte de Bragança.....	89
Planta 03: Real Forte Príncipe da Beira.....	92
Planta 04: Forte de Coimbra.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quadro de sucessão da Coroa Portuguesa em 1580.....	23
Tabela 02: Ouro remetido de Goiás para Mato Grosso – 1759 – 1808 em Reis.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O PROJETO DE IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS.....	21
1.1 A União Ibérica e a sua influência no Império Marítimo Português.....	22
1.2 Os idealizadores do Império Atlântico Português.....	27
1.2.1 Padre Antônio Vieira.....	28
1.2.2 Dom Luís da Cunha.....	29
1.2.3 D. Rodrigo de Sousa Coutinho.....	31
1.3 Os tratados de limites entre Portugal e Espanha nos domínios da América.....	34
1.3.1 O Tratado de Tordesilhas 1494.....	34
1.3.2 O Tratado de Madri 1750.....	37
1.3.3 A missão dos padres matemáticos.....	38
1.3.4 A negociação do Tratado.....	40
1.3.5 Tratados de limites entre Portugal e Espanha pós-tratado de Madri.....	43
2 A EXPANSÃO DO IMPÉRIO POTUGUÊS PARA O INTERIOR DO BRASIL	46
2.1 A conquista do Oeste.....	46
2.2 O Oeste terra: de índio e ouro.....	47
2.3 O descobrimento das minas de Mato Grosso e Cuiabá.....	51
2.4 O descobrimento e povoação das Minas dos Goyazes.....	56
2.5 O povoamento e a administração de Goiás na primeira metade do século XVIII.....	61
2.6 O uso político dos domínios religiosos.....	65
3 A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA DEFESA DAS FRONTEIRA OESTE E NORTE DO BRASIL DE 1750 A 1821.....	72
3.1 Capitanias de Mato Grosso e Goiás - as chaves do propugnáculo do sertão do Brasil.....	73

3.2 A criação da capitania de Goiás e Mato Grosso.....	75
3.3 Rio Tocantins: uma porta inerte do interior do Brasil.....	77
3.4 Goiás e a defesa do propugnáculo do sertão.....	79
3.5 O conflito na fronteira entre espanhóis e portugueses.....	82
3.6 Goiás e a defesa e comunicação com o Pará.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

O processo de formação das fronteiras do Império Português no século XVIII é um tema bastante discutido na historiografia. No entanto, a maioria das obras faz referência aos conflitos mais ao sul Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões. Dentro desse processo será mostrada a participação de Goiás que mesmo sendo uma capitania central participa do processo de defesa e formação das fronteiras do Império Atlântico Português.

Partindo desse princípio, o tema central desse estudo é a Capitania de Goiás e o seu envolvimento na política de expansão e defesa das fronteiras do Império Atlântico Português, já que participou ativamente da defesa da fronteira oeste (Mato Grosso) e também da fronteira norte (Pará).

Estabelecem-se como delimitação temporal o período de 1750 a 1821, um recorte de dimensões extensas, mas também profundas nos acontecimentos, tornando-se necessário contextualizar os aspectos que envolveram a política do Império Atlântico Português em relação às fronteiras oeste e norte, bem como os acontecimentos que envolveram a Capitânia de Goiás.

Adotou-se esse corte temporal 1750 a 1821, pois foi nele que se processou a delimitação da fronteira do Império Português na América e foram firmados os principais tratados de fronteiras que deram contornos aos domínios portugueses na América.

Na historiografia goiana apenas alguns aspectos do assunto têm sido objeto de análise no bojo da história regional e não consta com ênfase a relação conjunta da Capitania Goiana com outras capitanias no processo de defesa dos territórios imperiais portugueses do Brasil.

O objetivo é corroborar com a historiografia goiana no estudo de acontecimentos de relevância mais abrangente, ou seja, não é só um estudo de aspectos locais, já que mostra a participação da capitania goiana e a relação com a capitania de Mato Grosso e do Pará na defesa e consolidação da fronteira do Império Atlântico Português.

Para tanto a pesquisa se baseia em fontes manuscritas do período proposto e foi utilizada a técnica da paleografia para analisar os documentos produzidos no

período de consolidação dos limites, principalmente oeste do Brasil e também das correspondências entre as capitanias, e pode-se observar que a Capitania de Goiás estava envolvida nos acontecimentos relevantes da defesa do Império Atlântico Português.

A pesquisa parte da hipótese de que Goiás teve papel relevante na política de defesa do Império Atlântico Português; Goiás atuou nos investimentos em fortificações e Mato Grosso na manutenção do sistema administrativo do Império por meio do ouro que enviara de 1759 até 1821; atuou também no envio de tropas para Mato Grosso e Pará, para a defesa de seus limites com as nações estrangeiras.

As análises referentes à participação de Goiás são reduzidas. No geral as questões ligadas a Goiás – na temática de fronteira – são tratadas como parte de livros em uma ótica regional, estática, sem uma abordagem que envolva aspectos políticos do poder Português na América nos séculos XVIII e XIX e da relação que houve entre as Capitanias nessa política de defesa.

Eurípedes Funes em seu livro “*Goiás de 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*”¹. Neste livro Funes faz uma análise muito bem montada metodologicamente sobre o período de crise da atividade mineradora e a transição para a atividade agropastoril, principalmente a criação de gado. Funes aponta o isolamento de Goiás como um fator crucial para o empobrecimento da capitania e a falta de investimento da Coroa portuguesa que gerou uma economia de subsistência, a qual predominou em Goiás no final do século XVIII e início do XIX, pois a atividade mineradora não proporcionou a acumulação de capital em Goiás devido à política adotada pelo império português que teve um desprezo total pela região (FUNES, 1986).

O estudioso afirma ainda que a atuação goiana na defesa da fronteira de Mato Grosso com os domínios espanhóis na segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX representa desgaste e um empobrecimento, pois não houve desenvolvimento para a Capitania de Goiás que entrara em declínio econômico.

A forma de abordagem do trabalho de Funes, ou seja, o princípio do seu trabalho analisa a decadência da mineração em Goiás enfocando seu objeto de estudo com uma abordagem regional com aspectos internos – apenas referindo-se a

¹ FUNES, Eurípedes Antonio. *Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração a agropecuária*. Goiânia, Editora UFG, 1986.

Goiás - gerada pela crise econômica da mineração e a transição para outra atividade econômica - a agropecuária.

Por outro lado pode-se afirmar que o envio dos recursos para Mato Grosso não foi um empobrecimento, mas sim um investimento da Coroa para imperar sobre uma região antes pertencente ao império espanhol, um expansionismo econômico de mercado e território, sendo crucial no momento histórico enfrentado por Portugal, pois a execução do projeto de construir um poderoso Império Atlântico Português, no território de Mato Grosso era muito importante para a consolidação de regiões centrais e norte dos domínios imperiais portugueses na América. Estes investimentos serviram para afirmação, proteção e limitação política de um território supostamente ilegítimo por tratados assinados entre Portugal e Espanha e também por acordos como o tratado de Madri, Santo Idelfonso e Badajos, que mesmo assinados sempre incorreram em disputas por parte das duas coroas na demarcação dos mesmos.

Outra obra que faz referência ao tema da administração do império neste período é o trabalho de Luiz Palacin no livro intitulado *“Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás”*². Este livro trata da política pombalina em Goiás e o objetivo é estudar a administração do governo português, dito iluminista, na capitania de Goiás; para isso o autor trata de dois temas, a acusação de corrupção no governo do Conde de São Miguel em Goiás, que Palacin trata com muitos documentos e grande destreza das palavras todo o jogo político envolvendo a administração do governo de Pombal; neste estudo Palacin concluiu que a administração portuguesa era feita por funcionários corruptos devido ao sistema empregado pela coroa, não havendo como frear tal prática, pois isso implicaria em desarticular o que estava proposto pela administração imperial desde a sua ocupação na América, foram citados vários casos de Governadores que enriqueceram e retornaram a Portugal ricos e nenhuma punição foi aplicada aos mesmos.

O outro tema que envolve o livro de Palacin e corrobora com esta dissertação é a administração pombalina, além da política envolvendo os jesuítas acusados de subversão. Para Palacin os Jesuítas em Goiás não acarretavam o menor perigo, devido haver somente dois em Goiás e Mato Grosso. Para o autor era um absurdo

² PALACIN, Luis. *Subversão e Corrupção: Um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia, Ed. UFG, 1983.

essa política de expulsão dos Jesuítas devido o pequeno número, dois homens, não acreditando no mal que eles poderiam causar à coroa, que chegou ao “extremo” de usar o ouro do quinto recolhido em Goiás, que era tido como intocado no envio para Mato Grosso para as despesas com a defesa de suas fronteiras com os domínios imperiais espanhóis.

Mais uma vez a análise faz referência da parte não envolvendo o todo e do ponto de vista apenas regional não ocorre para um entendimento geral, ou seja, o projeto político do império português, mesmo o livro tendo como objetivo analisar a administração do império Português. Palacin deixa passar o fato do perigo que os mesmos jesuítas estiveram sujeitos, mas do lado do império espanhol estavam causando na disputa das fronteiras nas partes do sul e principalmente na fronteira de Mato Grosso com os domínios do império espanhol. Pombal preocupava-se em defender as fronteiras, devido os jesuítas espanhóis fazerem guerra nas fronteiras dos dois impérios ibéricos, pois estavam atacando com seus índios os domínios de toda a fronteira e, com a sua expulsão, diminuía os problemas que a Ordem de Cristo causava a Portugal.

Outro temor é que mesmo sendo de impérios diferentes a Ordem de Cristo estava presente e com grande poder no Império Português como também no Império Espanhol, ocupando grade faixa de fronteira podendo causar um problema latente; se os mesmos irmãos de ordem, tanto portugueses como espanhóis, se juntassem e causassem problemas com seus índios nas fronteiras vazariam informações importantes sobre as forças de cada potência e, até mesmo, fariam um império jesuítico na América, assim surgindo mais uma potência a disputar o espaço pretendido pelo Império Português.

O livro de Gilka Salles *“Economia e Escravidão na Capitania de Goiás”*³ estuda o período chamado minerador em Goiás. Salles faz um estudo da economia goiana no século XVII e início do XIX, tendo como objeto de sua pesquisa a escravidão e sua importância na economia mineradora em Goiás. Nessa pesquisa Salles toma como método de abordagem a Longa Duração.

³ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

Foi o ouro que deu origem à Capitania de Goiás e determinou-lhe o progresso no século XVIII. Seu predomínio durou cerca de cinquenta anos, compreendendo as fases de ascensão, apogeu e início de declínio, que em longo ralentado evoluiu para a simples mas, como lembra Braudel, quando se trata abrangeu todo um século mas, um período de fôlego longo, exprimindo-se através de um tempo quase imóvel, melhor pode apontar a tessitura de sua história⁴.

Salles traça toda a formação geográfica de solo e relevo da capitania de Goiás, estabelece também os ciclos econômicos baseados em Kondratieff, comparando esses ciclos entre a Inglaterra, Brasil e Goiás. Por meio desses ciclos ela traça um fio condutor para as suas argumentações.

A pesquisa de Salles também se refere à política de Império Português e a relaciona ao Brasil e Goiás; trata não apenas de forma regional, mas faz uma abordagem macro e enfoca a conjuntura luso-brasileira no período minerador; essas políticas foram para Salles o princípio norteador da economia Goiana.

Ela ainda ressalta que o ouro descoberto no Brasil modificou a situação financeira e fez com que Portugal equilibrasse sua balança comercial com essa produção aurífera; ao mesmo tempo aborda a diplomacia portuguesa no período e os tratados diplomáticos com as potências européias e o reflexo dessas políticas nos acontecimentos no Brasil e Goiás. Partindo desse princípio Salles mostra a política de territórios e diplomacia no Brasil e o que reservava a Goiás em meio a esse complexo mosaico de acordos e guerras.

Uma boa parte dessa política foi o tratado de Madri em que Goiás teve papel importante, pois fora avisado pelo conselho Ultramarino na pessoa de Alexandre de Gusmão que deveria defender a Bacia do Rio Branco e também do Rio Tocantins *“pois essas áreas poderiam ser tomadas com duas ou três companhias de soldados espanhóis”*.⁵ Alertou para a necessidade de se estabelecer a defesa dessas regiões importantes para a soberania portuguesa. Salles trata do tema sem o aprofundar e faz referência apenas ao trabalho do estadista Alexandre de Gusmão ao citar em suas obras a importância de se defender a fronteira oeste nos domínios do ultramar. Salles indicou um bom caminho para se estabelecer esta pesquisa, pois com a

⁴ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG. 1992, p. 13.

⁵ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG. 1992, p. 43.

leitura de seu livro, compreendeu-se a importância de Goiás nesse período estabelecido.

O valor da defesa e do poder na fronteira oeste na parte de Mato Grosso é de muita importância e trabalhada na historiografia daquele Estado com trabalhos específicos sobre o tema como o de Luiza Rios Ricci Volpato, “*A conquista da terra no universo da pobreza*”⁶. Este trabalho trata da expansão dos domínios portugueses, a forma de expansão ao usar a população e as fortificações dos domínios à medida que vai avançando por dentro da América Espanhola. No intuito de aumentar o mercado para os produtos dos comerciantes portugueses buscou-se a prata das minas de Potosi, onde se fazia o comércio – contrabando - com os castelhanos daquela região, sendo uma forma de enriquecimento.

Em seu livro Volpato expõe o desejo português de encontrar meios de promover o comércio com as minas de Potosi. Tal anseio provém do século XVII e envolveria um grande montante de recursos. A autora não menciona a participação de Goiás nesse processo e isso evidencia que o estudo da História de Mato Grosso também remete a uma análise apenas interna, portanto não relacionada a um estudo mais geral que enfocasse uma abordagem macro dos acontecimentos relacionados ao Império Português.

Outro trabalho clássico da História de Mato Grosso é a obra de Virgílio Corrêa Filho com o título de “*História de Mato Grosso*”⁷. O objetivo deste autor é fazer uma construção da História de Mato Grosso. O livro foi lançado em 1969 com uma clara influência de Braudel, pois trata da formação geográfica: solo, clima, recursos hídricos, vegetação, economia, sociedade e cultura. Enfoca também a análise da longa duração. É rico em fontes documentais, mapas, tabelas e gráficos, ao traçar com muita riqueza de detalhes, em quase 750 páginas, a História daquela região. Mostra o período minerador e os conflitos na fronteira de Mato Grosso com os domínios Espanhóis.

O livro de Correa Filho faz referência à participação de Goiás nesse processo, mas não trata de uma análise profunda havendo apenas algumas referências no texto, mesmo contendo em seu anexo um mapa geral de receita e despesas das

⁶ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719 – 1819*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1987.

⁷ CORREA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação. 1969.

reais rendas da capitania de Mato Grosso no ano de 1774 em que consta o envio de 44:531\$775, informando as despesas que vieram de Goiás provenientes dos reais quintos. Quantia vultosa e que não poderia passar despercebido, pois nesse mesmo ano a capitania de Mato Grosso arrecadou 102:767\$728; perceber-se que o “empréstimo” vindo de Goiás ficava em torno de 40% da arrecadação de Mato Grosso. Isso por si só merece um estudo aprofundado das relações entre as capitanias e a defesa da fronteira do Império Atlântico Português.

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar a importância que Goiás teve na defesa da fronteira oeste, norte e da bacia do Rio Tocantins. Este tema não foi estudado em seu bojo na historiografia goiana, pois esta tem abordado os aspectos internos e não destaca uma visão macro. Assim, negligencia o aprofundamento do tema e da relação que tiveram as capitanias localizadas no coração do sertão do Império Atlântico Português.

Goiás exerceu papel importante no Império Atlântico Português não só como produtor de ouro, mas também como um importante apoio à colonização, a qual, antes de tudo, significa uma afirmação militar para haver uma dominação política de um território.

Território é a parcela geográfica que serve de *habitat* exclusivo a um grupo humano, um grupo animal ou um indivíduo. Diz-se de forma exclusiva, por que o grupo indivíduo tende a manter zelosamente seu direito de preservar e explorar essa área geográfica sem interferência de outro grupo ou de outros indivíduos⁸.

O processo de colonização se origina na expansão territorial e tem como objetivo avançar sobre um espaço novo a fim de incorporá-lo e criar uma nova estrutura nos territórios incorporados ao patrimônio da sociedade expansionista; a estrutura implantada no novo território se articula com os interesses de um centro difusor que atua como núcleo irradiador do dinamismo territorial.⁹ Para se constituir esse território e exercer o direito à soberania estatal há a necessidade de legitimar e

⁸ Dicionário de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro 1986, p. 1227 a 1229.

⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. Territórios e História no Brasil. São Paulo. Ed. Annablume, 2005, p. 63 a 65.

delimitar as áreas territoriais, ou seja, construir uma barreira demarcadora chamada de fronteira.

O conceito político de fronteira foi empregado desde o período feudal e o termo era empregado como linha de demarcação de dois sistemas de poder que se caracterizavam pela instabilidade. A partir do século XIII, devido às transformações decorrentes do surgimento da necessidade para se estabelecer reinos, o conceito de fronteira passou a se definir por uma postura de defesa militar, uma consciência de grupo e de território comum. A partir da Renascença surgiram os mapas para definir os limites dos Estados, sendo então a fronteira um conceito político que não só define os confins de um Estado, mas também faz a separação entre dois países¹⁰.

O desenvolvimento da cartografia utiliza a concepção linear para se fazer racionalmente as marcas limítrofes dos Estados que se definem por meio de categorias como limites e fronteiras. Lia Osório afirma que há diferenças essenciais entre as categorias limites e fronteiras que escapam ao senso comum. O limite passa a designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna, pois está orientado para dentro um fator de separação.

A palavra *limite*, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de *territorialização*¹¹.

Já a definição de fronteira, para Lia Machado nos explica é o lugar que está orientado para fora, o começo do Estado, orientando o lugar para onde se tende a expandir.

A palavra *fronteira* implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere -- o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que

¹⁰ Dicionário de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1986, p.498 - 499.

¹¹ MACHADO, Lia Osório. LIMITES, FRONTEIRAS, REDES, in, T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49. Disponível em: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998.pdf. Acesso 10/02/2011.

os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política¹²

A definição das fronteiras na América teve seu primeiro reconhecimento com o tratado de Tordesilhas com sérios problemas de demarcação. A partir do século XVIII as noções entre limites e fronteiras estavam sendo desenvolvidos na Europa; foi com a assinatura do tratado de Madri, em 1750 e Santo Idelfonso, em 1777, que se definiu a noção muro-fronteira na concepção de limite linear. O interesse das Coroas Ibéricas com esses tratados era pela definição da posse e o traçado de seus limites demarcando a sua soberania na América.

Até o século XVIII, os limites das possessões, fossem reinos ou soberanias, eram, com frequência, imprecisos. Foi no decorrer daquele século que se difundiu na Europa a noção de muro-fronteira ou de uma razão de Estado linear¹³.

O território é o lugar onde se interage, pois é a interação que define a fronteira bem como os limites, portanto nos limites é que se define a condição de soberania do Estado, sendo um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, pois a soberania é:

Uma noção análoga que aparece no direito internacional sob a forma de 'estado livre e soberano', em oposição aos estados que não gozam de autonomia.¹⁴

O interesse da coroa portuguesa era definir seus limites demarcando o território sob sua soberania para que houvesse um franco investimento em ocupação das fronteiras, pois a economia aurífera implementou o comércio em regiões internas do

¹² Idem.

¹³ MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In. <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf>. Acesso em 10/02/2011.

¹⁴ Dicionário de Filosofia, Edições 70, Lisboa Portugal, 1983, p. 350.

Brasil, levando a fronteira econômica muito a oeste - Mato Grosso e Goiás - que agora não só ficava restrita ao litoral, mas também internamente com um comércio ativo que utilizou caminhos fluviais e terrestres para manter regular o abastecimento de regiões tão distantes. A coroa investiu em fortificações para conter qualquer avanço por parte de nações estrangeiras em todas as regiões de limites do Brasil e estabeleceu um limite jurídico da soberania portuguesa em seu território.

Essa dissertação se organiza em três capítulos. O primeiro, *O projeto de império Atlântico português* descreve como se processou a política imperial Portuguesa após a restauração da coroa com o fim da união ibérica e nesse processo muitos políticos traçaram projetos para se estabelecer um poderoso império Atlântico português. E ao analisar processou as atuações políticas de Portugal no cenário europeu e os acordos entre os tratados e limites entre as coroas ibéricas e seus territórios ultramarinos na América. O objetivo desse capítulo é mostrar como o Brasil passa a figurar como parte principal do império português ao necessitar definir uma política de defesa e legitimação da soberania portuguesa na América.

O segundo capítulo, *A expansão do império português para o interior da América*, trata de mostrar a expansão da fronteira do império português para o oeste com a descoberta das minas do Mato Grosso e Goiás, enfocando a atuação dos Bandeirantes e do cotidiano nas bandeiras, constituindo um quadro em que a fronteira oeste apresenta uma nova configuração como centro de produtores de ouro ligados ao comércio internacional. Centrou nas medidas políticas empreendidas pela coroa para organização de uma estrutura administrativa com a criação das prelaças de Goiás e Mato Grosso no intuito de conseguir apoio do Vaticano para legitimar soberania e subsídios para a negociação no Tratado de Madri. Essas medidas mostram as políticas portuguesas em relação ao avanço da fronteira do Império Português para dentro da América como elemento de progresso e a necessidade de integração desses territórios tidos com muito importantes para o Império Atlântico Português não só como produtores de ouro, mas também como expansão territorial.

O terceiro e último capítulo, *A participação de Goiás na defesa da fronteira oeste do império Atlântico português de 1750 a 1821*, destaca a participação de Goiás como ponto vital na estratégica geopolítica do Império Atlântico Português. O objetivo deste capítulo é evidenciar que Goiás não só serviu como produtor de ouro,

mas também ponto de ligação entre o litoral, tanto do Atlântico via Minas Gerais, São Paulo e Bahia, bem como o litoral do Caribe via Maranhão e Grão Pará, estando a meio caminho de uma eventual invasão. E de Goiás se fazia resistência e ponto de apoio a uma invasão estrangeira, principalmente Mato Grosso que era mais distante dos centros administrativos do Império Português.

No intuito de defender tais territórios, Portugal criou as Capitanias de Goiás e Mato Grosso em território antes pertencente – que por falta de demarcação do tratado, Portugal expandiu seu território - à Espanha pelo tratado de Tordesilhas, mostrando a importância desses territórios para a defesa do Brasil, principalmente da Bacia do Rio Tocantins que era ponto estratégico no centro do Brasil e deveria ser ocupado e defendido. A presença dos espanhóis nas fronteiras de Mato Grosso após o Tratado de Madri fez com que ficasse a cargo de Goiás ajudar Mato Grosso no que fosse necessário para a sua defesa, tanto com ouro (esse ouro foi enviado de 1759 até 1821), bem como com soldados quando havia conflito com os espanhóis. Destaca-se também neste capítulo a ajuda de Goiás à Capitania do Grão Pará que recebeu contingentes de soldados goianos para os conflitos envolvendo a fronteira norte.

Procurou-se destacar o envolvimento de Goiás dentro da política imperial portuguesa em um cenário mais abrangente e não apenas em uma visão estática e que se processe somente por meio dos acontecimentos internos a capitania goiana. Descreve-se um cenário envolvendo um todo, o Império e sua política e, conseqüentemente, dentro desse processo em que a fronteira oeste e Goiás eram regiões estratégicas para o império português, destacando o caráter decisivo de Goiás na defesa e consolidação da fronteira oeste integrado à política imperial como território de ação e controle estratégico.

1 O PROJETO DE IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS

Nesse capítulo pretende-se elaborar um quadro sobre os acontecimentos relevantes que envolveram o império português e sua dinâmica para se estabelecer um império Atlântico enfocando principalmente os acontecimentos políticos que envolveram o Brasil com o objetivo de formar um panorama que norteou os principais acontecimentos políticos do Império Português no Atlântico tendo como recorte a América do Sul, mostrando o panorama político que envolveu a política imperial portuguesa no século XVIII e início do XIX.

Esse capítulo trata da elaboração de três acontecimentos relevantes acerca da dinâmica do Império Português. Um deles foi postura no final da união ibérica em se fazer um poderoso Império Português Atlântico e mostrar a influência da união ibérica na configuração da nova política imperial portuguesa. Após a restauração da coroa pelo duque de Bragança Portugal passou a reconfigurar sua ideia de império. O interesse de Portugal era fazer um grande império Atlântico e para tanto usou o Brasil como ponto estratégico.

Após a União Ibérica o Atlântico foi tido para os portugueses como uma via estratégica onde se deveria reconfigurar o império português. Os motivos de se fazer essa reconfiguração foi devido à crise gerada pela expansão da colonização tanto holandesa quanto francesa e inglesa para o Oriente. Na expansão dessas novas potências marítimas Portugal perdeu vários territórios imperiais importantes na Ásia e África e restou aos portugueses, após o fim união ibérica, reorganizar o império em seus territórios coloniais na América.

O segundo acontecimento relevante refere-se dos principais idealizadores de um Império Atlântico Português em razão da importância dada ao Brasil por esses políticos. Apresenta-se um quadro dos principais idealizadores de um poderoso império luso-brasileiro durante o século XVIII que enfocavam o Brasil como parte principal do complexo imperial Atlântico, com várias teorias sobre a política portuguesa para o Atlântico. Por fim, visualiza-se o quadro dos acontecimentos notórios com os tratados dos limites entre as colônias portuguesas e espanholas na América - primeiramente o Tratado de Tordesilhas, Madri, Santo Idelfonso e Badajos

que tentaram delimitar os territórios de soberania tanto Espanhola quanto Portuguesa na América.

1.1 A União Ibérica e a sua influência no Império Marítimo Português

A União das coroas portuguesas e Espanholas (1580 a 1640) influenciou a política do Império Português. Foi nesse período que houve desestruturação do império português na Ásia e com o fim da união das duas coroas Portugal passou a reconfigurar seu império a partir do Atlântico, principalmente com o Brasil que passou a ser a parte mais importante do império e alvo da atenção de políticos que enfocaram o Brasil como parte mais importante do Império. Esses políticos atentavam para a necessidade da expansão territorial, reforço de suas defesas e delimitação de seu território. Mediante a importância do Brasil a Coroa Portuguesa buscou expandir e delimitar seu território, portanto negociou com a Espanha um tratado que traria a soberania para os portugueses dos territórios ocupados. Em meio a esses tratados as disputas de fronteira se intensificaram, principalmente entre os anos de 1750 e 1801. O estudo desses acontecimentos se fez necessário devido à importância que o Brasil passara a ter para o Império Português, assim foi necessário esclarecer as bases que mais tarde seriam as disputas pela fronteira oeste em meio aos tratados assinados entre as coroas espanholas e portuguesas.

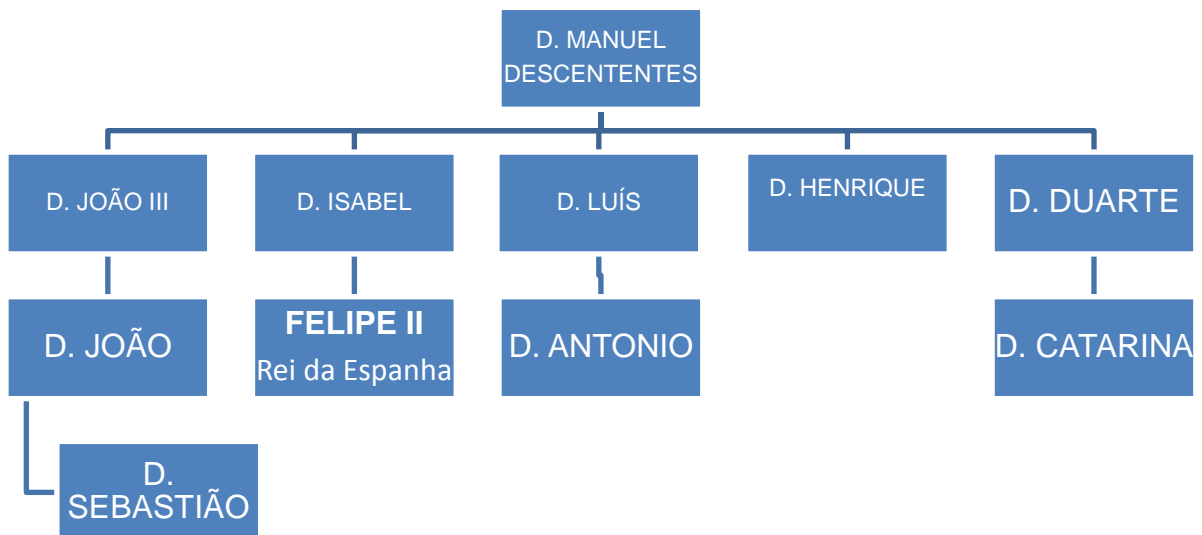
D. João III morreu em 1557 e deixou como herdeiro do trono português o neto D. Sebastião que tinha apenas três anos de idade, por isso a regência do reino passou a ser exercida pelo irmão de D. João III, D. Henrique e, em 1568, D. Sebastião assumiu o trono com quatorze anos de idade. Seu reinado foi marcado pela obsessão de lutar contra os infiéis inimigos da cristandade.

Em 1568 D. Sebastião começou a governar. Tinha sido educado para reinar, isso é, tinha sido criado no culto do heroísmo militar e do caráter quase divino da pessoa real. Muito cedo se radicou nele a convicção de que Portugal seria o salvador da cristandade ameaçada e ele o instrumento dessa salvação¹⁵.

¹⁵ SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal, Coleção Saber editora. Publicações Europa-América, 1979, p. 164.

Em 1578 então com 24 anos de idade ele empreendeu uma luta contra o sultão do Marrocos nas proximidades de Alcácer Quibir sendo morto e seu exercito todo perdido. Esse empreendimento custou a Portugal uma luta pela sucessão do trono, pois D. Sebastião morreu sem deixar descendentes, assumiu seu lugar o tio-avô D. Henrique que nesse momento com sessenta e quatro anos de idade estava muito doente e também não tinha descendentes; o trono passou a ser disputado pelos netos de D. Manuel conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 01: Quadro de sucessão da coroa portuguesa em 1580



Fonte: SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal, Coleção Saber editora. Publicações Europa-América, 1979, p. 165.

A disputa sucessória teve início, e os portugueses tinham um dilema: ou ficavam com a independência, isso significaria apoiar D. Antonio, prior do Crato - que chegou a cogitar a mudança da corte em 1580, para abrigar a corte exilada no Brasil, mas o local escolhido foi a França¹⁶ - ou D. Catarina, duquesa de Bragança. Na disputa também estava Felipe II, rei da Espanha e isso significaria a união das

¹⁶ SCHULTZ, Kirsten. Versalhes Tropical: Império, monarquia e a corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 – 1821. Tradução de Renato Aguiar. Editora civilização Brasileira. 2008.

coroas ibéricas e, conseqüentemente, Portugal perderia a liberdade, e passaria a ser tratado como parte dos domínios de Felipe II, rei da Espanha. A opção tomada pelos portugueses foi pela união das coroas ibéricas.

A dominação espanhola em Portugal teve início em 1580 e foi até 1640. Em primeiro lugar, Felipe II era um grande articulador. No que diz respeito a Igreja Católica o clero português o apoiava por sua condição de força contra os ameaçadores protestantes. A nobreza lusitana viu nele privilégios quanto à sua condição de classe e na diplomacia da época ele não era visto como um usurpador do trono português, mas sim seu herdeiro legítimo devido ao grau de parentesco. Para os burgueses a vantagem seria os novos mercados abertos no vasto império espanhol e na defesa do comércio com o Brasil e Oriente pela poderosa esquadra espanhola.

Em Portugal, a princípio, as mudanças não foram estruturais no campo administrativo. As duas nações se mantiveram separadas, apenas passando a existir um vice-rei em Lisboa, representando Felipe II, pelo tratado de Tomar em 1581. Portugal não seria tratado como um país conquistado, mas sim como parte da Coroa espanhola¹⁷.

O interesse de Felipe II era no complexo colonial do Atlântico português, pois queria tomar parte do trato Atlântico e direcionar sua política para a África. Portugal passou a ser o principal fornecedor de mão-de-obra escrava para a América. A falta desse comércio atrapalhava bastante o desenvolvimento das atividades econômicas na América Espanhola.

No entanto, no século XVI, Portugal passou a se articular com os inimigos da Espanha, principalmente, os holandeses que comercializavam com Portugal o açúcar produzido no Brasil. Com a União Ibérica o vantajoso negócio estava rompido. Como os Holandeses libertaram da coroa da Espanha o conflito com a Espanha se intensificou, pois esta proibia qualquer negócio com seus inimigos em seu reino. Por sua vez Portugal teve de interromper as negociações com os Holandeses que amargavam prejuízos devido à interrupção do lucrativo negócio da distribuição de açúcar brasileiro na Europa.

A burguesia mercantil holandesa não tardou a revidar. Criou a Companhia de Comércio das Índias Orientais e depois a das Índias Ocidentais que tratou de invadir

¹⁷ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. I A época Colonial. Volume 1. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1989, p. 180.

a zona canavieira da América Portuguesa. Tentou em primeira instância a Capitania da Bahia em 1624 e 1625 sem sucesso permanente. Em outra incursão conquistou Pernambuco o maior produtor de açúcar brasileiro no período de 1630 a 1654. Além de invadir o Brasil os holandeses também partiram em busca das colônias portuguesas na África e Ásia.

Os holandeses de olho o tráfico negreiro, e também interessados em abastecer de mão-de-obra escrava os engenhos do nordeste brasileiro invadiram a colônia portuguesa na África. Com a invasão de Angola pelos holandeses, criou-se um empecilho no abastecimento de escravos para o Brasil e este fato aumentou os custos da produção do açúcar brasileiro.

Devido a essa invasão a coroa da Espanha procurou expandir a ocupação portuguesa na América. A Espanha, com receio de uma maior invasão de suas fronteiras, passou a dar ordens aos portugueses que ocupassem a Bacia Amazônica e fechassem uma entrada por meio da qual se atingia o Peru. Em 1616, sob a hegemonia de Madri, os portugueses instalaram-se na foz do Amazonas onde ergueram o Forte do Presépio que daria origem à cidade de Belém e, uma vez estrategicamente instalados, estenderam o controle sobre a Bacia Amazônica.

A ocupação da bacia amazônica facilitou as investidas dos bandeirantes apesadores e padres Jesuítas na busca de indígenas nas regiões centrais e norte do Brasil que desciam os rios Amazonas, Madeira, Araguaia, Tocantins e levavam aos sertões várias expedições de apresamento e catequização.

Essa atividade oferecia aos bandeirantes grandes lucros. Da mesma forma adquiriram bastante conhecimento dos rios e caminhos nos sertões da América, além da captura de indígenas. Algumas vezes retornavam a São Paulo com pequenas quantidades de ouro de aluvião dos rios e, principalmente nas áreas *do Paraopava*, ou seja, o Rio Araguaia. Formaram assim as lendas dos martírios¹⁸.

A União Ibérica influenciou a expansão portuguesa, pois permitiu a penetração pelo interior do Brasil devido à suspensão de fato do obstáculo jurídico representado pela Linha do Tratado Tordesilhas. Não mais fazia sentido, devido às coroas estarem unidas. As bandeiras constituíram um fator importante na configuração do dilatamento das fronteiras, especialmente porque se dirigiram rumo às áreas “desabitadas” do interior do Brasil pelas quais nunca se interessaram os espanhóis,

¹⁸ PALACIN. Luis. O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822; estrutura e conjuntura em uma Capitania de Minas. 4ª. Ed. Editora UCG, 1994, p. 11.

em termos de colonização efetiva, pois estavam voltados para a região da mineração andina.

Desde 1616 os portugueses promoveram várias entradas no sul em direção ao Porto dos Patos e do Rio Grande e investiram sobre o território do Paraguai, Guayra, Jerez e Villa Rica, um franco desafio à autoridade do Rei da Espanha, senhor da coroa portuguesa¹⁹.

A captura dos silvícolas era devido às atividades agrícolas realizadas principalmente pelos paulistas que afastados do centro exportador dominante - na época o Nordeste - e em busca de meios de enriquecimento usavam a mão-de-obra indígena para a lavoura e transporte de mercadorias. Contudo, na primeira metade do século XVII houve um grande aumento do tráfico indígena e aperfeiçoamento de técnicas de apresamento em virtude das investidas paulistas contra as missões jesuíticas estabelecidas na bacia platina, onde capturaram grande contingente de indígenas já acostumados e aptos aos trabalhos braçais²⁰.

Mas a preocupação principal da Espanha não era quanto aos bandeirantes, mas sim as nações estrangeiras que se encontravam com muitas forças e ameaçavam a região Norte e Nordeste do atual território brasileiro.

Pelo ponto de vista da expansão territorial - em se tratando das possessões coloniais na América - a união ibérica foi muito favorável a Portugal, pois a extensão de seus domínios e conhecimento dos sertões e novas atividades econômicas como no extremo norte, as missões católicas catequizadoras dos gentios e pela colonização leiga que explorava os produtos naturais da floresta Amazônica: o cacau, a salsaparrilha e outros, contando com uma via de acesso importante para se ir adentro da América²¹.

Por outro ângulo – em se tratando do império na África e Ásia - a União Ibérica não foi tão favorável. Quando se findou a União Ibérica no ano de 1640, tempo em que fora elevado ao trono português o conde de Bragança, sendo coroado rei com o nome de D. João IV, este herdara um império todo problemático, longe do que Portugal representara com D. Manuel. Primeiramente o tesouro português fora

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança. 2ª Ed. São Paulo: Ed. UNB, 1995, p. 26.

²⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. I A época Colonial. Volume 1. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 278.

²¹ PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 24. Ed. São Paulo, Editora Brasiliense S/A, 1996, p. 37.

levado à Espanha, colônias da África e Ásia, sendo atacadas e algumas invadidas por outras nações que questionavam a noção empreendida de *maré clausum*²², ou seja, mar fechado, imposto por Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas.

No Brasil, sua mais rica colônia os holandeses expandem suas possessões nas ricas regiões do Nordeste produtoras de açúcar. Isso gerou um quadro complexo que exigia de seus políticos um projeto para a restauração do império, um novo ânimo para a consagração e construção de um poderoso império formado no Atlântico. A vastidão global que Portugal dispunha estava comprometida e restava a Portugal sua mais rica colônia, o Brasil, que juntamente com as colônias africanas como Angola permitiram restaurar o império português no Atlântico -- a principal fonte de renda para Portugal desde a união Ibérica.

A situação de Portugal, no entanto, era estar: enfraquecido como potência marítima, mas na América tinha como uma colônia o Brasil. Esta colônia era estabelecida e expandida territorialmente e passou a ser o ponto básico de sua economia. Restou reconfigurar seu império ultramarino a partir do Atlântico idealizando o projeto de um Poderoso Império Atlântico Português.

1.2 Os idealizadores do Império Atlântico Português

Com a restauração da Coroa por D. João IV, o Duque de Bragança, Portugal passou a viver uma nova dinâmica em seu próprio projeto de império. Vários foram os idealizadores que formularam e construíram projetos para elevar Portugal a uma potencia global. Procuraram remediar os problemas que enfraqueciam Portugal economicamente e politicamente. Para isso teorizaram a espinha dorsal de um poderoso Império Atlântico. Em meio aos projetos políticos figurava com grande ênfase o Brasil, ponto central desse império e de importância, estratégica para manter e aumentar o território na América.

As idéias políticas envolvidas na política imperial portuguesa foram muitas e para elucidar melhor tais idéias é importante reconhecer a três pensadores políticos

²² Essa denominação quer dizer de mar fechado, apenas pertencentes as Coroas de Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. de. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1994, p.41.

que mostram em diferentes tempos históricos a importância e a necessidade de defesa do Brasil.

1.2.1 Padre Antônio Vieira

No século XVII o Padre Antonio Vieira elaborou suas teorias sobre o Quinto Império e por meio de seus sermões expôs que Portugal seria o Império de Cristo na terra por meio da restauração do trono português do domínio espanhol; ele retoma o Sebastianismo, crença muito difundida por populares em Portugal desde o desaparecimento do rei D. Sebastião, o rei encoberto no século XVI; é um sebastianismo alterado, pois o rei encoberto não mais seria D. Sebastião. Vieira colocava o Duque de Bragança como o rei que levaria Portugal a este objetivo, ou seja, ser o Poderoso Quinto Império de Cristo na Terra fortificando a nacionalidade e o patriotismo.

Alcançada a liberdade da pátria, podiam os portugueses refazer o sonho messiânico milenarista da conquista do mundo e da sua conversão cristã consubstanciado na ideia de um *Quinto Império*. Insistir neste elo revelava-se de grande alcance pragmático, pois que o esforço para a defesa da autonomia reavida tinha uma dimensão transcendente: visava, como objectivo supremo, a unidade religiosa e política do mundo. Ourique era a raiz e o penhor de uma empresa político-espiritual que se chegava a apontar vaticinada na Bíblia e se divulgara através do profetismo popular²³.

O melhor expoente do sebastianismo erudito foi o padre Antonio Vieira, que procurou nas trovas de Bandarra²⁴ argumentos para o seu grandioso projeto de um império universal, no qual judeus e cristãos aparecem reunidos numa Igreja nova e purificada dos antigos pecados. O imperador seria D. João IV porque isso resultaria necessariamente, pensava Vieira, das trovas. Aconteceu, porém, que D. João IV morreu sem que a profecia se tivesse realizado. A certeza de Vieira era tão firme

²³ MARQUES. João Francisco. A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração. In. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10551.pdf>, p.01.

²⁴ Um sapateiro na cidade de Trancoso em Portugal que escrevia sobre a vinda de um rei encoberto que viria para instaurar o quinto império de cristo na terra.

que dessa morte só tirou uma conclusão: a de que D. João IV iria ressuscitar para que a profecia se cumprisse²⁵.

O padre Antonio Vieira elaborou construções e interpretou e aplicou em seus sermões uma ideologia religiosa de um império que reunia profetismo judaico-cristão com a conjuntura política de Portugal no final século do XVII. Postulava um império temporal e espiritual, pois lhe era revelado em sonhos; ele era divinamente inspirado na escrita de suas obras, pois eram visões do futuro. O Brasil como colônia portuguesa era tido para Vieira como um novo mundo, um terreno de grandes construções onde se constituiria o quinto império luso-brasileiro.

Preocupados com a ameaça permanente que a Espanha representava à nova monarquia independente portuguesa da Casa de Bragança os conselheiros reais, inclusive o missionário jesuíta Antônio Vieira, aconselharam a Coroa a partir e estabelecer um novo reinado na América. Nesse caso, contudo, a criação de uma corte americana não figurava como uma solução de curto prazo para a crise, como ocorrera nos anos de 1580, mas antes como a fundação de uma era imperial inteiramente nova²⁶.

Vieira tratava a política colonial de uma forma diferente para a época ao almejar igualdade e fraternidade maiores. Ele passou a figurar como uma ameaça, pois seus sermões eram lidos e suas pregações fervorosas incomodavam a elite portuguesa. Assim, Vieira não teve ressonância de suas idéias na corte sendo até mesmo alvo da inquisição que o julgava como um herege devido ao seu discurso de igualdade e ressurreição.

1.2.2 Dom Luís da Cunha

D. Luís da Cunha foi um importante diplomata português no início do século XVIII com idéias bastante articuladas e diferentes de Vieira – que usava uma elaborada lógica de pregações e messianismo sem fundamento no mundo político.

²⁵ SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal. Coleção Saber Editora. Publicações Europa-América, 1979, p. 171.

²⁶ SCHULTZ, Kirsten. Versalhes Tropical: Império, monarquia e a corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 – 1821. Tradução de Renato Aguiar. Editora civilização Brasileira, 2008.

D. Luiz da Cunha usava sua vasta experiência diplomática que teve na Europa para tratar dos assuntos políticos de Portugal. Foi um grande político na corte de D. João V (1706 – 1750). Em 1713 foi o delegado da negociação do tratado de Utrecht, o qual fora firmado entre Portugal e França para estabelecer os limites na costa norte do Brasil e Guiana Francesa. Em 1715, outro tratado de Utrecht, que firmado entre Portugal e Espanha sobre a ocupação da Colônia do Sacramento que passou para Portugal.

A solução final que resultou no tratado luso-espanhol de 6 de fevereiro de 1715 consistiu na introdução em sua cláusula sexta do compromisso do rei espanhol de restituir a Portugal “o território e Colônia do Sacramento”, uma fórmula ambígua. Entretanto, não teria sido encontrada e aceita pela Espanha, sem a decisiva participação da França, com quem, aliás, também se resolveu a questão da posse da bacia do Amazonas e da fronteira norte do Brasil²⁷.

O diplomata português era um profundo estrategista na arte da política externa portuguesa. Afirmava ele que Portugal deveria ser muito cauteloso com a Espanha que em toda a sua História sempre quis unir a Península Ibérica. Esse perigo espanhol fez com que Portugal fizesse acordos danosos com aliados como a Inglaterra, como o caso do Tratado de Methuen.

Para Dom Luís era preciso e necessário libertar Portugal da excessiva dependência política, militar e econômica da Inglaterra. Afirmava D. Luiz que “uma triste idéia, que se fortificou com o que vi e observei pendente a guerra de 1700, e pendente também a negociação da paz de Utrecht”²⁸.

Para D. Luís da Cunha a solução ao perigo espanhol seria a de mudar a corte para o Brasil, pois Portugal não passava de “huma orelha de terra” e o Brasil era virtualmente um continente onde Dom João V poderia tomar o título de “Emperador do Ocidente”²⁹.

“A Espanha era incomparavelmente maior que Portugal, ‘este parece ser uma pequena orelha de terra daquele continente’, o que ensejava nos espanhóis a contínua pretensão de que ‘toda a península fora feita para ser o domínio de um só príncipe’³⁰.

²⁷ SANTOS. Estilague Ferreira dos. “Todo o Bem que a velha tem”: o Brasil no pensamento diplomático português do séc. XVIII. Coleção Rumos da História. Vitória (ES) PPGHis, 2005, p. 16.

²⁸ Idem. p. 26.

²⁹ SCHULTZ, Kirsten. Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Tradução de Renato Aguiar. Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 43.

³⁰ SANTOS. Estilague Ferreira dos. “Todo o Bem que a velha tem”: o Brasil no pensamento diplomático português do séc. XVIII. Coleção Rumos da História. Vitória (ES) PPGHis, 2005, p. 30.

Nas palavras de D. Luiz da Cunha o Brasil representava todo o poder de Portugal. O Brasil se tornara o seu maior bem, sendo muito rico e o ouro descoberto nas Capitanias Minas Geral, Goiás e Mato Grosso na primeira metade do século XVIII, representavam muito para o Império Português, sendo cobiçado por todas as potências da Europa. Advertia que os perigos externos das potências européias e também os perigos internos de seus vassallos naturais das colônias poderiam, qualquer um deles, por em risco o domínio de Portugal sobre o Brasil. Somando a isso, se os dois perigos tanto interno como externo, se juntassem poderiam facilmente assolar Portugal do seu maior bem e de suas ricas e cobiçadas minas de ouro. O Brasil seria a base para a renovação da política imperial e para tanto seria necessário a delimitação de seus territórios com os da Espanha.

Pode-se tomar como certo que o Brasil figura no século XVIII como o maior bem de Portugal, suplantado até mesmo a metrópole que passa a configurar meios de se renovar após a danosa União Ibérica, já que esta proporcionou um dilatamento das posses portuguesas na América e a descoberta de ouro no Brasil-Central. Portugal necessitava de uma política de defesa e diplomacia para consolidar seus domínios, sendo que os políticos e suas teorias reforçaram o ideal de Império Atlântico, um Império Luso-Brasileiro.

1.2.3 D. Rodrigo de Sousa Coutinho

D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi o primeiro Conde de Linhares. Nasceu em Chaves, Portugal, em 4 de agosto de 1755 e morreu no Rio de Janeiro Brasil em 26 de janeiro de 1812. Cursou o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra onde fez o curso jurídico. Sua vida política iniciou-se na carreira diplomática, na corte de Sardenha, em Turim de 1779 até 1796.

Na política foi bem recomendado por seu padrinho, o poderoso Marquês de Pombal. Em 1796 passou a ser o secretário de Estado da Marinha e Ultramar e Domínios Ultramarinos. De 1801 a 1803 ocupou o cargo de Presidente do Real Erário e nessa conjuntura explodiu a guerra entre a França Napoleônica e os

Britânicos. Por ser favorável aos Ingleses pediu demissão do cargo de ministro do Real Erário devido

A fraca aceitação que suas propostas de reforma das finanças públicas encontravam naquele momento, expresso no fato de 'ter-se V. A. R. recusar aprovar e assinar Alvarás e Decretos que infrutuosamente propus, e de que demonstrei a necessidade, e utilidade para a boa Administração da Real Fazenda'³¹.

As ideias políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho consistiam em uma visão global do império português que, algumas vezes, não foram compreendidas nas cortes. Os nobres políticos viam na política de D. Rodrigo uma apologia aos ingleses e não uma reforma imperial necessária. E devido à conjuntura política das potências europeias, principalmente a França, tal política colocava Portugal em um conflito de forças com as maiores potências. Outra situação que também influenciou D. Rodrigo foi a da mais rica colônia Portuguesa -- o Brasil -- tal colônia necessitar de reformas, pois os acontecimentos envolvendo Minas Gerais (Inconfidência Mineira) e na Bahia (Conjuração Baiana) demonstravam sinais de enfraquecimento da soberania portuguesa e esfacelamento da colônia. Eram também necessárias políticas de contenção de invasões naquela que era a sua mais rica colônia, em todo o império português, até mesmo, mais importante que a metrópole.

Para D. Rodrigo, os fatores favoráveis à mudança não estavam restritos àqueles impostos pela deterioração da situação internacional. D. Rodrigo disse ao príncipe regente que 'Portugal não é a melhor parte da monarquia, nem a mais essencial'. Em sua opinião, um império poderoso poderia ser estabelecido na América do Sul. De lá, poder-se-ia passar à ofensiva contra os espanhóis, e estabelecer as fronteiras naturais no Rio da Prata. Tal como ele via a situação, o príncipe regente teria pouca escolha, na eventualidade de um confronto entre grandes potências na disputa por Portugal. Se os franceses tomassem Lisboa, os britânicos tomariam o Brasil. Era melhor adiantar-se a essas duas manobras, assumindo a iniciativa³².

³¹ SILVA, José Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas: subsídio eclesiástico para história de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 2006, p. 182.

³² MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e outros Malandros* (ensaios tropicais). São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1999, p. 186.

O fracasso dos projetos dos partidários da França, na direção da administração da corte Portuguesa (de 1803 a 1807), em manter a neutralidade e a segurança do reino, pois a ameaça dos franceses e espanhóis passou a figurar uma questão de tempo. A situação se agravou quando *a Espanha declarou guerra à Inglaterra quando os ingleses apresaram quatro fragatas espanholas vindas da América pela frota naval inglesa*³³.

Essa conjuntura fortaleceu os desejos da Espanha em anexar Portugal com o apoio de Napoleão, tanto que as negociações passaram a ser mais duras entre as cortes de Napoleão e de D. João. Tal situação levou o embaixador francês a exigir.

do governo português o encerramento dos portos aos navios ingleses e a ruptura das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, sob pena de, em caso de recusa, a França dar o seu apoio à Espanha numa invasão imediata de Portugal³⁴.

As ameaças passaram a ser fundamentais para que Portugal se posicionasse mediante o conflito. Então as ideias de D. Rodrigo de Sousa Coutinho passaram a figurar com grande força nas iniciativas inglesas para a resolução do problema português e foram recomendadas em um panfleto produzido em Londres.

Em outubro de 1807, o plano de D. Rodrigo era fortemente apoiado, em termos muito semelhantes aos empregados pelos demais membros do 'Partido Inglês'. Nesse manuscrito, reavivava-se a idéia de Portugal como sendo 'mais do que um acessório da Potência Lusitana', de modo que 'é no Brasil, que é o seu inexpugnável escudo contra a tirania da Europa [...] que livre da tirania de Bonaparte, e da ignomínia da Espanha, ele pode severamente puni-los [...]'. Desse modo, executado mediante a proteção da potência britânica, alçada à condição de verdadeira 'âncora da esperança da Europa'³⁵.

Em 1807 o príncipe D. João VI deliberou com a corte e até mesmo os partidários da França apoiaram o projeto de transferência da corte para o Brasil,

³³ ALEXANDRE, Valentin. Os Sentidos do Império: Questão nacional e Questão Colonial na crise do antigo regime Português. Porto – Portugal. Ed. Edições Afrontamento, 1993, p. 141.

³⁴ Idem.

³⁵ SILVA, José Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas: subsídio eclesiástico para história de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 2006, p. 192.

pois, não mais se poderia frear a intenção da aliança franco-espanhola de destituir o soberano português e colocar um Bonaparte no poder. Desta forma deu-se a retirada da corte para o Brasil a mais importante parte do império português.

1.3 Os Tratados de limites entre Portugal e Espanha nos domínios da América

Após o fim da União Ibérica houve a necessidade de se estabelecer a soberania portuguesa e espanhola na América que para os dois impérios era onde se concentravam os pontos principais de seus territórios ultramarinos. Os tratados dos limites entre as colônias portuguesas e espanholas na América são primeiramente o Tratado de Tordesilhas, Madri, Santo Idelfonso e Badajos.

Estes tratados, principalmente o de Madri, foram fundamentais para se estabelecer a fronteira dos dois impérios ibéricos na América, sendo fundamental seu estudo, pois por meio deles girou boa parte da política portuguesa para o ultramar. Para Goiás foi fundamental, pois legitima a soberania portuguesa sobre o território Goiano que foi tratado como ponto estratégico de defesa das conquistas a oeste da América.

O Tratado de Tordesilhas foi muito importante, pois, além de ser o primeiro e reger os limites na América até 1750, foi a partir dele que as coroas ibéricas passaram a negociar diplomaticamente os seus domínios ultramarinos, principalmente na América. Esse tratado inaugura a diplomacia moderna e abriu caminho para os demais que foram sendo estabelecidos.

1.3.1 O Tratado de Tordesilhas (1494)

A bula Inter Coetera não foi aceita pelo Rei de Portugal D. João II e gerou um novo conflito diplomático. O rei português passou então a exigir um novo tratado, mas agora entre as coroas ibéricas e sem o arbítrio do Vaticano; a Espanha aceita negociar, pois estava em conflito na Itália e também recentemente unificada não queria um conflito com Portugal. O novo tratado teria que ser feito na cidade

espanhola de Tordesilhas que era uma cidade próxima à fronteira de Portugal; o tratado tinha o nome de “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, mas acabou sendo conhecido pelo nome da cidade onde foi assinado.

Os reis de Portugal e da Espanha mandaram de fato todas as pessoas que mais entendiam de cosmografia, astronomia, cartografia e diplomatas para discursar e mostrar suas teses sobre a divisão do mundo, ficando decidido que o marco seria o arquipélago de Cabo Verde conforme a bula Inter Coetera, mas o marco a oeste não seria mais 100 léguas do arquipélago, mas sim a 370 léguas, sendo as terras a leste pertencentes a Portugal e a oeste à Espanha.

O Tratado de Tordesilhas no momento ficou vantajoso para as duas partes e tanto Espanha como Portugal ficaram satisfeitos por motivos diversos. A Espanha que a princípio parecia prejudicada evitara no momento uma possível disputa armada com Portugal que prejudicaria suas disputas na Itália e um inimigo em suas fronteiras traria grades dificuldades, pois recém-unificada e por meio da guerra poderia não ter total apoio de todos. A Espanha acreditava que Colombo descobrira um caminho melhor para as Índias colocando a Espanha como uma potência mundial no momento de consolidação de sua unificação, além do mais os seus negociadores acreditavam que estavam cedendo a Portugal uma zona marítima onde poderia haver apenas ilhas³⁶. Quanto a Portugal, a criação de um meridiano, em substituição ao paralelo estipulado pelo tratado de Alcaçovas de 1479, a Espanha ficaria com o Arquipélago das Canárias e em troca todas as terras ao sul deste arquipélago eram pertencentes a Portugal. Embora sendo a princípio prejudicial, pois as terras descobertas por Colombo estavam em domínio português segundo o Tratado de Alcaçovas, o paralelo de Tordesilhas garantia a Portugal o domínio de direito sobre o Oceano Atlântico e o exclusivo comercial com a África e o caminho para o Oriente mantendo, assim, o monopólio comercial e além de tudo uma porção de terras brasileiras de cuja existência já teria indícios³⁷.

O Atlântico nesse momento era o grande caminho do comércio europeu com o Oriente e Portugal estava com o controle de suas rotas e cartas náuticas, iniciando assim um Império Atlântico Português; essa hegemonia seria mais tarde ameaçada

³⁶ GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 46.

³⁷ Iden, p. 46 e 47.

e somente em meados do século XVI e XVII Portugal perderia o exclusivo das rotas atlânticas.

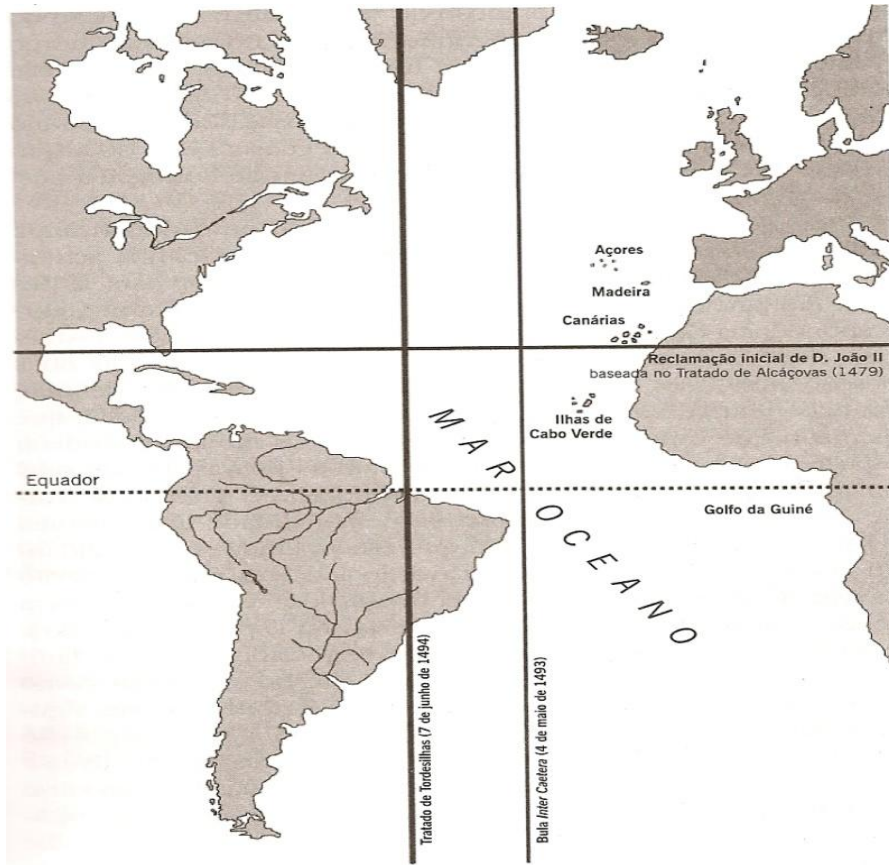
Embora o Tratado de Tordesilhas tenha sido aceito pelas coroas ibéricas, na sua execução, houve falhas, pois a demarcação passou a ficar confusa³⁸, já que não estavam claros em seu texto, como detalhes fundamentais como de qual das ilhas seria a demarcação, a diferença entre a mais ocidental e a mais oriental é cerca de 330 km; outro problema seria a légua, qual tipo de légua a ser usada, pois havia vários tipos de léguas na Europa do século XV. Outro problema na demarcação foi que havia uma cláusula no texto que dizia que no máximo em 10 meses da data do tratado fossem reunidos nas ilhas de Cabo Verde pilotos, astrólogos, marinheiros das duas coroas e de lá rumaram rumo ao Ocidente até alcançarem 370 léguas, ou seja, a metade do caminho das descobertas de Colombo conforme acreditavam os negociadores.

Esse acordo só ficou no papel³⁹, visto que as dificuldades técnicas de demarcação de longitude dificultava a demarcação, pois não se sabia ao certo os cálculos com exatidão — o cálculo de longitude só seria aperfeiçoado no século XVIII; as medidas de latitude os europeus do século XVI conheciam bem de norte a sul e não de leste a oeste como foi estabelecido o Tratado de Tordesilhas ficando impossível a colocação dos marcos como torres, sinais e brasões para definir a jurisdição o tratado de Tordesilhas ficou indemarcável.

³⁸ Iden, p. 50.

³⁹ GUEDES, Max Justo. A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. In. Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1997, p. 10.

Mapa 01: Tratado de Tordesilhas



Mapa: GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p 45.

1.3.2 O Tratado de Madri (1750)

O Tratado de Madri de 1750 substituiu o de Tordesilhas. Nesse tratado foi que o Brasil ganhou praticamente seus contornos definitivos, devido o astuto trabalho de Alexandre de Gusmão e do Visconde Tomás da Silva Teles (negociador português nas cortes de Madri) que conseguiram que a Espanha cedesse os territórios das missões Orientais do Uruguai (Sete Povos das Missões), o oeste e o norte a Portugal. Em compensação Portugal cedeu à Espanha as Ilhas Filipinas que se retiraram do extremo sul e entregaram à Colônia do Sacramento. No Tratado de Madri foi utilizado o conceito do direito romano do “UTI possidetis” que dava direito de posse da terra a quem estava nela. Municiado de uma boa cartografia Portugal

ganhava soberania sobre as terras do norte e centro oeste (Grão – Pará, Goiás e Mato Grosso) que passava a pertencer de direito a Portugal.

Esse tratado foi útil a Portugal, por ter se expandido na América e necessitava demarcar a soberania de seu território. A oportunidade foi quando houve a ascensão ao trono espanhol, em 1746, de Fernando VI, genro de D. João V, que fez os acordos necessários às duas coroas, pois também a Espanha queria se livrar do incômodo de ter comerciantes portugueses contrabandeando produtos pelo rio da Prata usando a colônia do Sacramento como base. Esta era uma reclamação histórica dos mercadores de Sevilha que estavam sendo prejudicados. Além disso, devido a problemas enfrentados pela Espanha, que já não era mais uma grande potência, pois estava enfraquecida por crises e guerras e não tinha como impedir os portugueses de povoar o centro da América⁴⁰. Com esse tratado Portugal também barraria os avanços dos Holandeses, Ingleses e Franceses ao norte impedindo que esses ocupassem o centro da América e ameaçassem os domínios espanhóis.

1.3.3 A missão dos padres matemáticos

Os jesuítas italianos (napolitanos) Giovanni Carbone e Domenico Capassi, foram contratados por Dom João V, em 1722, como astrônomos para observar longitudes por meio dos astros.

Pelo alvará de D. João V, de 18 de novembro de 1729 endereçado ao Vice-Rei do Brasil e a todos os governadores e capitães-mores de todas as capitanias, distritos, vilas e freguesias dos sertões e respectivas autoridades administrativas e judiciais noticiando que peritos matemáticos, os padres Domenico Capassi e o jesuíta português Diogo Soares fariam (...) mapas das terras do dito Estado não só pela marinha mas pelos sertões (...) 'para se evitarem as duvidas e controvérsias dos novos descobrimentos que se tem feito nos sertões daquele Estado de poucos anos a esta parte'.⁴¹

⁴⁰ GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 175.

⁴¹ CORTESÃO, Jaime Zuzarte. O Tratado de Madri. Tomo II. Ed. Senado Federal. Brasília. 2001, p. 07 - 08.

Em 24 de fevereiro de 1730 chegaram os padres na capitania do Rio de Janeiro e o governador recebeu a ordem régia de pagar a quantia de cem mil reis mensais (desde a sua chegada à capitania) para a sua subsistência e mais dois criados e artigos pessoais. No dia 4 de julho de 1730 eles informam ao rei sobre suas observações da capitania do Rio de Janeiro e as necessidades de fortificar a mesma; também eles juntaram grandes quantidades de roteiros, notícias e mapas dos principais sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande de São Pedro e do Rio da Prata e que ao analisá-los notaram que estavam equivocados sobre as latitudes e longitudes.

Terminados os seus estudos no Rio de Janeiro passaram para a Colônia do Sacramento aonde chegaram em 24 de outubro de 1730; os padres observaram que a Colônia do Sacramento estava muito a oeste do meridiano de Tordesilhas. Em 27 de junho de 1731 o padre Diogo Soares mandou notícias ao rei, como que já havia feito a planta da cidade, o plano da nova fortificação e o plano do Rio da Prata; também alertara o rei sobre a necessidade de fortificar os caminhos do Rio Grande até São Paulo, pois seria muito fácil a penetração dos padres das missões espanholas de chegarem às minas. Os padres retornaram ao Rio de Janeiro em 1731 e logo partiram para as Minas Gerais de 1734 a 1735. Durante esse período o padre Capassi esteve nas novas minas dos Goyases que também recebeu a visita do padre Diogo Soares de 1736 a 1738; ao regressar ele dedicou-se à cartografia do Rio Grande de São Pedro. Observa-se que de 1730 até 1738 pode-se conhecer grande parte dos domínios portugueses na América e por onde passava o meridiano de Tordesilhas. O trabalho do padre Diogo Soares continuou mais ao Sul até 1748.

Esses padres tiveram por missão principal observar a soberania das nações ibéricas na América do Sul e verificaram principalmente a situação da soberania portuguesa em relação ao meridiano de Tordesilhas, assim fixando a verdadeira posição das terras ocupadas e traçando os meridianos em relação ao arquipélago de Cabo Verde.

Os mapas elaborados pelos padres eram segredos de Estado. Existia a tentativa de espionagem por parte dos jesuítas espanhóis que queriam junto aos seus irmãos portugueses a posse dessas cartas, principalmente as terras das missões do Sul do Brasil, pois os territórios do Rio Grande de São Pedro, como

Santa Catarina, e boa parte das Minas dos Goias e Mato Grosso estavam dentro da soberania espanhola segundo o Tratado de Tordesilhas⁴².

1.3.4 A negociação do Tratado

De posse das informações dos padres matemáticos que foram passadas para os cartógrafos portugueses foi feito o primeiro mapa do Brasil com os territórios da bacia amazônica e as minas de Goiás e Mato Grosso.

Com o nome de Mapa das Cortes fora forjado para dar a impressão de que as áreas de interesse dos portugueses estivessem próximas ao meridiano de Tordesilhas como as Minas e Mato Grosso e Goiás. Sendo assim, os territórios que seriam anexados pelos portugueses foram alterados para tamanho menor para facilitar as negociações. Visivelmente, pode-se observar a alteração mas para os espanhóis da época era esse mapa que havia de mais preciso para se traçar os limites entre as possessões ultramarinas na América.

Daí resultava que o traçado do alto Paraguai aparecia no *Mapa das Cortes* desviado para oriente o que originava um estreitamento do território entre este rio e o rio Paraná, parecendo aproximar a região de Cuiabá e Mato Grosso da linha de Tordesilhas. Haveria assim uma clara manipulação cartográfica com o nítido objetivo diplomático de conseguir a aceitação espanhola relativamente ao plano português de limites⁴³.

⁴² CORTESÃO, Jaime Zuzarte. O Tratado de Madri. Tomo I e Tomo II. Ed. Senado Federal. Brasília. 2001, p. 16 - 17.

⁴³ FERREIRA, Mário Clemente. O *Mapa das Cortes* e o tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia hist.* v.23 n.37 Belo Horizonte jan./jun. 2007. In <http://www.scielo.br>. Acesso em 08/04/2011.

Mapa 02: Mapa das Cortes

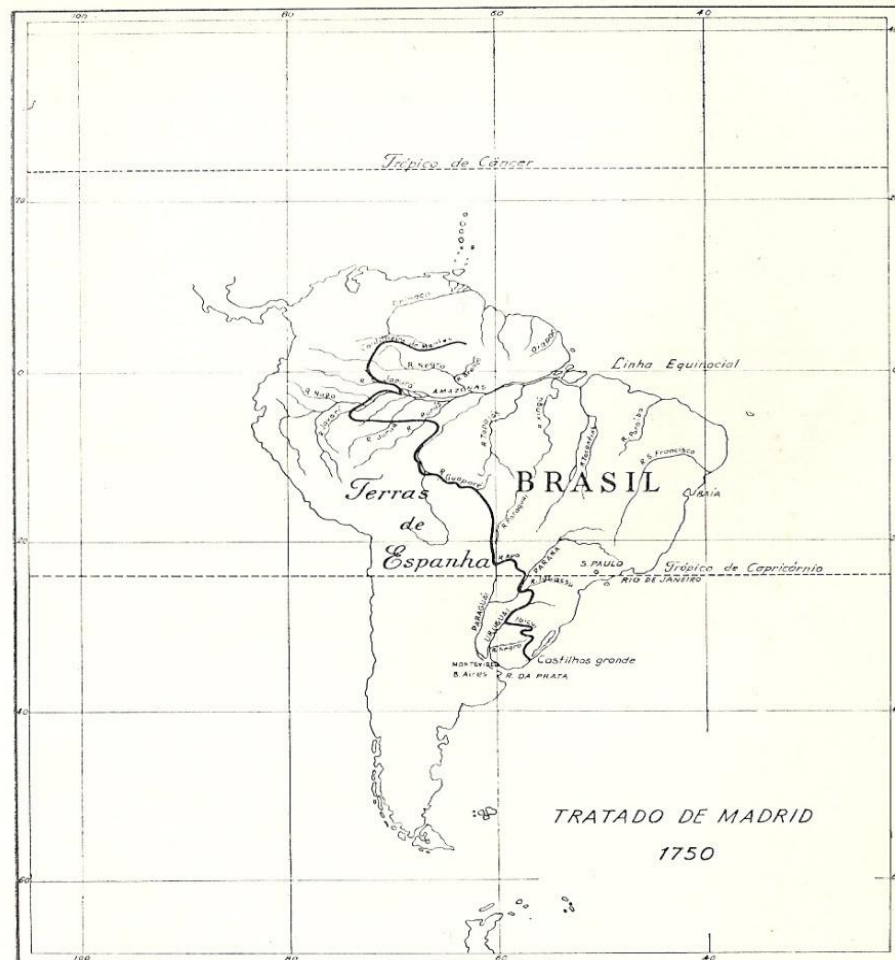


Fonte: FERREIRA, Mário Clemente. O *Mapa das Cortes* e o tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia hist.* v.23 n.37 Belo Horizonte jan./jun. 2007. In <http://www.scielo.br>. Acesso em 08/04/2011.

O Tratado de Madri abolia o de Tordesilhas. Portugal renunciava o direito às Ilhas Filipinas, Colônia do Sacramento, território à margem setentrional do rio da Prata e Aldeia de São Cristovam. A Espanha renunciava o direito sobre as terras ocupadas pelos portugueses na América Meridional ao ocidente da linha de Tordesilhas e cedia a Portugal todas as terras e povoações da margem oriental do Rio Uruguai desde o Rio Ibicui para o norte até a Aldeia de Santa Rosa e a margem oriental Rio Guaporé⁴⁴.

⁴⁴ Tratado de Limites das conquistas entre os muitos altos e Poderosos Senhores D. João V, Rey de Portugal e D. Fernando VI, Rey de Espanha. (Tratado de Madri). Madri a 13 de janeiro de 1750. In CORTESÃO, Jaime Zuzarte. O Tratado de Madri. Tomo II. Ed. Senado Federal. Brasília. 2001, p. 361 - 365.

Mapa 03: Tratado de Madri de 1750



Fonte: FILHO, Virgílio Corrêa. História de Mato Grosso. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1969.

O tratado de Madri figurou como sendo o mais importante, mas durou pouco, pois a demarcação dos limites foi prejudicada por problemas geográficos, pois os mapas das cortes apresentavam erros de quilômetros e a demarcação ficava impossível. Outro problema apresentado foi o nome dos rios, pois havia muitos rios homônimos questionados. Em 1761 foi anulado pelo Tratado do Pardo que deu fim ao Tratado de Madri.

1.3.5 Tratados de limites entre Portugal e Espanha pós- tratado de Madri

Somado ao problema de demarcação havia também o não reconhecimento da legitimidade do tratado de Madri pelo Marquês de Pombal que pôs em cheque o acordo, pois o ministro achava o tratado lesivo a Portugal. Do lado da Espanha, após a morte de Fernando VI, o seu irmão sucessor do trono Carlos III se opôs ao tratado pelo mesmo motivo do ministro português, mas ao contrário, pois ele o via nocivo à Espanha. Outro problema foi que os portugueses não entregaram a Colônia do Sacramento para os espanhóis, que também, não desocuparam os Sete Povos das Missões devido à oposição dos jesuítas espanhóis não se retirarem do local. Essa decisão fez com que Portugal e Espanha se juntassem e empreendessem a Guerra Guaranítica em 1754.

Em 1762 os espanhóis resolveram invadir a Colônia do Sacramento vindos de Buenos Aires e os motivos foram a não retirada de Portugal da Colônia do Sacramento e também a Guerra dos Sete Anos; Portugal queria neutralidade, mas era acusado pela França e Espanha de estar ajudado a Inglaterra com seus portos.

Portugal tentou conservar-se neutro durante a Guerra dos sete Anos (1756 – 63). Contudo, uma batalha naval entre ingleses e franceses em águas territoriais portuguesas e as vantagens que os portos portugueses ofereciam à causa da Inglaterra tornaram difícil a manutenção da neutralidade. Em 1761, os monarcas Bourbons da França, Espanha, Nápoles e Parma assinaram uma aliança defensiva e ofensiva conhecida com *Pacto de Família*. Convidado a aderir aos aliados e a declarar guerra a Grã-Bretanha (visto que D. José estava casado com uma Boubon), Portugal recusou, invadindo então tropas espanholas e francesas a província de Trás-os-Montes (1762)⁴⁵.

Esse conflito gerou muita apreensão por parte dos portugueses que estavam muito preocupados com a invasão em todas as partes do Brasil, tanto que ampliaram a atenção em todas elas que faziam limites com o domínio ultramarino espanhol; a fronteira oeste foi uma delas conforme será discutido no terceiro capítulo.

⁴⁵ MARQUES. A. H. Oliveira. História de Portugal. Volume II. 10ª Ed. Lisboa, PO. Ed. Palas Editores, 1984, p. 356.

O conflito da Guerra dos Sete Anos terminou e em 1763 com o Tratado de Paris restabeleceram-se as condições anteriores à guerra, contudo as hostilidades permaneceram e os espanhóis haviam avançado até a Ilha de Santa Catarina, um desejo antigo de tomar todo o território ao norte do Rio da Prata; as hostilidades nas fronteiras continuaram até 1777⁴⁶.

Somente em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso é que se voltou a discutir os limites dos domínios ultramarinos ibéricos na América. As negociações para o tratado só puderam ser abertas com a morte do rei de Portugal D. José em 1777 e com a queda do governo de Pombal, um opositor à paz com Castela. Acrescentado à queda de Pombal a Rainha D. Maria I era irmã do Rei da Espanha Carlos III. Este fato levou as negociações a um ambiente cordial. Em setembro de 1777 estabeleceu-se o Tratado de Santo Ildefonso que também usava o dispositivo legal do *uti possidetis* devendo Portugal ceder à Espanha a Colônia do Sacramento e os territórios à margem norte do Rio da Prata onde se localiza os Sete Povos das Missões. Os demais territórios permaneciam como no Tratado de Madri, porém agora os espanhóis conheciam muito bem os limites⁴⁷. O problema da demarcação continuou e o século XVIII terminou sem terem demarcado os limites, já que apenas alguns marcos foram colocados⁴⁸.

Os acontecimentos envolvendo a disputa entre a França e a Inglaterra retomaram as hostilidades na fronteira entre os domínios ibéricos na América levados a disputas no continente Europeu com a invasão da Espanha à cidade de Olivença, em Portugal, e por parte dos portugueses a invasão dos territórios ao sul do Brasil (Sete Povos das Missões até o Rio Quaraí). Os espanhóis também tentaram invadir o sul de Mato Grosso e atacaram o Forte de Coimbra.

O conflito terminou em 1801 com a assinatura do Tratado de Paz Badajós, o qual não revalidou nenhum outro tratado anterior em se tratando de Limites na América. Os Impérios de Portugal e da Espanha não mais sentaram para negociar os limites entre suas possessões ultramarinas. Tanto Portugal como Espanha estavam envolvidos em problemas internos. A Espanha enfrentava uma insurreição

⁴⁶ GERREIRO, Inácio. As Demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. In. In. Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1997, p. 39 a 41.

⁴⁷ Idem, p. 39 a 43.

⁴⁸ GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 197.

de suas colônias e Portugal transferiu a corte para o Brasil, além de estabelecer no Brasil a corte de Portugal. Os limites do Brasil foram deixados para o Império brasileiro negociar no século XIX.

2 A EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS PARA O INTERIOR DO BRASIL

Nesse capítulo mostraremos a expansão do Império Português para o oeste onde foram descobertas as minas dos Goias e de Matto Grosso pelos bandeirantes paulistas. As novas minas descobertas ficaram sobre o comando da Capitania de São Paulo. A coroa portuguesa empreendeu uma organização administrativa das minas além da administração política foi criada a administração religiosa enfocando a preocupação da Coroa Portuguesa de legitimar esses territórios, pois os mesmos estavam fora dos limites do Tratado de Tordesilhas, para tanto foi criado às prelações de Goiás e Mato Grosso, mostrando a importância desses territórios para o Império Atlântico Português.

2.1 A conquista do Oeste

O Governo de Portugal passou a tomar medidas para que os territórios recém-descobertos passassem a ser ocupados e também fizessem parte do Império Português na América. Os territórios da Região Sul do Brasil eram ricos em pastagens e gado. As novas regiões Oeste (Mato Grosso) e Central (Goiás), bem como Minas Gerais passaram a ser um mercado importante para Portugal, pois eram produtoras de ouro. As regiões mineradoras passaram a ser de fundamental importância para o império português.

Nesse capítulo será mostrado como a Coroa tomou medidas políticas para legitimar a ocupação do centro e oeste do Brasil; foi preciso adotar uma estrutura administrativa e política internacional com a criação das prelações de Goiás e Mato Grosso. O interesse era ocupar e explorar as regiões montando uma estrutura administrativa a fim de forçar o término do Tratado de Tordesilhas e negociar um novo tratado que seria o de Madri.

2.2 O Oeste: terra de índio e ouro

No início do século XVIII uma parte significativa do território colonial português na costa atlântica já havia sido ocupada: fortificações no litoral que se alongavam desde a cidade de Belém até São Vicente, a colônia do Sacramento ao Sul ponto estratégico no Rio da Prata, conquistado pelos portugueses; o norte já bem estruturado economicamente, pois era produtor drogas do sertão e contava com uma linha de fortificação construída com as fortalezas de São José da Barra do Rio Negro, Santarém, Santo Antônio de Corupá, Santo Antônio de Macapá e Araguari; também fazia da região uma força contra as invasões espanholas, francesas, inglesas e holandesas, sendo que estes últimos eram vistos como grandes conquistadores, pois desmantelaram e tomaram no século XVII boa parte do império Português na Ásia, parte da África e Pacífico, restando aos portugueses o Atlântico, alvo constante de incursões das novas potências européias.

Várias Bandeiras se aventuraram nas regiões atuais do Centro-Oeste. Desde o início da ocupação do litoral brasileiro no século XVI houve vários bandeirantes que se aventuraram pelos rios Araguaia e Tocantins e também nos rio a oeste como o Paraguai e Guaporé.

As atas Câmara da Vila de São Paulo, do final do século XVI a meados do século XVII, revelam que o mais caro empenho dos bandeirantes sertanistas estava na escravidão de índios⁴⁹.

Essas incursões eram motivadas pelos crescentes usos dos silvícolas nas plantações de cana-de-açúcar e nas demais atividades agrícolas, no Rio de Janeiro e São Paulo. Outro grupo que também se aventurou nas regiões centrais da América na busca de índios foram os religiosos.

⁴⁹ SALLES, Gilka V. Ferreira de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 53.

Propósitos similares se devem aos religiosos. Durante o século XVII, do Pará, pelos caminhos fluviais do Tocantins e Araguaia, iam em demanda do índio para o serviço agro-pastoril de seus redutos missionários⁵⁰.

Em suas empreitadas pelo interior da América os bandeirantes também seguiam em busca de índios que eram seu principal intento, mas também procuravam metais preciosos. Incentivados pelo Governo Português e pela riqueza que o metal representava os bandeirantes buscaram ouro nos mais distantes sertões do oeste, pois havia no final do século XVII uma crença popular que circulava entre os bandeirantes que nas terras que faziam paralelo com o Peru, ou seja, as Minas de Prata de Potosi haveria metais preciosos.

Muitas dessas expedições encontravam subproduto, pois algumas bandeiras retornavam com pequenas quantidades de ouro de aluvião dos rios do norte, especialmente das áreas do Araguaia, formando-se assim a lenda dos martírios que marcou o imaginário paulista do século XVII.⁵¹ Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera), filho do Anhanguera, se valeu do conhecimento de seu pai para pedir a autorização para se buscar as minas que seu pai havia encontrado e feito um mapa para o ouro existente nos sertões dos índios Goias.

Nos sertões das Minas Gerais foi que os bandeirantes paulistas encontraram as primeiras jazidas de ouro com grande quantidade para se empreender uma empresa mineradora no final do século XVII com grande produção. A Capitania das Minas Gerais foi responsável pela maior parte da produção de ouro do Brasil no século XVIII.

A notícia do ouro nas Minas Gerais ascendeu os ânimos dos portugueses que migravam de Portugal de diversos lugares do Império para as regiões mineradoras em busca da riqueza que o ouro representava. Do Brasil os migrantes vinham principalmente da Bahia e do Rio de Janeiro que formou um grande fluxo de pessoas na busca do precioso metal.

No entanto a posse das minas havia sido garantida aos paulistas pelo ato real de 18 de março de 1694⁵². Contudo, com a grande migração do norte do Brasil e

⁵⁰ Idem. p. 53.

⁵¹ PALACIN, Luis. O século do ouro em Goiás: 1722 a 1822, estrutura e conjuntura de uma capitania de minas. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 11.

⁵² HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Do Descobrimento a expansão territorial. Rio de Janeiro: Brasiliense 1989. p. 297.

também do reino, a Câmara Paulista em 16 de abril de 1700 exigiu do monarca português:

Que as terras do território das minas de Cataguases, assim campos como matos lavrados, de direito pertenciam aos paulistas, para as possuírem por datas de S.M. ou do donatário, por eles foram os que conquistaram e descobriram as minas de ouro que de presente se lavram, o que é notório e patente, o que tudo fizeram às custa de suas vidas e fazendas, sem dispêndio algum da fazenda real, e que seria grande injustiça, concederem as ditas terras aos moradores do Rio de Janeiro, que nunca tiveram parte tanto na conquistas, como descobrimentos.⁵³

Os bandeirantes em suas cartas ao governo faziam questão de mostrar os seus feitos e “bravura guerreira” nas atividades exploradoras, herdeiros de uma tradição militar de coragem que eram tidos por eles como sua maior qualidade, como aponta Romero:

O tom arrogante e firme, não deixa de esconder uma ameaça velada. Verdadeira elite guerreira, formada na longa prática do sertão e dos seus habitantes, os bandeirantes paulistas impunham um tom contratualista, desvirtuando a figura do rei como origem de toda justiça e poder, para transformá-lo na figura do mero contratador de serviços, cujo sentido estava fora do horizonte das preocupações desses homens⁵⁴.

A tentativa dos paulistas não surtiu efeito e o conflito com os emboabas⁵⁵ foi inevitável. O principal chefe dos emboabas foi Manoel Nunes Viana que liderou

⁵³ Atas da Câmara de Vila de São Paulo, v. VII, p. 536. In: ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALLHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português século XVI a XIX. p. 397.

⁵⁴ ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALLHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e praticas políticas no Império Português século XVI a XIX. p. 396.

⁵⁵ As razões do conflito foram várias e se revelam na própria etimologia da palavra que é incerta e cujo significado é flexível. Por vezes, era utilizada para designar apenas os portugueses, baianos, pernambucanos etc. Foi empregada ainda para diferenciar os que tinham aberto as minas, identificados como paulistas, e os recém-chegados, que eram acusados pelos primeiros de não terem contribuído para seu desbravamento e de apenas usufruírem suas riquezas: ou para indicar todos os que utilizavam o caminho da Bahia, em oposição aos que chegavam de São Paulo. FURTADO, Júlia Ferreira. José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro. p. 278. In BICALLHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e praticas políticas no Império Português século XVI a XIX.

tropas contra os paulistas, os quais se envolveram em vários conflitos; o mais marcante foi em 1709, no local chamado Capão da Traição, onde houve a morte de vários paulistas.

O desfecho desse conflito não foi no campo de batalha, mas sim, na diplomacia e na habilidade que o grupo dos paulistas e reinóis teve na negociação e articulação política. Os paulistas possuíam formas peculiares de negociar diferente dos modelos tradicionais.

Aterrorizado pelo espectro dos paulistas rebeldes, o Conselho Ultramarino revitalizou aquele imaginário negativo que lhes era imputado, observando que eram homens dados a 'à exorbitância, e pouco temor da impunidade com que cometem cada dia mortes e violências atrocíssimas', em contraste com 'homens do Reino', 'costumados a viver debaixo do jugo das Leis e magistrados'.⁵⁶

A visão negativa que havia por parte do Conselho Ultramarino foi negativo para os paulistas no momento. O Conselho Ultramarino se preocupava com essa autonomia e o tom arrogante e o caráter guerreiro dos paulistas além de temer temendo que os mesmos se revoltassem e servissem a qualquer outra coroa que lhes oferecesse mercês ou patentes militares. Somado a isso ficava a visão negativa que durante anos foi propalada pelos Jesuítas que acusavam os paulistas:

É na pena desses Jesuítas que se firmará o imaginário do paulista com vassalo indômito e rebelde, cioso de sua autonomia e avesso às normas da vida política do Antigo Regime. Por ocasião da destruição das reduções jesuíticas no Guairá pela coluna paulista comandada pelo velho Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares, no ano de 1629, os jesuítas espanhóis Mansilla e Mazetta cristalizaram, de uma vez por todas, o acervo de representações do bandeirante paulista como gente desalmada, selvagem, herética e insubordinada.⁵⁷

⁵⁶ ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In. BICALLHO. Maria Fernanda. FERLINI. Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e praticas políticas no Império Português século XVI a XIX. p. 399.

⁵⁷ ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In. BICALLHO. Maria Fernanda. FERLINI. Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e praticas políticas no Império Português século XVI a XIX. p. 388.

Mesmo os emboabas sob a liderança de Manoel Nunes Viana terem insubordinado e chegado mesmo a proclamar seu líder como governador, assim desafiando a autoridade real⁵⁸ o rei não mostrou nenhuma ofensiva contra os emboabas, mas em relação ao histórico e a visão negativa que havia do conselho Ultramarino sobre os Paulistas o Rei enviou um negociador, Antonio de Albuquerque, para tratar do assunto para que ele resolvesse o impasse gerado nas regiões mineradoras e assegurasse a subordinação ao poder real. O negociador era desfavorável aos Paulistas, pois ele:

Antonio de Albuquerque era desfavorável aos sertanistas de São Paulo, o que se revelou na forma como este último conduziu a pacificação da região, marcada pela negociação, pelo perdão e mesmo pela promoção dos chefes emboabas, que haviam se insurgido.⁵⁹

A fim de acabar com o conflito foi criada a Capitania de São Paulo e Minas pela Carta Régia de 09 de novembro de 1709 e, pouco depois, também por Carta Régia de 11 de julho de 1711 foi elevada a Vila de São Paulo à categoria de cidade. Pela Carta Régia de 21 de fevereiro 1720 foi separada a administração de São Paulo e Minas Gerais que passou a ser uma capitania de minas independente com seu próprio governo.⁶⁰

Os reveses sofridos pelos paulistas e a teoria de que nas terras que fazem paralelo com as minas de prata do Peru havia metais e pedras preciosas incitaram os paulistas a procurarem ouro mais adentro da América.

2.3 O descobrimento das minas de Mato Grosso e Cuiabá

Os paulistas sofrendo com o revezes da guerra dos emboabas se voltaram para as antigas atividades das bandeiras apresadoras, embrenharam pelas selvas a procura de silvícolas para a escravização.

⁵⁸FURTADO, Júlia Ferreira. José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro. p. 279. In BICALLHO. Maria Fernanda. FERLINI. Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português século XVI a XIX.

⁵⁹ Idem, p. 292.

⁶⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Do Descobrimento a expansão territorial. Rio de Janeiro. Ed. Brasiliense, 1989. p. 306.

Por muitos anos os bandeirantes procuraram e vasculharam o pantanal e o oeste atacando aldeamentos. A situação geográfica era favorável onde estava a região dos paulistas, sendo uma região de acesso a todos os cantos do Brasil: para o nordeste se dava pelo vale do Paraíba, passando por Minas Gerais e navegando pelo rio São Francisco; Norte se fazia por Campinas Moji Mirim em direção a Goiás e rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia; ao sul era via Sorocaba e Itapetininga pegando os rios Paraná e Paraguai⁶¹; Para o oeste os bandeirantes pegavam principalmente os rios Tietê, Pardo, Coxim e Cuiabá.

Os bandeirantes se valeram de sua vasta experiência no sertão para amenizar os prejuízos da guerra com os emboabas e reinóis⁶². Os ânimos dos bandeirantes se elevaram quando Pascoal Moreira, por indicação de Antônio Pires de Campos, regressara da barra do rio Coxipó com centenas de índios algemados e que foram facilmente capturados. Seguindo a indicação do conterrâneo Pascoal Moreira seguiu em direção à região e verificou o fato contado pelo bandeirante; pôs a navegar por rios ainda não navegados e desconhecidos pelos paulistas e notou que à medida que deixa o Paraguai a vegetação mudava e em alguns dias de viagem chegou à barra do rio Coxipó; notou pelos destroços encontrados que o bandeirante havia feito mesmo um assalto a uma aldeia ribeirinha, mas a facilidade na captura dos silvícolas contada por Antônio Pires de Campos não foi a mesma para Pascoal Moreira. Este se deparou com a fuga dos silvícolas e teve que segui-los até encontrar o aldeamento muito bem defendido, por isso necessitou abandonar a captura, pois já havia mortos e feridos; tal realidade neutralizou o ímpeto da tão desejada conquista⁶³.

A descoberta do ouro se deu nessa desafortunada tentativa de captura dos índios Coxiponés, mas em compensação à derrota de Pascoal Moreira e seus sobreviventes ficaram aguardando no acampamento ajuda que viria da bandeira de Fernando Dias Falcão. Após o almoço um astuto faiscador teve a idéia de usar seu prato no rio Coxipó-Mirim, um dos afluentes do rio Cuiabá, onde havia muito cascalho e água cristalina. Foi com pouco trabalho que as pepitas de ouro apareceram e em mais algumas tentativas o bandeirante retirou três oitavas de ouro;

⁶¹ Idem. p, 276.

⁶² Reinol: gente que veio do reino.

⁶³ CORRÉA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1969. p. 198.

vendo o resultado do companheiro os outros integrantes da bandeira também usaram seus pratos e obtiveram o mesmo resultado⁶⁴.

Pascoal Moreira animado com o achado alterou os objetivos de sua bandeira que a princípio era apresadora⁶⁵ e passou a ser prospectora⁶⁶; juntaram-se a ele outras bandeiras que com o mesmo propósito de capturar silvícolas adentraram à região e viram o tão cobiçado metal em tão grande quantidade. Os planos foram revistos e se fixaram no local, por isso subjugaram os nativos e Felipe Dias Falcão voltou a São Paulo para buscar ferramentas e munição.

Convocou também mestres de ofícios vários, que fossem aplicar a sua perícia no arraial cuiabano. Seriam ferreiros que se incumbissem de manter em condições de utilização vantajosa a ferramenta exigida pela rude mineração. Carpinteiros, hábeis especialmente no ajustar o madeiramento apropriado às construções mais duradouras que os efêmeros ranchos destinados ao abrigo temporário dos andejos sertanistas. Alfaiates, que soubessem confeccionar-lhes as vestes, ainda que um tanto grosseiras, em substituição aos artigos importados de maior custo.⁶⁷

As seguidas descobertas de ouro na região do rio Cuiabá fez com que surgissem os primeiros núcleos de povoação entre os anos de 1719 a 1722, os arraiais de São Gonçalo e da Forquilha. No ano de 1722 foi achada por Miguel Sutil próximo a cabeceira do rio Cuiabá grande quantidade de veios auríferos e por isso no local foi erguido um altar para a devoção do Senhor Bom Jesus, e junto também foi transferido o núcleo principal da minas⁶⁸. Devido ao grande fluxo de pessoas e a importância da região do rio Cuiabá em 1727 foi fundada ali a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.⁶⁹

A procura de novas descobertas se estendeu pela década 1730. Foi encontrado pelo sargento-mor Antônio Fernandes Abreu nos afluentes do rio Guaporé cascalho com a presença de ouro. A partir da década de 1740 mais

⁶⁴ Idem, p. 199.

⁶⁵ Bandeira organizada para a captura de silvícolas.

⁶⁶ Bandeira organizada para a busca de ouro, metais e pedras preciosas.

⁶⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1969. p. 200.

⁶⁸ NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Nos Sertões do Poente: conquista e colonização do Brasil Central. Dissertação de mestrado em Geografia da USP, 2008, p. 84.

⁶⁹ VOLPATO. Luiza Rios Ricci. A Conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719 – 1819. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

descobertas foram feitas na região que foi se consolidando e sendo erguidos arraiais: São Francisco Xavier, Santana, Nossa Senhora do Pilar, Ouro Fino, Brumado, Boa Vista e Lavrinhas. Essa região foi chamada de Mato Grosso com “boas pintas” e muito perto dos espanhóis em uma região estratégica na defesa de toda a região oeste norte, e centro da América-portuguesa. Esse local foi tão importante estrategicamente que foi escolhido para abrigar a capital da Capitania de Mato Grosso.

O povoamento das minas de Cuiabá e Mato Grosso fez com que houvesse a necessidade de um fluxo comercial para a região, pois grande parte dos moradores estava comprometida com a atividade mineradora e as mercadorias vindas de outras regiões se tornaram imprescindível para a atividade mineradora, além do mais em regiões tão distantes do litoral como as minas de Cuiabá e Mato Grosso.

Para tal evento houve a necessidade de se montar verdadeiras empresas de comércio, transportes de mercadorias e pessoas para as regiões mineradoras do oeste do Império Português. Conforme se percebe no mapa dos caminhos das monções as expedições se constituíam em verdadeiras bandeiras, e essas monções requeriam experiência em navegação de rios bem como de conhecimento de selva e luta com silvícolas, já que estes eram os que mais atacavam as embarcações.

As técnicas de navegação fluvial eram praticamente de tradição indígena aperfeiçoada pelos paulistas e foram adotadas desde o fabrico da canoa até mesmo nas técnicas de navegação.

Durante as viagens, ficava a parte central destinada à carga. À frente, no espaço livre, que não excedia de dois e três metros, iam seis remeiros, além do piloto e do proeiro. Nos lugares encachoeirados, levava-se ainda um guia ou prático, por vezes dois, que trabalhavam alternadamente. Na mareagem, tanto como na técnica de construção naval, prevalecia decididamente a tradição indígena. A essa tradição pertence, por exemplo, o uso de os tripulantes remarem de pé, uso que foi corrente não só no Brasil como em todo o continente americano antes do advento dos barcos⁷⁰.

⁷⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Do Descobrimento a expansão territorial. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense. 1989. p. 316 e 317.

sertanistas para abrir caminho por terra, mas a empreitada era onerosa e o caminho ficou incompleto⁷¹. O ideal era ocupar o vazio demográfico e fixar população no centro do continente, pois as minas de Cuiabá e Mato Grosso ficariam sujeitas a domínio estrangeiro, por ser de difícil acesso, já que o caminho era longo e demorado.

2.4 O descobrimento e povoação das Minas dos Goyazes

Com a intenção de encontrar minas de ouro antes descobertas por seu pai por volta dos anos de 1670 a 1673 na tribo dos índios Goyazes (na ocasião tinha 12 anos e acompanhava o pai na expedição como de costume os bandeirantes levarem seus filhos). Bartolomeu Bueno da Silva procurou o governador de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, em 13 de janeiro de 1720 e fez o requerimento de empreender às suas custas uma bandeira prospectora na busca do ouro encontrado por seu pai nos sertões dos Goyazes.

A resposta chegou em 1721 permitindo que os requerentes fizessem a bandeira prospectora ao destino requerido.

Ajustei com eles segurando-lhes a mercê de que pedem das passagens dos rios que dependerem de canoas, em duas outras vidas, sujeitas à lei mental, dizendo-lhes eu atenderei ao serviço que me fizerem do qual me dareis conta para lhe deferir como for servido, e nas ordens que lhes passardes lhes advertireis dos descobrimentos devem ser em terras desta Coroa, sem entrarem nas que pertencem as de Castela [...]. Escrita em Lisboa ocidental em catorze de fevereiro de mil setecentos e vinte e um⁷².

Levado não só pelo intento de descobrir ouro o Anhanguera, como era conhecido já que herdara o apelido e também o nome do pai, estava na busca das mercês prometidas pela coroa àqueles que encontrassem minas de ouro, tanto que

⁷¹ PALACIN, Luis. O século do ouro em Goiás: 1722 a 1822, estrutura e conjuntura de uma capitania de minas. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 15.

⁷² Resposta do Rei Dom João V ao pedido de licença dos bandeirantes. In. PALACIN, Luis. LEDONIAS, Franco Garcia. AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos. tomo I colônia. Goiânia: Ed. UFG, 1995, p. 23.

na resposta do pedido da bandeira do Anhanguera estavam claras as honrarias e mercês dados aos descobridores se a empreitada fosse bem sucedida.

No ano de 1721 o governador Rodrigo Cesar de Menezes mandou redigir o regimento da Bandeira do Anhanguera, no qual deixou claro o acordo do empreendimento e a forma da organização hierárquica da empresa expedicionária.

[...] Porquanto Sua Majestade, que Deus guarde, foi servido ordenar-me, por carta de 14 de fevereiro do ano passado de 1721, assinada por sua real mão, ajustasse com o capitão Bartolomeu Bueno da Silva o prêmio que se lhe havia de dar no caso em que se descobrisse nos sertões desta Capitania minas de ouro, prata e outros haveres, e que lhe desse regulamento quando entrasse com a tropa a fazer descobrimentos nos ditos sertões, e em cumprimento da ordem do dito Senhor lhe mandei dar o presente regimento que há de guardar inviolavelmente o dito capitão Bartolomeu Bueno da Silva [...]

As pessoas que o acompanharem lhe terão todo o respeito devido, obedecendo-lhes as ordens [...] porque havendo a união e obediência se faz bem o serviço de Sua Majestade⁷³.

Devido aos elevados custos da empresa feita às próprias custas Bartolomeu Bueno associou-se a seu irmão Simão Bueno, seus genros João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, o cunhado Manoel Pereira de Calhamares, o sobrinho Antônio Ferraz de Araújo; Urbano do Couto e Menezes, José Peixoto da Silva Braga dentre outros.⁷⁴ A Bandeira foi composta segundo o relato de José Peixoto da Silva Braga:

Saí da cidade de São Paulo a 3 de julho de 1722, em companhia do capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera de alcunha, que era cabo da tropa, com trinta e nove cavalos, dois religiosos bentos: frei Antônio da Conceição e frei Cosme de Santo André, e cento e cinquenta e duas armas, entre as quais iam, também, vinte índios que o Sr. Rodrigo Cesar, general que então era de São Paulo, deu ao cabo Bartolomeu Bueno da Silva, para condução da carga necessária. Dos brancos quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia, e cinco ou seis paulistas, com seus índios e negros, todos à sua custa.⁷⁵

⁷³ Regimento da Bandeira do Anhanguera, 1721. In. PALACIN, Luis. LEDONIAS, Franco Garcia. AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos. tomo I colônia. Goiânia: Ed. UFG. 1995, p. 25.

⁷⁴ GALLI, Ubirajara. A História da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21. Goiânia: Ed da UCG, contato Comunicação, 2005, p. 27.

⁷⁵ Relato do José Peixoto da Silva Braga. In. PALACIN, Luis. LEDONIAS, Franco Garcia. AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos. tomo I colônia. Goiânia: Ed. UFG, 1995, p. 26 e 27.

A Bandeira tomou seu destino contando apenas com o itinerário apontado por Bueno em suas memórias; segundo Anhanguera contava com o mapa mental da viagem que fizera com seu pai há quase 40 anos. Partiu sem muitos atropelos até o Rio Grande, pois era caminho conhecido e freqüentado por várias bandeiras que tomaram destino rumo ao centro da América; atravessaram o Rio Paranaíba e seus afluentes e a bandeira perdeu o rumo.

Próximo aos arredores da futura cidade de Catalão, em busca de suprimentos para saciar a fome da bandeira, frei Antônio da Conceição fica plantando roça de milho e feijão. Depois a bandeira atravessa o Rio São Marcos, dirige-se onde estão hoje erguidas as cidades de Cristalina, Luziânia e Brasília.⁷⁶

Nesse lugar a bandeira ficou com maiores riscos de se malograr, pois estava acometida pela fome, insetos, cobras e animais ferozes, além dos silvícolas que poderiam atacar a comitiva; o clima da bandeira era que a morte rondava a empresa conforme o relato de uma dos componentes da Bandeira apontado por Alencastre como sendo supostamente Urbano do Couto.

Antonio Ferraz, sobrinho do cabo; este me pediu fizesse um sermão a seu ti, para que arribasse, e eu nesse dia não estava com vontade de pregar, porque estava com a barriga bem cheia de fome; mas tanto me pediu e rogou, que fiz o sermão, que foi o último, que me ia custando a vida; sendo que os meus sermões deram a vida a muita gente, porque vendo os meus companheiros cada dia morrerem, três ou quatro de fome, depois de terem comido todos os cachorros e alguns cavalos, principiei a pregar, e fiz 33 sermões sem mudar de tema, animando a todos, que não esmorecessem, certificando-lhes que para diante havia rios de muito peixe, campos e muitos veados, matos e muita caça, mel e guarirobas.⁷⁷

As doenças e a fome vitimaram muitos dos componentes da bandeira de Anhanguera e também a falta do que comer fez com que os componentes da bandeira se revoltassem complicando ainda mais a situação que neste momento era

⁷⁶ GALLI, Ubirajara. A História da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21. Goiânia: Ed da UCG, contato Comunicação, 2005. p. 29.

⁷⁷ Roteiro narrado supostamente por Urbano do Couto. In. ALENCASTRE, José Martins Peeira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia.

crítica; chegou-se a tentar um motim quando dois bastardos e alguns paulistas, queriam retirar a vida do cabo e no seu lugar colocar o irmão Simão Bueno⁷⁸.

Outro problema assolava a bandeira, conforme o relato de Alferes Braga.

Resolveu o cabo a marchar em ódio aos emboabas de que era o voto. Seguiu a tropa e fomos dormir nesse dia junto de um córrego que tinha algum peixe, com melhores pastos e bastante mato. Aqui desconfiamos de tudo, persuadidos de que o Anhanguera nos queria acabar no meio daqueles matos e alguns houve que se resolveram a ficar lançando roças e plantando alguns poucos pratos de milho que tinham ainda para seu sustento mas o capitão João Leite os tornou, de novo, a animar e reduzir a que passassem avante, como passaram.⁷⁹

Os ânimos exaltados, a fome e a morte presentes, os fizeram com que componentes da bandeira passassem a se acusar e houve até mesmo tentativas de assassinato. As deserções como o caso do alferes José Peixoto da Silva Braga, que junto com alguns da bandeira desceram o rio Maranhão e foram para a cidade de Belém. As fugas passaram a ser feitas por alguns componentes que não mais acreditavam na capacidade do cabo de chegar ao destino proposto.

Mesmo com todos os revezes sofridos durante a viagem Anhanguera marchava firme em seu propósito de encontrar o local onde esteve há quase 40 anos com seu pai. O sertanista continuou a jornada e encontrou ouro próximo onde hoje é a cidade de Palmeiras; também encontrou ouro no rio Claro em um local chamado de Pasmado e em um terceiro local no Rio Araguaia; dessas lavras ele apenas conseguiu retirar 32 oitavas de ouro⁸⁰, uma quantidade muito pequena para se fazer um povoamento.

Mesmo com tão pequena amostra o bandeirante retornou triunfante a São Paulo, no dia 24 de outubro de 1725, após três anos e três meses, propalando que encontrara ouro no sertão dos Goyases. Sua expedição que no início contava com cerca 200 a 500 pessoas chegou a São Paulo com apenas 40 componentes. O

⁷⁸ GALLI, Ubirajara. A História da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21. Goiânia: Ed da UCG, contato Comunicação, 2005, p. 30.

⁷⁹ Relato do José Peixoto da Silva Braga. In. PALACIN, Luis. LEDONIAS, Franco Garcia. AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos. tomo I colônia. Goiânia: Ed. UFG, 1995, p. 27.

⁸⁰ GALLI, Ubirajara. A História da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21. Goiânia: Ed da UCG, contato Comunicação, 2005, p. 30.

Governador Rodrigo Cesar de Menezes, no dia 27 de outubro de 1725, mandou carta a sua majestade contando o feito que tanto interessava ao monarca.

[...] chega no dia 24 do corrente, muito satisfeito por haver conseguido o que com todo trabalho havia buscado, de cujo descobrimento segura iguais grandezas aos de Cuiabá com a mesma permanência e com algumas vantagens, por não serem os ares tão contagiosos.⁸¹

Mesmo com uma quantidade pequena 32 oitavas de ouro (111 gramas) o rei de Portugal via na descoberta de ouro em uma região mais próxima de Mato Grosso e que poderia ligar aquela localidade distante a São Paulo uma oportunidade de fixar povoados e fazer um caminho por terra ligando o litoral ao centro da América; seria um caminho alternativo aos das monções e também seguro, pois estava mais distante das povoações espanholas.

Dom Rodrigo Cesar de Menezes enviara uma carta ao rei em 07 de maio de 1726 informando da necessidade de proteger as novas minas, por isso enviou tropas para acompanhar Bartolomeu Bueno da Silva com a intenção de abrir caminho por terra entre Cuiabá e as minas dos Goyazes:

[...] o torno a mandar com tropas reforçadas, fazendo que elas se sigam a outras para melhor penetrar naquele sertão e resistirem ao gentio, que é bastante e eu espero com a minha assistência no Cuiabá não extinguindo a multidão deles, mas abrir de umas para outras minas, de que se seguirá muita utilidade à Real fazenda de Vossa Majestade, que é o que mais me desvelo. Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade.⁸²

A coroa portuguesa pensava que o território do oeste poderia sofrer ataques de outras potências e até mesmo das nações indígenas que eram um sério problema para as empresas mineradoras, além de que o envio de socorro pelo caminho das

⁸¹Correspondência de Rodrigo Cesar de Menezes para o Rei de Portugal D. João V, in. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 39.

⁸² Carta de Rodrigo Cesar de Menezes para o Rei de Portugal D. João V, in. PALACIN, Luis. LEDONIAS, Franco Garcia. AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos. tomo I colônia. Goiânia. Ed. UFG. 1995. p. 30.

monções para defesa era muito difícil em caso de um conflito, implicando na ameaça da soberania conquistada por Portugal ao centro da América.

A resposta da carta do governador Rodrigo César de Menezes enviara ao rei informando da descoberta das minas dos Goyazes veio em 29 de abril de 1726⁸³ e nesta o monarca atendeu aos pedidos dos descobridores e permitiu a exploração das minas descobertas.

A nova expedição povoadora contava agora com muito mais componentes que a anterior e foi nomeado Bartolomeu Bueno da Silva capitão-mor e João Leite da Silva Ortiz guarda-mor das minas. Em julho de 1726 partiram rumo às novas minas descobertas.

2.5 O povoamento e a administração de Goiás na primeira metade do século XVIII

O povoamento da região mineradora se dava por meio de núcleos urbanos e à medida que ocorria as descobertas fundava-se no local um arraial; este tinha duração marcada pela produtividade das minas e em muitos casos quando o ouro acabava o arraial era abandonado e os garimpeiros mudavam para os novos descobertos em busca do metal dourado; era um fluxo frenético de pessoas que ocuparam em 25 anos um vasto território que hoje compreende os atuais Estados de Goiás e Tocantins.

Após seis meses de viagem a expedição povoadora chefiada por Bueno chegou às novas minas e fundara os primeiros garimpos na região do Rio Vermelho, dos quais nasceram os Arraiais de Sant'Ana, Ferreiro, Barra, Ouro Fino, Santa Rita e Pilar. Assim que foi ocupada a região do Rio Vermelho passaram os mineradores a buscar novos descobertos empreendendo bandeiras e vasculhando o território de Goiás em busca de ouro. Em 1731 o bandeirante Manuel Rodrigues Tomás, encontra ouro no Rio das Almas na serra dos Pirineus e fundou o Arraial de Meia Ponte⁸⁴. Ao norte, na década de 1730, foram fundados os arraiais de Maranhão,

⁸³ GALLI, Ubirajara. A História da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21. Goiânia: Ed da UCG, contato Comunicação, 2005. p. 31.

⁸⁴ Os paulistas chegando a este ribeirão em ocasião de cheia, para o passarem fabricaram uma espécie de ponte dous páos, dos quaes um foi levado pela corrente; e por este incidente deram o

Água Quente, Traíras, São José, Cachoeira. Outro descoberto importante foi feito por Domingos Rodrigues do Prado, que descobre ouro e fundou o Arraial de Crixás. Na região do Rio Tocantins foram descobertos e fundados os arraiais de Natividade, São Feliz, Pontal, Porto Real, Arraias. Na década de 1740 foram fundados os arraiais de Cavalcante, Pilar, Carmo, Santa Luzia e Cocal.

Após fundar os primeiros arraiais Bueno voltou a São Paulo em 1728 para receber as honrarias e mercês que lhe eram devidos em razão da descoberta das minas dos Goyazes. Recebeu o cargo de superintendente, capitão-regente, além de investido dos poderes cíveis, criminais, militares e o direito de atribuir sesmarias e coube a João Leite da Silva Ortiz o título de guarda-mor.

Em sua administração, Bueno cercou-se de seus parentes próximos e gente de sua confiança, assim gerando um conflito com outros mineradores que com cabedais, ou seja, escravos não aceitavam as ordens dos paulistas, O clima era de revolta entre a população e a administração de Bueno e além de tudo isso, a criminalidade envolveu as minas dos Goyazes.

Um grave problema enfrentado por Bueno em sua administração foi com as minas de Meia Ponte quando Manoel Rodrigues Tomaz fundou o arraial com o mesmo nome. O descobridor das minas de Meia Ponte não queria receber ordens de Bueno e se auto intitulou guarda-mor das minas. Em uma ocasião quando foi visitar o Arraial de Meia Ponte o mestre de campo Manoel Dias da Silva foi pego em um motim popular chefiado por Manoel Rodrigues Tomaz e expulso do arraial⁸⁵.

Tomando conhecimento das desordens e subversões enfrentadas na administração de Bueno o governador dividiu as minas dos Goyazes em dois distritos, um de Sant'Ana administrado por Bueno e um outro de Meia Ponte para o qual foi nomeado o Sargento-mor-regente José Sotel de Carvalho e superintendente-guarda-mor Antonio de Sousa Bastos. Essa subversão rendeu a Manoel Rodrigues Tomaz a punição de que não mais poderia entrar em Meia Ponte⁸⁶.

nome de Meia-Ponte ao ribeirão, e depois ao arraial. TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. 2ª edição. Editora UFG. Goiânia, 1998, p. 75.

⁸⁵ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 47.

⁸⁶ Ibidem, p. 47.

Os problemas das minas não poderiam ser atribuídos a Bueno, pois nas minas não havia como em toda a sua extensão colocar ordem em uma região tão vasta conforme afirmam Silva e Souza.

Na alluvião dos homens, que concorreram ao descobrimento de Goyaz, vieram pessoas de toda a qualidade, e até estrangeiros entre estes muitos sem costumes, que commeteram crimes horrorosos; verbi causa: uma mulher sem costumes, que sufocou em uma toalha e sepultou nas suas lavras do Ouro Fino as duas filhas, só por serem vistas e louvadas a sua formosura: a mesma, frenética de zelos, matou o filhinho de uma escrava, julgando ser obra do marido, e lh'o apresentou assado em um espeto a horas da comida. Os assassinos eram freqüentes, e por qualquer motivo. O capitão de uma companhia de, que veio de Minas Geraes, por bem pouco foi morto de um tiro no sitio de Catalão, à vista dos seus soldados, pelo descobridor de Crixax.⁸⁷

Mesmo com os pedidos de ajuda que Bueno fez ao Governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel⁸⁸, sucessor e inimigo político, e a D. Rodrigo Cesar de Menezes no governo da Capitania de São Paulo foi responsabilizado pelas desordens e perseguido pelo governador que empreendeu uma caçada implacável ao Anhanguera por este ser aliado de seu inimigo político; isso fez com que Caldeira Pimentel chegasse até mesmo a acusar Bartolomeu Bueno, João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu Paes de Barros de uma suposta “insurreição nacionalista” nas minas dos Goyazes. Devido a tal desordem foi formada pelo Conselho Ultramarino, o qual acreditavam que os bandeirantes eram dados como insubmissos às ordens da coroa.

Afinal, na primeira década do século XVIII, o Conselho Ultramarino já havia consolidado uma certa memória burocrática, na qual os paulistas apareciam sempre identificados a insubmissão política e a brios autonomistas, cujas conseqüências haviam sido inclusive avaliadas pelos conselheiros, especialmente preocupados com uma possível colaboração com nações estrangeiras⁸⁹.

⁸⁷ TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. 2ª edição. Editora UFG. Goiânia, 1998, p. 79.

⁸⁸ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 47.

⁸⁹ ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In. BICALLHO. Maria Fernanda. FERLINI. Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de

Municiado com visão negativa dos paulistas pelo Conselho Ultramarino o Governador Caldeira Pimentel tentou de todas as formas destruir o bandeirante Bartolomeu Bueno. No entanto, fora advertido pela coroa devido à prisão arbitrária em Santos de Bartolomeu Paes de Barros, fato que levou a coroa a acreditar que o falso levante era uma invenção do governador contra seus inimigos políticos ou uma intenção da coroa de mandar o governador acabar com a honra de Anhanguera.

Entretanto, não deve ser afastada a hipótese de ter havido aí ordem secreta da Coroa. Indubitavelmente, a metrópole não poderia agir abertamente contra Bartolomeu Bueno da Silva, em razão da disputa com a Coroa espanhola em torno dos limites, suas possessões na América e diante do papel que os paulistas desempenhavam na expansão da fronteira.⁹⁰

Os limites estavam sendo questionados e estudados pelas duas coroas ibéricas, as quais tentavam um novo tratado para dividir os territórios dos dois impérios na América; isso fazia com que regiões tão distantes do litoral e dos centros administrativos da coroa muito adentro da América e ricas em lavras de ouro deveriam ser governadas por pessoas de confiança do rei. O Anhanguera, por ser bandeirante paulista não conquistara a confiança do Conselho Ultramarino.

Goiás nesse período passou a ser considerado uma região de fronteira e, assim, de vital importância para a manutenção da soberania dos territórios do centro e do oeste do Brasil. Para isso a coroa já não necessitava de Bartolomeu Bueno, pois as minas já estavam bem povoadas e assim poderia sem riscos iniciar o controle administrativo e fiscal das minas dos Goyazes.

Diversas providências para minar o poder de Bartolomeu Bueno da Silva foram tomadas: 1. A arrematação de um contrato das passagens dos rios para o triênio 1730 a 1733; 2. a criação da patente de mestre-de-campo em 1731; 3. a ouvidoria de Goiás, em 1731; 4. procedeu-se à destituição de poderosos locais de sua posição de fazer a cobrança das entradas, tradicionalmente a cargo de aliados dos sertanistas pioneiros. Tudo era feito

Governar: idéias e práticas políticas no Império Português século XVI a XIX. São Paulo. ED. Alameda, 2005, p. 339 e 340.

⁹⁰ CAMPOS. Maria Verônica. Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteiras in BICALLHO. Maria Fernanda. FERLINI. Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e praticas políticas no Império Português século XVI a XIX. São Paulo. ED. Alameda, 2005, p. 343 e 344.

valendo-se da dissimulação, sempre com acusações de autoritarismo, arbitrário e falta de competência administrativa dos potentados paulistas.⁹¹

Com a saída do Governador Caldeira Pimentel, o qual foi sucedido por D. Antônio Luiz de Távora, o Conde de Sarzedas, no governo da Capitania de São Paulo, a situação de Bueno não ficou menos confortável e foi este governador que empreende a Bueno o golpe final e sua saída do poder das minas dos Goyazes, quando o Conde de Sarzedas governador da Capitania de São Paulo nomeia para superintendente das minas dos Goyases o ouvidor de São Paulo. Restou a Bueno apenas o cargo honorífico de capitão-mor. No final de sua vida Bueno fica na miséria, mesmo sendo o descobridor das minas e enriquecedor da coroa. D. Luiz de Mascarenhas, governador de São Paulo em setembro de 1740, deu a Bueno uma esmola de uma arroba de ouro às custas do Estado para retirar o descobridor da miséria, mas o governador foi repreendido pela coroa que mandou tomar o que foi dado e se o mesmo não pudesse pagar deveria sequestra-lhe os bens. Bueno não sobreviveu e morreu antes que as ordens reais fossem executadas⁹².

Ainda na primeira metade do século XVIII para continuar a fixar a população e manter a estrutura administrativa funcionando o governo aumentou o aparato administrativo nas regiões mineradoras e criou novos dispositivos de governo como a administração religiosa nas regiões centrais e oeste do Brasil.

2.6 O uso político dos domínios religiosos

Os domínios da coroa portuguesa não se restringiam apenas ao poder político, mas perpassava também o poder religioso que foi concedido aos monarcas portugueses durante séculos por meio de bulas papais; este poder ficou conhecido como padroado régio, o qual poderia ser definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres que o rei assumia, pois ficava a cargo da coroa levar as

⁹¹ CAMPOS. Maria Verônica. Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteiras, in BICALLHO. Maria Fernanda. FERLINI. Vera Lúcia Amaral (org.) Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português século XVI a XIX. p. 343.

⁹² SILVA, Colemar Natal e. História de Goiás. Goiânia: IGL: AGEPEL, 2002.

missões e instituições eclesíásticas da Igreja Católica Romana para os seus domínios na África, Ásia e Brasil⁹³.

A Coroa portuguesa aumentou seu poder com o padroado quando a Ordem de Cristo foi criada pelo rei de Portugal D. Diniz em 1319⁹⁴ e substituiu a Ordem dos Templários. Muitos daqueles que faziam parte da Ordem de Cristo eram antigos templários portugueses que foram protegidos por D. Diniz da perseguição do Papa Clemente V.

Essa ordem recebeu privilégios eclesíásticos (1481) como a concessão da jurisdição espiritual sobre terras, ilhas e lugares até então descobertos ou ainda por descobrir pelos portugueses que não tivessem diocese; foram dados à ordem poderes da igreja desde o Brasil até o Japão.

Com o fortalecimento da Ordem de Cristo foi conferido o título de Grão Mestre da Ordem de Cristo ao monarca português D. João III e seus sucessores pelo Papa Adriano, em 1553⁹⁵. Com esse título os monarcas passaram a reger os assuntos religiosos que antes eram atribuições da Igreja Católica.

Esse poder delegado aos monarcas portugueses fez com que eles criassem um órgão para cuidar dos assuntos religiosos chamado Mesa da Consciência e Ordens. O órgão era responsável pela criação de dioceses, paróquias, capelas, conventos e seminários.

No reinado de D. Sebastião foi ampliado o poder do padroado régio, mais especificamente nos anos de 1557- 1578 conferindo aos monarcas portugueses amplos poderes. A bula *Dum Fidei Constantiam* ampliava os direitos do rei sobre os negócios da Igreja e conferia a ele o direito de nomear clérigos desde arcebispos, bispos e até mesmo cargos simples. Ficava a cargo do Reino prover de suas necessidades igrejas e capelas e remunerar os clérigos.

[...] monarca era uma espécie de protetor da Igreja em seus domínios, auxiliando-a em seu ministério religioso para as terras descobertas, ajudando-a a manter a disciplina eclesíástica, até mesmo a ponto de punir

⁹³ BOXER, Charles C. O Império Colonial Português (1415 – 1825). São Paulo: Edições 70, 1981, p. 224.

⁹⁴ Idem. p. 225

⁹⁵ BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, 2007.

os clérigos delinqüentes com castigos temporais (cadeia, exílio, pena capital)⁹⁶.

Muitos reis de Portugal em algumas vezes agiam como se os bispos e o clero fossem funcionários do Estado e dava-lhes ordens sem consultar Roma, bem como recusava ordens vindas de Roma, desde que as mesmas ficassem dentro da esfera do padroado que não foram reconhecidas como *regium placet* da chancelaria real⁹⁷.

No reinado de D. João V – precisamente no ano de 1745 -- o padroado serviu também para negócios relacionados à soberania, pois foi usado para as negociações de território. O Conselho Ultramarino, que naquele período fora regido por Alexandre de Gusmão, grande conhecedor dos territórios portugueses na América e também negociador do Tratado de Madri, recomendou em carta enviada ao Rei em 10 de abril de 1745.

[...] o Bispado do Ryo de Janeiro, seja quatro vezes mayor do que occupão as mais Dioseses da Bahia, Pernambuco Maranhão e Pará e não possa tão dilatado território comodamente visitáveis sem grande número de Bispos⁹⁸.

O pedido ao Rei aconselhou que se solicitasse ao pontífice a autorização para criar a novos bispados, pois o do Rio de Janeiro não tinha como assistir um território que alcançava desde o Rio de Janeiro até as Minas Gerais, São Paulo e as minas de Mato Grosso e Goiás até o Sul das posses do território português na América. A consulta do Conselho Ultramarino segue apontando que se faça um pedido:

[...] a V. Santidade a erçção das duas novas cathedrays q ao concelho parece e de dua Prelazias izentas para os destrictos de Goyaz e Cuiabá com as cõngruas e limites apontados nesta consulta. Manso pedir a V.

⁹⁶ MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Do corpo místico de cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás, 1736/1808. Dissertação de doutoramento em História e Teorias das Idéias. Cap. 2, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 04. In. BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, 2007.

⁹⁷ BOXER, Charles C. O Império Colonial Português (1415 – 1825). São Paulo: Edições 70, 1981, p. 226.

⁹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei d. João V. Lisboa 10 de abril de 1745. AHU. Goiás. Doc. 264. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 01.

Santidade a erecção das duas novas cathedrais q ao conselho parece e de duas Prelazias izentas para os districtos de Goyaz e Cuiabá com as cõngruas e limites apontados nesta consulta⁹⁹.

Pelo exposto no documento do Conselho Ultramarino a prelazia de Goiás, nesse período governada pela capitania de São Paulo, tivera definidos seus limites eclesiásticos da seguinte maneira:

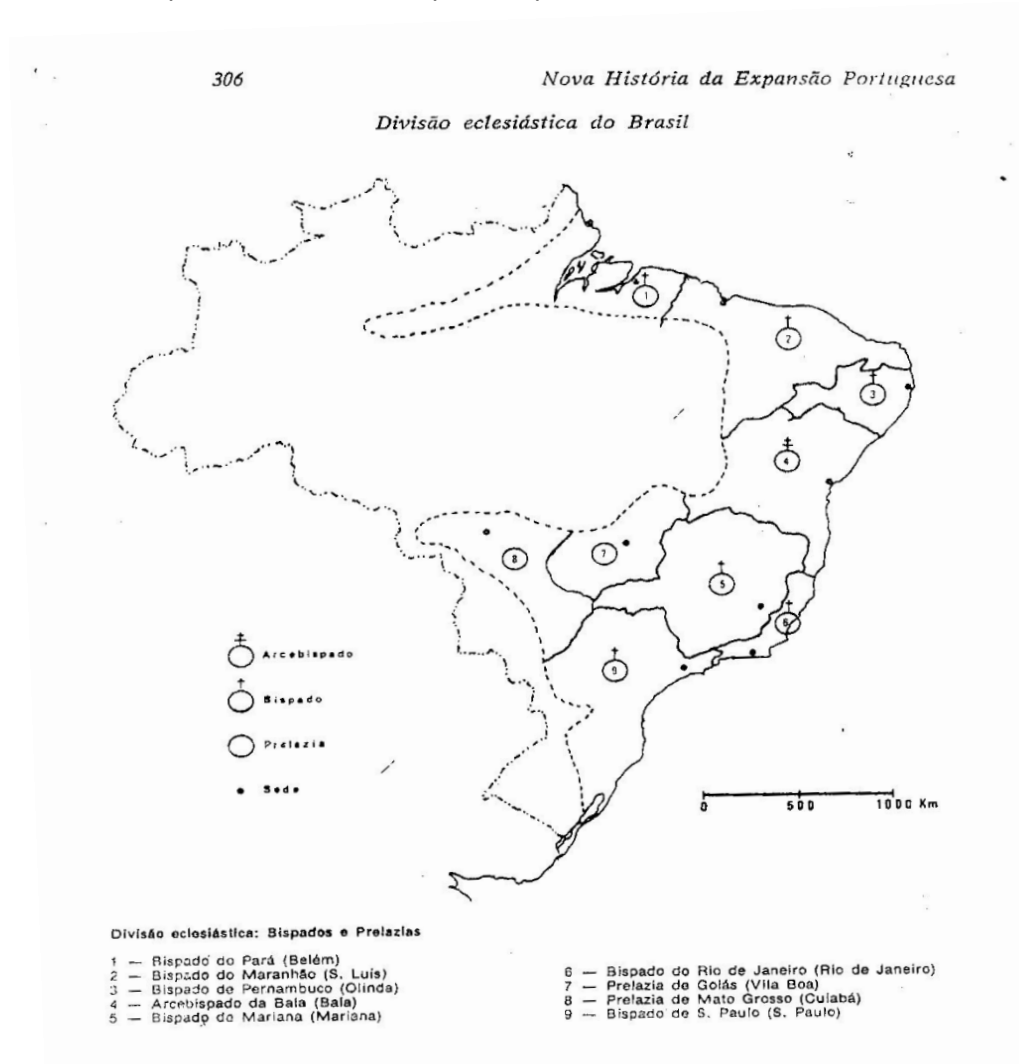
Finalmente a Prelazia dos Goyaz confinan se com os Bispados de Minas Geraes e de S. Paulo pellos limites que ficão ditos pó deter a respeito dos Bispados de Pernambuco, Maranhão e Pará a mesma divizão em que ao prezente se acha a Dioseze do Rio de Janeiro; ficando no território da mesma Prelazia as Minas e dependências do Cuyabá por se ter aberto caminho que dizem será de vinte dias da Villa Boa dos Goyaz a do Bom Jesus do Cuyabá¹⁰⁰.

Mesmo com o padroado dando o direito e o poder ao Rei de Portugal de erguer bispados e capelas as negociações se arrastaram por todo o ano de 1745 e o problema era que a autorização papal legitimaria o poder do rei de Portugal sobre territórios espanhóis pelo tratado de Tordesilhas, já que isso poderia incorrer em um choque entre o Vaticano e os Reis Espanhóis, pois o poder do Padroado do Rei de Portugal se estenderia muito adentro da América. Ficou claro que o objetivo do Conselho Ultramarino e, mais precisamente de Alexandre de Gusmão, era o de obter maior número de justificativas para a anexação destes territórios na negociação do Tratado de Madri e uma bula papal legitimando esse território como jurisdição de Portugal daria grande vantagem nas argumentações durante a negociação conforme se pode observar no mapa abaixo:

⁹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei d. João V. Lisboa 10 de abril de 1745. AHU. Goiás. Doc. 264. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 01.

¹⁰⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei d. João V. Lisboa 10 de abril de 1745. AHU. Goiás. Doc. 264. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 01.

Mapa 05: Divisão dos Bispados e prelazias do Brasil no século XVIII



Fonte: SILVA, Maria B. Nizza da, O Império Luso-brasileiro de 1750 – 1822 volume VIII p. 306. In MARQUES, A. H. Oliveira. SERRÃO, Joel. Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Estampa, 1986.

Nota-se que o pedido partiu do Conselho Ultramarino e não da Mesa da Consciência e Ordens como deveria, pois era esse órgão que cuidava dos assuntos da igreja em Portugal. Configura-se nessa conjuntura uma atuação política e uso dos poderes religiosos nos assuntos geopolíticos tão em voga nesse período, pois eram vitais para o Império Português no Atlântico os territórios centrais da América e da Bacia Amazônica.

O Papa Bento XIV cujo governo se estendeu desde 1740 a 1758 optou por não contrariar o pedido do Rei Português. O trabalho do embaixador de Portugal, o

Comendador Manoel Sampaio, junto ao Pontífice encaminhava-se da mesma forma. No dia 6 de dezembro de 1745 Bento XIV promulgou a bula *Candor Lucis Aeternae*¹⁰¹ que determinara:

Pelo nosso dileto filho Manoel Pereira de Sampaio, comendador da Milícia de Cristo e encarregado dos Negócios do reino de Portugal junto de Nós e desta Santa Sé, foi recentemente proposto a Nós que, se a vastíssima Diocese do Rio de Janeiro for dividida de tal modo que, permanecendo como tal o Bispado já existente, se constitua um segundo em São Paulo e um terceiro em Mariana, cada qual deles com seu Bispo ou Pastor, e mais ainda se criem duas Prelazias, ficando uma em Goiás e outra em Cuiabá.

Essa bula facultava a Portugal um poder sobre um vasto território adentro da América com jurisdição do padroado português sobre territórios juridicamente da coroa espanhola, mas ocupado por portugueses. Fica evidente que o verdadeiro interesse do Conselho Ultramarino fora o de conquistar junto ao pontífice subsídio importante na luta pela anexação de tais territórios ocupados, sendo esta uma jogada muito bem montada diplomaticamente. Observar-se que o interesse nos assuntos da fé fora abandonado em relação à prelazia de Goiás contudo:

Contudo, apesar da tramitação do processo de formação das prelazias de Goiás e Cuiabá pela Santa Sé, e da demarcação de seus limites, fica claro que o maior objetivo da metrópole foi a afirmação das posses dos territórios minerais e a expansão da colônia. Isso pode ser comprovado quando se leva em conta que a jurisdição eclesiástica da prelazia de Goiás se manteve sob a confiança do Rio de Janeiro ao longo de todo o século XVIII, e que a constituição administrativa da Capitania só se faria quatro anos depois, em 1749.¹⁰²

Desde a sua criação, ficou vago o cargo do bispado em Goiás por setenta e quatro anos e nenhum bispo veio a Goiás dos quatro nomeados. Goiás só veio a ver seu primeiro -- o quinto que fora nomeado -- prelado em 1819, Dom Francisco

¹⁰¹ Bula *Candor Lucis Aeternae*, de 6 de dezembro de 1745 do Papa Bento XIV. In SILVA, José Trindade da Fonseca e. Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a História de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2006, p. 112 a 123.

¹⁰² BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, 2007, p. 143.

Ferreira de Azevedo conhecido como Bispo Cego, pois evidentemente tinha uma deficiência visual.

As novas descobertas de minas de ouro no centro da América fez com que Portugal criasse os dispositivos para anexar esses territórios em que não havia ocupação espanhola. Durante a primeira metade do século XVIII a administração portuguesa procurou fazer a ocupação e incorporação dessas regiões ao complexo imperial Atlântico. Devido a sua importância econômica e estratégica – localizada no centro da América do Sul -- a incorporação dessa região significava além do ouro, uma oportunidade de defesa e ocupação de um vasto território, assim aumentando o poder do Império Português no Atlântico para o centro da América.

3 A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE E NORTE DO BRASIL DE 1750 A 1821

Percebe-se que com o fim da União Ibérica Portugal passou a concentrar energias ao seu império no Atlântico principalmente em sua melhor parte, o Brasil. Com esse intuito os portugueses procuraram expandir seu território para aumentar suas posses coloniais. Envolvidos na busca de ouro encontraram o valioso metal no interior da América e, conseqüentemente, buscaram explorá-lo, mesmo estando a oeste em territórios pertencentes à coroa Espanhola pelo tratado de Tordesilhas. Com esse empecilho jurídico a corte de Portugal buscou por todos os meios incorporar legitimamente essas ricas regiões, pois efetivamente já havia ocupado. Para tanto, na primeira metade do século XVIII, Portugal criou as prelações de Goiás e Mato Grosso e uma estrutura administrativa que fixou os mineradores nessas regiões até que o outro tratado -- que mais tarde foi assinado com o nome de Tratado de Madri -- fosse assinado em substituição ao de Tordesilhas e uma nova demarcação fosse efetivada incorporando juridicamente as terras ocupadas a oeste de Tordesilhas.

Mesmo com o Tratado de Madri sucessivos tratados foram assinados a partir da segunda metade do século XVIII, pois os territórios ficavam sempre em litígio e faziam com que Portugal criasse linhas de fortificação e empreendesse projetos de defesa para que entre um tratado e outro os espanhóis e outras nações não invadissem o Brasil.

Dentro do complexo imperial estava o centro e o oeste do Brasil, regiões distantes do litoral, novas em povoamento e de difícil acesso. Essas condições fizeram com que Portugal criasse uma política de defesa que envolvesse a exploração do ouro, a fixação de população nas regiões de fronteira e a defesa desse território.

3.1 Capitânicas de Mato Grosso e Goiás, as chaves do propugnáculo do sertão do Brasil

Com a descoberta do ouro nas minas de Mato Grosso e Goiás aumentou ainda mais a visão do “eldorado” de riquezas, passando o ouro a figurar ainda mais como produto de suma importância para a Coroa, pois poderia com o metal, extremamente cobiçado pelos europeus, fixar população em territórios ainda não ocupados no centro da América e, portanto, expandir os limites da fronteira do Império Português e ao mesmo tempo receber impostos sobre a atividade mineradora, assim gerando grande fluxo de ouro para os cofres da coroa. Em poucos anos os mineradores ocuparam uma parte do território que hoje são os atuais estados de Goiás, Tocantins, Mato grosso e Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal.

Para tanto na primeira metade do século XVIII a coroa portuguesa procurou assenhorear-se dessas regiões. Assim, criou vários dispositivos políticos e estratégias para defender e manter a população e a soberania nestas minas. Tudo ocorria com o maior zelo e tato possível, pois os territórios das minas dos Goyazes e Matto Grosso não pertenciam a Portugal juridicamente pelo acordo firmado em 1496 (Tratado de Tordesilhas).

Após o fim da União Ibérica outro acordo deveria ser firmado entre Portugal e Espanha para delimitar os seus territórios imperiais na América devido à ocupação portuguesa de extensas regiões. A união das duas coroas invalidaria o tratado de Tordesilhas e os portugueses não necessitavam conter as suas atividades dentro dos limites fixados no tratado, pois todos obedeciam ao mesmo soberano.

A coroa Portuguesa no início do século XVIII, por sua vez, durante a ocupação dos territórios de Mato Grosso e Goiás, realizou medidas para que essas posses em um eventual acordo ficassem sobre o domínio de Portugal. Formou-se um corpo administrativo que organizou as atividades mineradoras e serviu de suporte para que as regiões ocupadas fossem assistidas pelo governo imperial português. Ergueram arraiais e vilas em nome da coroa. Foram criadas as prelaças de Goiás e Mato Grosso fazendo com que a igreja concedesse a Portugal a soberania dos domínios eclesiásticos das regiões mineradoras que estavam em litígio entre as coroas ibéricas.

O Conselho Ultramarino endossou um parecer de 22 de abril de 1747, redigido por Alexandre de Gusmão:

O que se sucede neste negócio faz mais patente a necessidade de que haja governador à parte nos Goiás e Cuiabá, para de mais perto dar as providências necessárias em caso semelhante que não admitem as esperas de um recurso tão remoto como de Santos [...] Sendo digno de reflexão que no tempo em que Vossa Majestade foi servido fazer governos a parte em Minas Gerais e em São Paulo, que estavam muito mais perto do Rio de Janeiro, do que estão de São Paulo e o Cuiabá, não importava o distrito das Minas nem o de São Paulo o que hoje importa a colônia dos Goiás pela sua extensão e riqueza, e a do Cuiabá pela sua situação na vizinhança dos castelhanos¹⁰³.

Mediante esse parecer redigido por Alexandre de Gusmão reuniu-se o Conselho Ultramarino em 29 de janeiro de 1748 e o assunto foi analisado com ênfase na importância da criação desses governos, pois em regiões tão remotas deveriam ser assistidos os portugueses com um governo próprio. Devido às distâncias da capitania de São Paulo a demora de seis meses de navegação ficou o Mato Grosso a mercê de ser invadido por castelhanos. Além disso, a mesma capitania também faz fronteira com o governo de Santa Cruz de La Sierra e com as aldeias jesuítas de Chiquitos e Moxos. Assim, observa-se fazer das Minas de Mato Grosso uma poderosa resistência para que ela possa conter qualquer invasão estrangeira. Deveria também servir de antemural a todo o interior do Brasil¹⁰⁴.

Os pareceres deixavam claros os motivos nos quais se deveriam fazer governos próprios nas minas de Goiás e Mato Grosso, regiões extremamente estratégicas para o alargamento do poder real sobre territórios ricos em ouro, aumentando o poder do Império Atlântico Português. Outro fator ainda em vigor no momento eram as negociações para o tratado de Madri. O caminhar dos acontecimentos na área oeste da América Portuguesa com a fixação dos arraiais, prelaças, povoação e agora a região elevada à Capitania seria mais um ponto a justificar a legitimação e apossamento da mesma. Foi facilitada durante as negociações a anexação de importantes regiões do Império, pois tais regiões

¹⁰³ Parecer do Conselho Ultramarino de 22 de abril de 1747. apud. CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 303.

¹⁰⁴ Parecer do Conselho Ultramarino de 29 de janeiro de 1747. apud. CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 303 e 304.

formavam uma rede em que se assegurava por meio das bacias do rio Tocantins, Amazonas e do Rio Guaporé as regiões do Pará, Mato Grosso e Goiás. Essas regiões foram estrategicamente estudadas por Alexandre de Gusmão. O rio Guaporé seria a ligação entre Mato Grosso e o Pará e o caminho por terra aberto entre Goiás e Mato Grosso ligaria as outras regiões do Império tanto por mar, passando pelo Pará e o caminho das monções, como por terra passando por Goiás.

A Capitania Goiana fazia parte na estratégia geopolítica portuguesa. Nota-se que Goiás não só serviu como produtor de ouro mas também ponto estratégico central de ligação entre o litoral tanto do Atlântico via Minas, São Paulo e Bahia, bem como do Caribe via Maranhão e Pará, pois Goiás estava localizado em uma posição central, a meio caminho de uma eventual invasão, e em Goiás se poderia fazer resistência e dar assistência na defesa, caso houvesse uma invasão estrangeira, principalmente pelas partes do Mato Grosso que era o mais distante dos centros administrativos do governo português.

3.2 A criação da capitania de Goiás e Mato Grosso

Convencido da necessidade de se fazer duas novas capitanias em seu império, o rei Dom João V prontamente homologou e firmou o alvará que fez criar no Brasil as Capitanias de Mato Grosso e Goiás, portanto dividindo em três a Capitania de São Paulo. O alvará fora assinando em 9 de maio de 1748 e rezava:

Faça Saber a vós Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, que por ter resoluto se criem de novo dois governos, uma nas minas de Goiás, e outro na de Cuiabá, e considerar ser desnecessário que haja mais em São Paulo governador com patente de Capitão-General... hei por bem, pela resolução de 7 do presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos Governos, enquanto não sou servido nomear governadores para eles... Os confins do governo de Mato Grosso e Cuiabá hão de ser para a parte de São Paulo pelo rio Grande, e pelo que respeita à sua confrontação com os governos de Goiás e Maranhão, vista a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tenho determinado se ordene a cada um dos novos governadores onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Alvará de 9 de maio de 1748. Criando a Capitania de Mato Grosso e Goiás. Apud. CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 304 - 305.

Em meio às ordens reais estava a diminuição da importância da capitania de São Paulo, já que estava subordinada ao governo do Rio de Janeiro; também dividiu-se a jurisdição das duas Capitanias recém-criadas.

O efetivo expansionismo de uma região rica e despovoada de espanhóis facilitou o controle das conquistas por parte da Coroa Portuguesa. A criação das novas capitanias garantiria e alargaria as suas posses em regiões pertencentes aos domínios espanhóis pelo tratado de Tordesilhas, mas sob a soberania de Portugal que não mais aceitaria desocupar os territórios centrais e oeste tão vitais para a manutenção de seu Império Atlântico. Tanto que na instrução da Rainha D. Maria Vitória para D. Antônio Rolim da Moura Tavares, 1749, o tratado de 1494 não havia mais de ser cumprido.

(...) não posso, contudo considerar-me obrigado a conter o limite da minha conquista na dita linha (...), deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se não adiantem para nossa parte: mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes e não estiver já ocupado, pelos espanhóis evitando, porém quando for possível, não toda a violência. (...) e no caso que algum dos governadores espanhóis vos faça estâncias ou protestos a este respeito, responderei que sobre semelhantes questões se não pode tomar acordo ente vos, mas entre as duas cortes. Seguindo o mesmo regimento instruiu-se que se faça muitas forças para defender a fronteira devido “que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do Sertão do Brasil pela parte do Peru e a necessidade de fazer população ou vila na fronteira e levantar uma companhia de Dragões, e “conceder privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se (...) e alistar em ordenança todos os moradores do vosso governo. (...) Fareis freqüentar, quando for possível, a navegação e pesca do rio Guaporé (...) a comunicação do Mato Grosso com o Pará poderia, que será o meio mais eficaz para destruir aquela proteção e para fortalecer as terras de vos governo”.¹⁰⁶

Ficou clara a necessidade das novas Capitanias, pois por meio delas se faria o domínio das regiões e a defesa. Portugal não sairia dessas possessões firmando todos os aparatos desde a descoberta das minas, ficando municiados nos argumentos de defesa que iriam ser colocados na negociação do Tratado de Madri um antigo direito romano do *uti-possidetis* que em suma afirmava que aquele detentor da posse seria o senhor dos territórios. Essa foi a argumentação vitoriosa

¹⁰⁶ Instrução da Rainha D. Maria Vitória para D. Antônio Rolim de Moura Tavares. Lisboa 9 de janeiro de 1749. in. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

na negociação do tratado que fez com que Portugal alargasse os seus domínios para muito além do antigo limite de Tordesilhas. Portugal entre anos de 1720 e 1750, ou seja, 30 anos procurou cada vez mais adentrar a oeste com povoações. Firmada sua soberania nas novas minas descobertas ergueu uma estrutura administrativa gradual à medida que se fazia necessária. Ergueu a prelazia que fora endossada pelo papa e fez também jurisdição governativa em territórios não acordados entre as duas coroas ibéricas.

Para tanto fora necessário o trabalho de vários homens que coadjuvantes no processo político fizeram a glória do Império Português; estes homens desbravaram, empreenderam empresas mineradoras e defenderam as fronteiras como soldados do império português.

3.3 Rio Tocantins: uma porta inerte do interior do Brasil

Goiás figurou também na geopolítica do Império Atlântico Português não só por estar próximo das minas de Mato Grosso e Cuiabá e da Capitania do Pará, mas também por ser a Capitania de Goiás central e mais próxima do oeste. Goiás não só serviria para se fazer caminho por terra, em uma eventual invasão às regiões das Minas do Mato Grosso e do Pará, a Capitania de Goiás também era servida por rios, principalmente o Tocantins, vias fluviais estratégicas como afirmava Alexandre de Gusmão.

Na presente situação das forças daquele país, opina o relator, é evidente que qualquer nação, sem muitas forças que duas ou três companhias de bons soldados se poderia fazer senhora de todo ele; e em tal caso a perda do Rio Amazonas, do seu dilatadíssimo sertão, e das suas preciosas produções, seria o menor dano, porque muito maior se deve antever na livre estrada, que teria para todo o interior do Brasil, quem ocupasse as bocas dos Rios das Amazonas e Tocantins. Sendo indubitável que o senhor destas irremediavelmente o seria também de todas as minas dos Goiazes, do Cuiabá e Mato Grosso, pela grande facilidade com que pelos ditos dois rios, poderia introduzir até ao mais remoto das ditas Minas todas as forças que quisessem, quando, pelo contrário, elas não poderiam ser socorridas

dos portos do Brasil, senão com uma larguíssima e trabalhosa jornada por terra.¹⁰⁷

A Capitania de Goiás era vista pelo estadista como uma grande via de caminhos para o Pará e Mato Grosso e o domínio da Bacia do Rio Tocantins o faria senhor do centro-oeste do Brasil.

Nesse contexto, Goiás também era uma capitania estrategicamente localizada para se fazer uma via comercial favorável à penetração ainda mais de população às regiões a oeste e norte. Para tanto, a Coroa Portuguesa deveria autorizar Goiás abrir comércio com o Pará e também deveria o Mato Grosso via rio madeira comercializar com o Pará, fazendo uma rede comercial que baratearia os gêneros importados e também facilitaria a comunicação. Exemplo disso foi a abertura dos caminhos e comércio das Minas Gerais com o Rio de Janeiro que desenvolveu muito com o ouro das Minas Gerais.

As capitanias de Mato Grosso e Goiás sofriam muito com a falta de moedas, escravos, sal e os altos preços cobrados devido às viagens. O comércio com o Pará contribuiria, pois os gêneros chegariam mais rápidos às minas com a navegação por meio dos rios Tocantins e Araguaia, os quais facilitariam o escoamento dos produtos; o mesmo serviria a Mato Grosso que fazia a comunicação por meio dos rios Guaporé e Madeira até o Rio Amazonas.

Isso implicaria fazer uma reordenação nos contratos das companhias de comércio, bem como com os contratadores dos impostos de entrada e passagens dos rios. Outro problema era que a coroa estava preocupada com o contrabando e o desvio do ouro que afluiria dessas regiões sem que se retirasse o imposto do quinto tão necessário ao real erário.

A liberação para o comércio foi negada e vigorou o bando antigo de 10 de janeiro de 1730 que confirmava os caminhos às minas do Mato Grosso e Goiás pelas vias das bandeiras paulistas¹⁰⁸. Esse bando emperrava o desenvolvimento das minas que já há muitos anos -- no caso 22 anos -- desenvolvidos e em pleno apogeu

¹⁰⁷ Parecer de 7 de agosto de 1752, sobre as necessidades de defesa do Tocantins e do Rio Branco, como linhas fluviais estratégicas do Brasil. Apud, CORTESÃO, Jaime Zuzarte, O Tratado de Madri. Tomo II, parte III. Ed. Senado Federal. Brasília, 2001.

¹⁰⁸ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Ed. CEGRAF/UFG, 1992, p. 44.

de produção aurífera com muitos arraiais e vilas e uma numerosa população que afluía para as minas desde a criação do Bando que restringia os caminhos.

A coroa persistiu em negar a autorização do comércio e empreendeu outras medidas. No intuito de proteger tão importantes regiões a coroa resolveu mandar imediatamente regimentos para a defesa dos lugares de penetração dos Rios Amazonas e Tocantins e criar uma fortaleza no Alto-Rio Branco¹⁰⁹.

Para as partes oeste ficava a cargo de Goiás atender a tão necessária defesa, e mandar remessas de ouro para que nada faltasse na defesa da Capitania de Mato Grosso, pois se perdesse aquela fronteira, perderia facilmente a bacia do Rio Tocantins e, conseqüentemente, Goiás ficaria sem proteção e poderia ser dominado.

3.4 Goiás e a defesa do propugnáculo do sertão

A capitania de Goiás deveria se enquadrar no esquema defensivo e ajudar Mato Grosso na defesa de seus limites, os quais não eram pequenos; a sua linha de fronteira, se confinava com várias possessões do Império Espanhol na América que eram os aldeamentos de Chiquitos e Moxos e o governo Santa Cruz de La Sierra. Para tanto, foi dada a ordem por meio de uma Carta Régia de 1757 endereçada ao conde de São Miguel, Álvaro Joseph Botelho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás, com os seguintes dizeres:

Eu El Rey (...) sedome, presente, que a falta de meynos pecuniários, que se em experimentado na Capitania de Mato Grosso (...) em forma que se achava suspenso o pagamento dos Militares, que não pode parar sem grande quebra na disciplina das tropas: vou servido (...) que no meu Real nome vos fizer o socorro pelos produtos dessa Providoria da Fazenda da vossa jurisdição; mandeis por elle remeter ao dito. Dom Antonio Rolim os pezos de ouro, declarar que lhes são necessários, todas às vezes que vos participar que tem necessidades dellas, até segunda ordem minha (...) as ditas remessas as mandareis sempre fazer efetivas até pelos produtos dos meus reais Quintos; porque a tudo anteponho a providência de não faltarem os meynos para a subsistência das tropas (...) em uma conquista tão remota, onde a distância faz a regularidade do governo mais precisa.¹¹⁰

¹⁰⁹ CORTESÃO, Jaime Zuzarte, O tratado de Madri. Tomo II, parte III. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001, p. 438 - 439.

¹¹⁰ Carta Régia de 7 de junho de 1757. O Rei ordena que o conde de São Miguel Governador de Goiás de assistência ao Governador de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura, no que se fizer

O Governo português optou por não fortificar Goiás para proteger a bacia do Rio Tocantins, mas por concentrar suas forças nos limites entre a Capitania de Mato Grosso com os domínios do Império Espanhol. Nesse caso, ficava a cargo de Goiás ajudar a capitania de Mato Grosso com ouro extraído de suas minas, podendo até mesmo usar o quinto que era tido como intocado para realizar esse intuito.

A coroa acreditava que era melhor barrar os espanhóis nos limites de Mato Grosso mesmo sendo uma Capitania muito grande, e com pouca densidade demográfica. Esta era dez vezes menor que as do lado espanhol, conforme observa Jovam Vilela da Silva:

Nos distritos de Cuiabá, Vila Bela e do Príncipe da Beira a densidade populacional era muito baixa, o que preocupava as autoridades luso-brasileiras, que tinham do outro lado da fronteira, fosse no rio Paraguai e ou no rio Guaporé, uma população no mínimo dez vezes maior do que a matogrossense. Assegurar as posses luso-brasileiras era primordial.¹¹¹

Contudo, os Governadores de Goiás ficaram com o encargo de mandar recursos para todo o necessário que os Governadores de Mato Grosso necessitavam. Comprometeram-se a mandar tropas se houvesse alguma invasão por aquelas partes, pois a fronteira oeste era a chave da defesa de todo o centro do império português na América. Mesmo Goiás não tendo os seus limites com nenhuma nação estrangeira ficava como se fosse fronteiro e recebia juntamente com Mato Grosso o encargo de barrar a entrada de qualquer nação estrangeira por parte do oeste, mantendo Goiás e Mato Grosso com uma obrigação mútua de defesa, pois deveriam se ajudar para garantir as posses do Império Atlântico Português.

Foi profundo o problema de fronteira e a necessidade de proteger Mato Grosso, financiado por Goiás de 1759 a 1821 (Tabela 02: ouro remetido de Goiás para Mato Grosso, de 1759 a 1808). A ajuda pôde pagar as tropas e manter o efetivo operante naquela fronteira, bem como a construção de obras públicas e militares.

necessário, empreendendo o ouro até mesmo dos reais quintos. Livro de Alvará e Provisões e cartas Régias do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

¹¹¹ SILVA, Jovan Vilela da. O antemural de todo o interior do Brasil – a fronteira possível. Revista Territórios e Fronteiras, UFMT. V. 3, n. 2. Julho a dezembro de 2002.

Como foi pedido pelo Governador de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza, ao Governador de Goiás, João Manoel de Melo¹¹², as remessas de ouro de Goiás serviram para custear obras de estrutura da administração da capitania, como a Casa de Fundação, órgão necessário para a arrecadação dos quintos, feito pelos comerciantes e mineradores que não necessitariam se deslocar a regiões distantes para fazer o compulsório serviço. Dessa forma, tanto os comerciantes quanto os mineradores retiravam o quinto na própria Vila Bela, assim diminuindo os custos de transporte. Serviu para fixar população na região, pois era necessário devido à baixa densidade demográfica nas fronteiras oeste nas partes do Mato Grosso.

A obra importante e imprescindível para a defesa dos limites oeste do Império Atlântico Português foi a construção da Fortaleza da Conceição¹¹³ construída no local onde antes havia uma vila espanhola com o nome de Santa Rosa, a qual fora tomada pelos portugueses já que estava localizada na margem ocidental do Rio Guaporé. Com o tratado de Madri (1750) essa fortaleza passou de direito à corte portuguesa que logo se apossou do local por ser muito bem localizado para uma eventual defesa. Ali foi construída a Fortaleza da Conceição que mais tarde passou a se chamar Forte de Bragança.

A fortaleza era responsável por guardar os limites do extremo oeste. A Fortaleza da Conceição fixava defesa e garantia a navegação entre o rio Guaporé e o Madeira. Estes rios serviam como importantes caminhos para o Pará. Essa navegação teve influência no aumento populacional de Vila Bela¹¹⁴ e diminuiu o problema da baixa densidade demográfica na região da fronteira oeste.

A Capitania deveria com essa fortaleza conter os espanhóis e ocupar áreas não ocupadas ao mesmo tempo em que serviria para conter os avanços dos espanhóis e era rota de contrabando de mercadorias portuguesas para as colônias espanholas. O objetivo era trocar as mercadorias por prata de Potosi e ao mesmo tempo os espanhóis trocavam suas mercadorias por ouro das minas. A aproximação dos habitantes dos dois lados da fronteira atendia aos interesses comerciais portugueses, além do mais facilitava o comércio com os espanhóis; vinha

¹¹² Correspondência do Governador de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza ao Governador de Goiás João Manuel de Mello. Pedindo a arremessa de oito arrobas de ouro para a construção da Fortaleza da Conceição e da Casa de Fundação a 24 de janeiro de 1769. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Caixa avulsa: 001 pacote 4, 1731 a 1769.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719 – 1819. Brasília: HUCITEC; 1987, p. 39.

da política colonial das cortes de Madri que impedia o intercambio comercial entre seus territórios coloniais, sendo que áreas distantes dos centros exportadores ou as mais centrais ficavam sempre carentes de produtos europeus¹¹⁵.

3.5 O conflito na fronteira entre espanhóis e portugueses

A fortaleza barrava o avanço dos espanhóis e facilitava a entrada do contrabando. No governo de Antonio Rolim de Moura houve uma tentativa por parte dos espanhóis de invasão à construção da Fortaleza da Conceição. Em carta a João Manoel de Melo.

Ilmo. Exc. Sr. Chegou o tempo dos castelhanos, ou os padres da Companhia se declararam comigo; porque a 14 de abril, se vieram situar na barra do rio Ituramas, que fica da pare de Castela, duas horas de viagem acima deste destacamento, e por onde todo o socorro que vem de Vila Bela, lhe passa por baixo da artilharia. Traziam Bastante artilharia, algumas, ao que nos parece, de oito, e muita gente.¹¹⁶

A tentativa foi organizada pelo governador de Santa Cruz de La Sierra que queria impedir a construção da fortaleza e se deslocou para o local com 700 soldados a fim de declarar guerra entre Portugal e a Espanha e persuadir o governador de Mato Grosso:

Sua Majestade Católica havia declarado guerra ao nosso rei, havia um ano e tantos meses, e tinha conquistado já a maior parte do reino de Portugal e que também a colônia estava tomada¹¹⁷.

¹¹⁵ Idem, p. 53.

¹¹⁶ Correspondência de D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Governador das Minas de Mato Grosso para D. João Manuel de Mello. Governador das Minas de Goiás. Fortaleza da Conceição 7 de maio de 1763. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1985, p. 59 a 61.

¹¹⁷ Idem.

A perspectiva do Governador de Santa Cruz de La Sierra era a de que o governador de Mato Grosso se rendesse e abandonasse a construção da importante fortificação. Por outro lado ao se cortar a comunicação com Vila Bela interrompia o envio de tropas e viveres para a fortaleza da Conceição. Seu objetivo era que o inimigo se rendesse de fome, mas o governador Antonio Rolim de Moura não cedeu às ameaças e continuou a empreender resistência. Contando com 260 homens empenhados na defesa e construção da fortaleza informara ao governador goiano que a comunicação com Vila Bela estava interrompida pelas forças assentadas no rio.

Mediante ao eminente ataque espanhol, o governador de Mato Grosso pediu ao governador de Goiás:

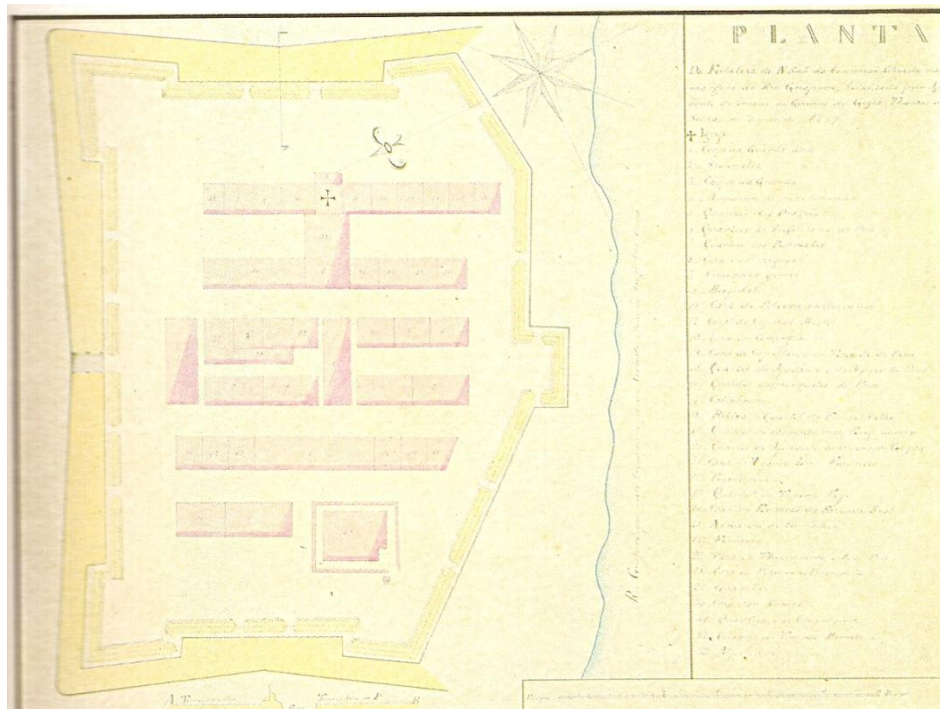
Este é o estado presente desta fronteira, que quiz relatar a V. Exc. Com alguma extensão, assim para livrá-lo do cuidado que lhe poderiam causar as novas falsas, que em semelhante ocasião costuma correr, como para V. Exc. Ver agora mais que nunca necessidades dos socorros de V. Exc. [...], pedindo a V. Exc. Me socorresse com os recrutas que pudesse, e que as que me soubessem fazer a guerra pelo mato. Peço a V. Exc. me perdoe a confiança a que deu lugar a benignidade de V. Exc.¹¹⁸

Antonio Rolim de Moura fora reforçado com mais homens e chegou ao conflito com 500 homens que, seguros, do lado ocidental do rio Guaporé puderam de surpresa atacar o acampamento dos espanhóis que se retiraram do combate. Os combatentes de Rolim de Moura arrasaram a povoação espanhola de São Miguel e a resistência no Rio Itonamas.¹¹⁹

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação 1969, p. 372 a 375.

Planta 01: Fortaleza da Conceição



Fonte: NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 135¹²⁰.

Segundo o Historiador da Capitania do Mato Grosso Correa Filho o governador de Santa Cruz contava com 1200 homens¹²¹. Informação esta que estava na cata do Governador de Mato Grosso envia para o Governador de Goiás¹²², dizia que o lado dos Espanhóis contava apenas com 700 homens e pedira ajuda com tropas e armas para a defesa da fortaleza.

Correa Filho Também afirma em seu livro que o reforço veio de Vila Bela e chegou em 23 de junho de 1763, mas não faz referencias ao envio de tropas goianas. Nesse caso, o envio do socorro de Goiás a Fortaleza da Conceição seria

¹²⁰ Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, feita por Tomás de Souza (Vila Real), em 1767. Tomás de Souza era famoso explorador de rios, sargento-mor do regimento de cavalaria e auxiliar da capitania de Goiás, que viera a Mato Grosso em socorro de gente. Construída sob a forma de um pentágono pelo sistema Vauban, em suas obras foi gasta uma soma considerável, de 1767 a 1771, apesar de o sargento-mor José Matias de Oliveira Roxo, engenheiro e comandante, ter informado sobre a má escolha do local, a falta de pedra e cal, e a ruindade do barro. Uma forte enchente do rio Guaporé, naquele ultimo ano, causou estragos irreparáveis em suas instalações.

¹²¹ Ver, CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969.

¹²² Correspondência de D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Governador das Minas de Mato Grosso para D. João Manuel de Mello. Governador das Minas de Goiás. Fortaleza da Conceição 7 de maio de 1763. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1985, p. 59 a 61.

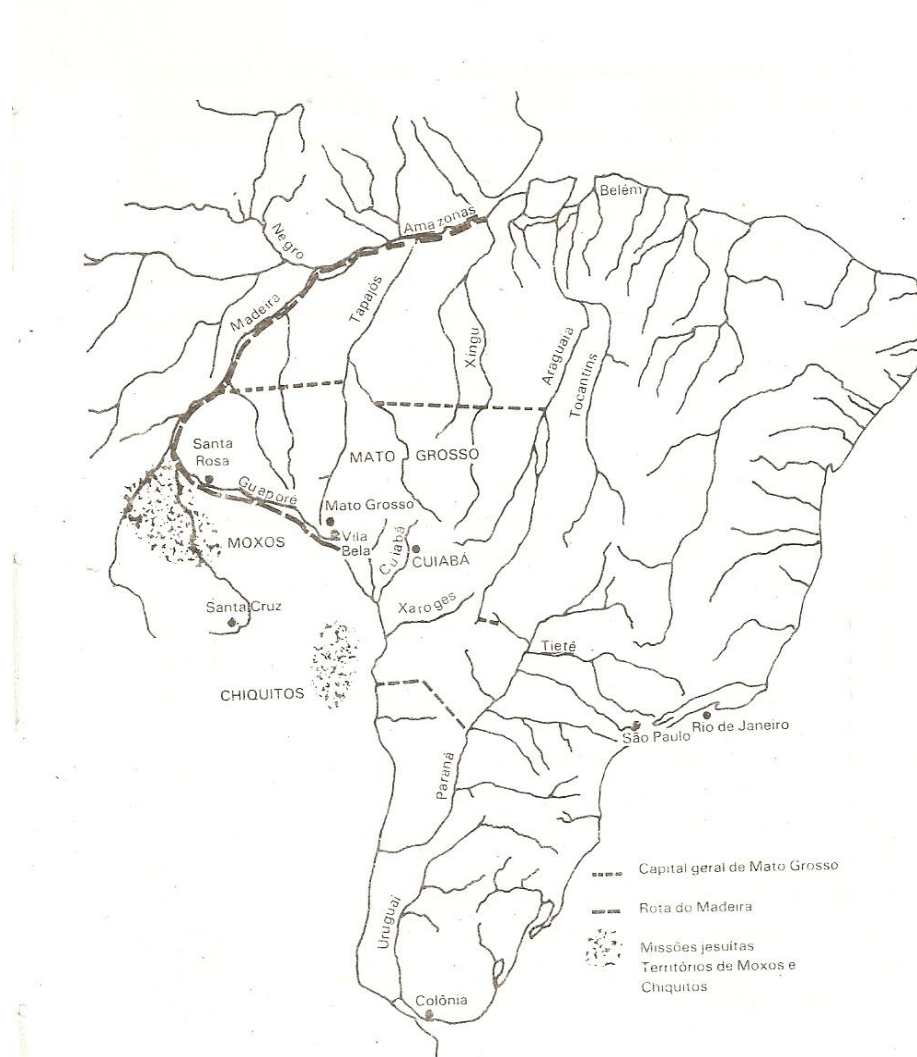
muito difícil. O fato da carta do pedido de socorro do governador de Mato Grosso chegar a Goiás, e ao mesmo tempo o governador goiano enviar tropas e com pouco mais de um mês do ocorrido do envio e do conflito armado na fronteira, não daria tempo de Goiás socorrer a Fortaleza da Conceição.

Mesmo negligenciado pelo Historiador de Mato Grosso, Correa Filho, o socorro goiano foi despachado. Em carta enviada pelo Governador de Mato Grosso ao governador de Goiás em 30 de janeiro de 1764¹²³, aquele agradece o envio de tropas goianas durante o conflito. Estas tropas protegeram a Vila de Cuiabá que ficou desguarnecida, pois as tropas que protegiam aquelas praças foram enviadas para a Fortaleza da Conceição e para a invasão da povoação espanhola de São Miguel, bem como para atacar a resistência espanhola no Rio Itonamas, pois não haveria tempo de esperar os reforços enviados por Goiás.

Ficando desguarnecida a Vila Cuiabana, as tropas goianas foram alocadas para guarnecerem a Vila e a sua população, mantendo reforçada a retaguarda de Mato Grosso nas partes das minas do Cuiabá, que em uma eventual invasão, podendo mesmo ser com poucas praças, vindas do lado espanhol, poderia tomar a Vila de Cuiabá e, assim, ficaria fácil tomar também Vila Bela e a Fortaleza da Conceição, pois não teria como enviar reforço e no caso de uma invasão da Vila de Cuiabá ficariam “ilhadas” em meio às tropas espanholas. A guarnição goiana sentou praça em Cuiabá e desencorajou qualquer tentativa dos espanhóis.

¹²³ Correspondência de D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Governador das Minas de Mato Grosso para D. João Manuel de Mello. Governador das Minas de Goiás. Fortaleza da Conceição 30 de janeiro de 1764. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 71 a 74.

Mapa 06: Caminho de Vila Bela a Capitania do Pará.



Fonte: Davidson, David M. "How the Brazilian West was Won: freelance e State on the Mato Grosso Frontier, 1732 – 1752", in *Colonial Roots Moder Brazil*, Berkley, University of California Press, 1973. Apud.VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719 – 1819*. Brasília: Ed. HUCITEC, p. 57.¹²⁴

A vitória nesse combate rendeu ao Governador D. Antonio Rolim de Moura o título de Conde de Azambuja, Comenda de Samora Correa da Ordem de São Tiago e a patente de Marechal de Campo¹²⁵. Um reconhecimento generoso, pois a vitória representou muito para a defesa do Império Atlântico Português.

¹²⁴ Este mapa mostra a importância da localização estratégica em que estava a povoação espanhola de Santa Rosa que fora tomada pelos portugueses. Nesse local ficou guarnecendo o caminho por rios de Vila Bela até o Pará e foi neste local que foi construído Nossa senhora da Conceição; depois fora reformada e passou a se chamar Forte de Bragança.

¹²⁵ Correspondência de D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Governador das Minas de Mato Grosso para D. João Manuel de Mello. Governador das Minas de Goiás. Fortaleza da Conceição 30 de janeiro de 1764. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 71 a 74.

A Coroa Portuguesa certa que necessitaria reforçar a Fortaleza da Conceição que guardava os limites oeste do Império Atlântico Português que fora seriamente ameaçado na tentativa espanhola malograda; foi enviado um novo governador e Capitão-General, João Pedro da Câmara, sobrinho de Antonio Rolim de Moura e portador de credenciais militares de alta valia¹²⁶.

Com o novo governador foram mandados soldados, gente e armas, munições e um engenheiro que reforçaria as defesas na Fortaleza da Conceição. Preocupado com a condição precária da defesa D. Antonio Rolim de Moura pediu ao governador de Goiás que não retirasse os 130 Dragões por temer que os espanhóis voltassem com reforços e ainda solicitou o envio de ouro:

Porem V. Ex^a. tem visto que a razão, a necessidade ao Serviço de El Rey me obrigação a isso; e assim fundado nas Ordens do d^o Senr. Além das seis arrobas, que já há mais tempo pedi a V. Ex^a, me faça o favor de me remetter-me mais quatro arrobas de ouro; de modo que cheguem a esta Capitania até o mez de setembro, em que espero o meu Successor.¹²⁷

O ouro serviria para pagar os carregadores às tropas que estavam trazendo o novo governador, vendo esta uma dívida contraída pela capitania de Mato Grosso com a Companhia de Comércio do Pará e Maranhão de 3\$500 oitavas, os soldos, comerciantes de Mato Grosso. D. Antonio Rolim de Moura queria deixar para o seu sucessor as dívidas sanadas, pois o mesmo trazia ordens de Portugal que teria que levantar um forte no lugar da Fortaleza da Conceição para dar mais segurança na fronteira¹²⁸.

Uma segunda tentativa fora feita pelos espanhóis em 1764 como receava o Governador Antonio Rolim de Moura em carta ao Governador de Goiás D. João Manuel de Melo¹²⁹. Os espanhóis mais uma vez queriam impedir a construção da Fortaleza da Conceição como narra Lacerda e Almeida em *fardados de azul com*

¹²⁶ Reis, A. Ferreira. Revista de História, nº 32. Apud. CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação. 1969, p. 376.

¹²⁷ Correspondência de D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Governador das Minas de Mato Grosso para D. João Manuel de Mello. Governador das Minas de Goiás. Fortaleza da Conceição 30 de janeiro de 1764. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1985, p. 71 - 74.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

*canhões encarnados e com muito bom armamento*¹³⁰, que logo se dispersam, pois como da outra vez os males em doenças acometeram aos soldados que mesmo com muito mais tropas bateram em retirada sem disparar um tiro.¹³¹

No governo de Mato Grosso desde 1 de janeiro de 1769 estava Luiz Pinto de Souza Coutinho, que trazia da Corte a ordem de terminar a construção da Fortaleza da Conceição, a qual renomeada para a Forte de Bragança¹³².

Para a construção do Forte e também da Casa de Fundição, obra das mais necessárias para a manutenção da população, pois com as distâncias que os mineradores e comerciantes percorriam eram desnecessárias; a retirada do quinto seria na própria capital Vila Bela. O termino da construção do Forte de Bragança era primordial, pois já barrara investidas dos espanhóis que perigosamente ameaçaram tomar as minas de Mato Grosso.

Para Tanto fora pedido ao Governador de Goiás:

Devo supplicas tao' bem ao V. Ex^a. aprompta remessa de oito arrobas de ouro, somma sem duvida a mais diminuta, que na presente occasião posso rogar a V. Ex^a., relativamente aos gastos actuais deste Estado, em quanto nelle se não descobrem com o tempo, e com o novo Estabelecimento da Fundição recursos.

[...] As ordens da Corte me determinão haja de fazer completar sem demora a obra da Fortaleza da Conceição, a qual se segundo o projecto do engenheiro não se pode concluir em três anos, menos que não trabalhem effectivamente nella 260 pessoas pelo menos.

Tenho entre mais as obras da casa de fundição que se deve fazer quase de novo: A obrigação de pagar com dinheiro a vista os gastos correntes, por não arruinar inteiramente o comércio. E aumentar o descrédito em que já se acha o Estado.

[...] Se os descubrimentos, destas minas continuarem com a felicidade que promettem, estabelecido o Direito dos quintos, então me devo lizongear de incommodar menos a V. Ex^a. com estas avultadas sommas, que se não são do agrado da Corte; Mas que são absolutamente indispensáveis p^a. se porem em execução os projectos, que Ella determina.¹³³

¹³⁰ A memória de Lacerda e Almeida. Apud. CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 379.

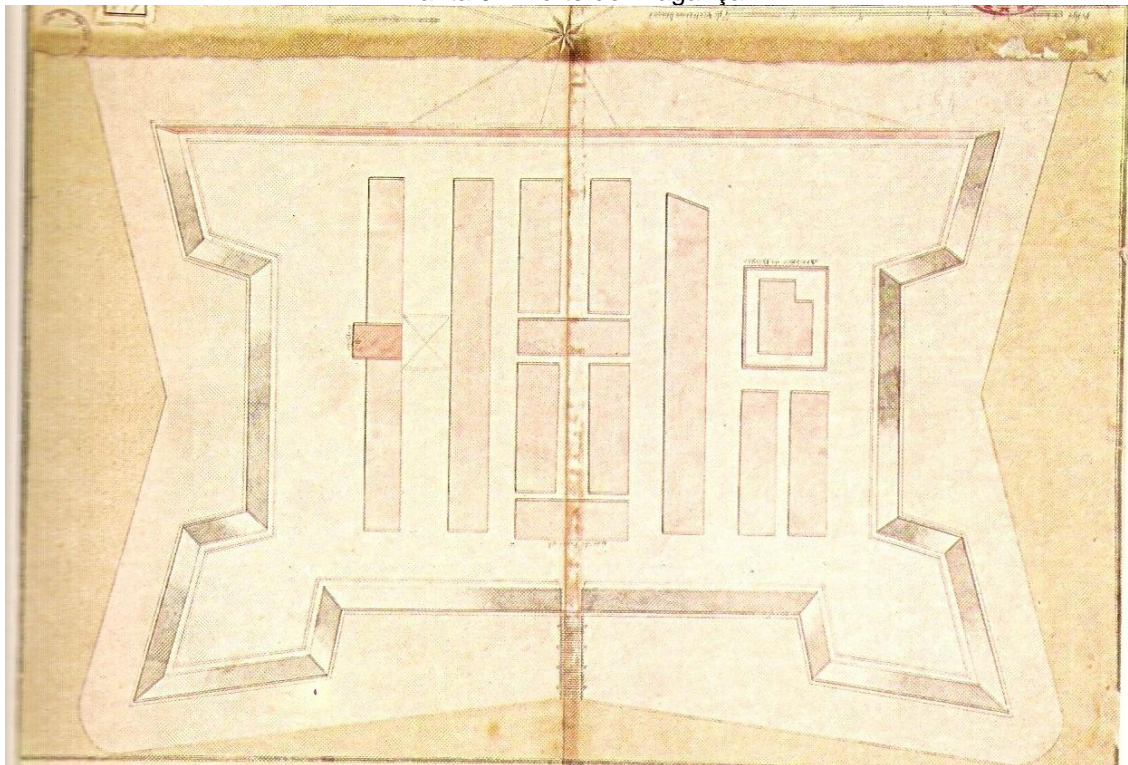
¹³¹ CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação. 1969, p. 379 e 380.

¹³² Bando expedido pelo governador de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho de 14 de março de 1769. Apud. CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 384.

¹³³ Correspondência do Governador de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza ao Governador de Goiás João Manuel de Mello. Pedindo a arremessa de oito arrobas de ouro para a construção da Fortaleza da Conceição e da Casa de Fundição a 24 de janeiro de 1769. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Caixa avulsa: 001 pacote 4, 1731 a 1769.

O governador tomou medidas para a segurança da fronteira e uma delas foi a comunicação do Forte de Bragança com a capital Vila Bela. O governador mandou fazer caminho por terra como alternativa em caso de guerra ao caminho pelo rio Guaporé devido ao ataque dos castelhanos na outra margem como ocorrido no primeiro ataque no governo de Antonio Rolim de Moura, quando o Forte ficou sem comunicação. Também criou a legião de tropas auxiliares com o nome de Legião do Cuiabá, conforme ordenava a Carta Régia de 22 de agosto de 1758¹³⁴.

Planta 02: Forte de Bragança



Fonte: NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p.136.¹³⁵

¹³⁴ A comunicação por terra entre o Forte de Bragança e Vila Bela, ficou com 110 léguas de distância por terra. A legião de tropas auxiliares criada em 21 de agosto de 1769 de:

Estado maior	6;
2 - companhia de granadeiros.....	160;
4 - companhias de fuzileiros.....	280;
1 - companhias de caçadores.....	50;
1 - companhia de hussares.....	50;
Total.....	546

CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 384 e 393.

¹³⁵ Planta da fortaleza de Bragança (ex- Nossa Senhora da Conceição), em que se veem as modificações executadas na muralha fronteira ao rio Guaporé, que deram à construção uma forma retangular.

Com as medidas de defesa tomadas, o governador não tardou a testar as suas observações acerca da defesa, pois logo foi avisado que havia uma ameaça de invasão por tropas mobilizadas pela povoação espanhola de Mojos. Para tanto Luiz Pinto solicitou reforço do Pará e Goiás, mas os espanhóis não empreenderam combate e o Governador de Mojos afastou quaisquer hostilidades por parte da Espanha.

O combate armado na fronteira entre espanhóis e portugueses nos limites entre Mato Grosso e os domínios espanhóis cessaram até o final do século XVIII, mas em outras partes ficaram em aberto e chegavam constantes notícias de incursões e hostilidades dos espanhóis na fronteira; o Governador de Goiás avisava ao governo de Mato Grosso:

Encaminha-se esta diligencia a fazer sienta a V. Ex^a. de que pellos avizos do Governador de Viamão de 31 de agosto participados com grande dificuldade que os Castelhanos tem posto aquella Praça em grande aperto, e se achão com muitas forças no Rio da Prata, e ficão aly praticando as mayores arrogâncias e inolencias: E como pode suceder que elles nos abrirem a Guerra pellas partes do Sul, a abram também nas Provincias do norte; Antecipo este avizos ao S. General de Mato Grosso para que esteja acautelado, e va formando as suas disposições: e a V. Ex^a. rogo lhe que ira enviar a carta com toda abrevidade, ficando V. Ex^a. juntamente informado do que se passa por que como essa Capitania costuma dar os socorros a de Mato Grosso, possa V. Ex^a. com tempo hir ordenando todas assuas disposições para poder acodir a tempo, todas as vezes que se oferecer as ocaziões e julgar que he assim necessário.¹³⁶

Goiás sempre era avisado sobre quaisquer movimentos referentes à segurança na fronteira, pois a sua importância na defesa dos limites oeste era de fundamental importância; ainda ficava a cargo de Goiás avisar a Capitania de Mato Grosso e enviou auxilio com tropas e armamentos e ouro para o custeio das despesas de Mato Grosso.

No governo de Luiz de Albuquerque fora criada uma importante linha de defesa na fronteira, bem como o Forte Príncipe da Beira no Guaporé ao norte e o Forte de Coimbra que fazia a defesa mais ao sul da capitania. Luiz de Albuquerque de Melo

¹³⁶ Comunicado de 13 de outubro de 1772 do Maior Vereador de São Paulo para o Governador de Goiás José de Almeida Vasconcelos e Sobral: sobre a da existência de um movimento espanhol com pretensões de invasão do Mato Grosso. Caixa avulsa 002 pacote: n°. 01 de 1770 – 1778. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Pereira e Cáceres era descendente da Casa Real, estudou em Coimbra e serviu no Regimento de Cavalaria da Beira; em 1762 lutou contra os castelhanos. Foi convidado em 1771 pelo Marquês de Pombal para o governo de Mato Grosso. O novo governador chegou a Vila Bela da Santíssima Trindade no fim do ano de 1772 e a governou até 1790, assim consolidando a fronteira oeste.

Uma das obras mais importantes para a defesa foi a construção do Forte Príncipe da Beira que tinha por incumbência substituir o de Bragança e foi construído a quatro léguas mais ao norte do Forte de Bragança, em local mais seguro com solo mais alto em relação ao Rio Guaporé; suas obras começaram em fevereiro de 1774 e com a ata de fundação em junho de 1776 quando participaram da solenidade o Governador de Mato Grosso Luiz de Albuquerque e o Capitão de Dragões da Capitania de Goiás José Melo e Castro Vilhema que estavam ali para ajudar na defesa da fronteira, além do engenheiro Samboceti e outras autoridades militares de Mato Grosso¹³⁷.

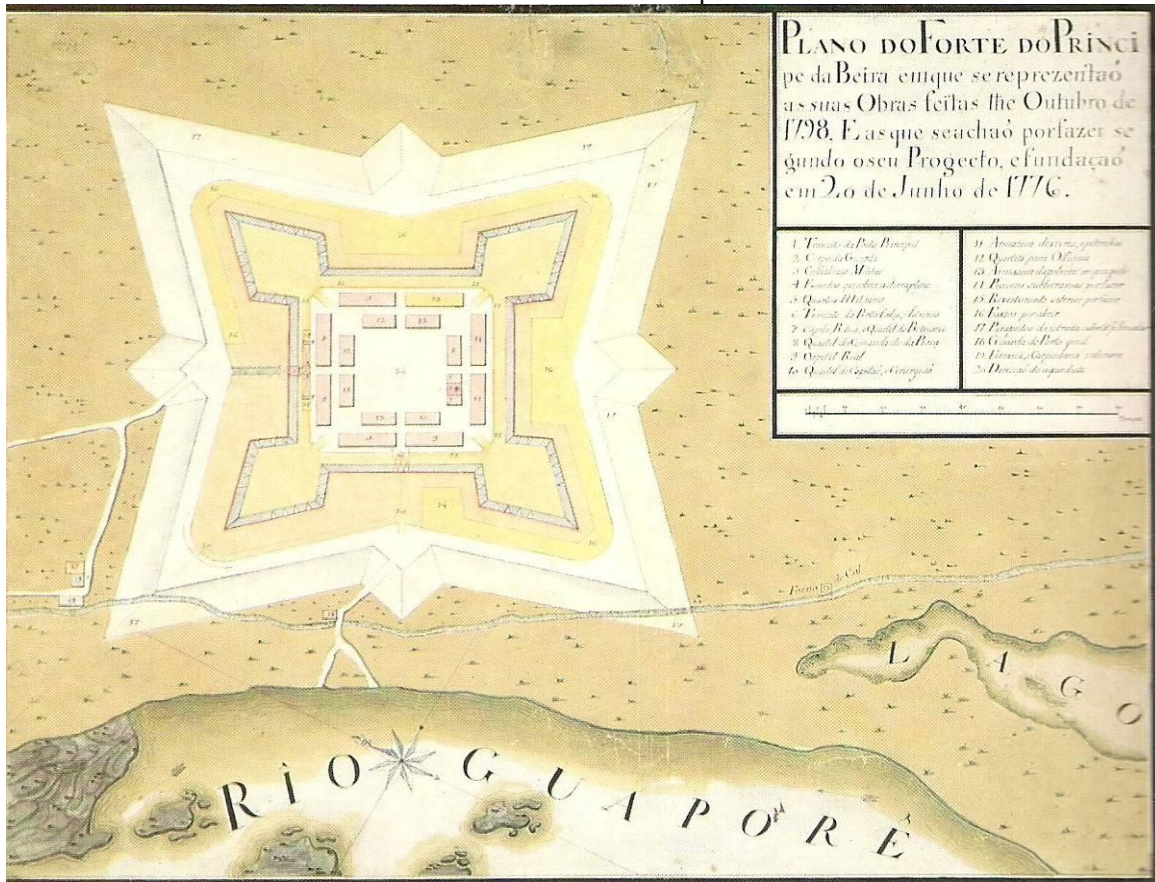
No ano de 1776 fora enviada a Mato Grosso uma vultosa quantia de ouro (10 arrobas) das Casas de Fundação de Goiás para a provedoria de Mato Grosso, as despesas referentes à construção do Forte Príncipe da Beira, bem como das povoações mais ao sul da Capitania.

Certifico que examinando o^o Livro da recita de despesa do rendimento do Real Quinto das casas de fundição desta ditto Capitania conta 16 folhas heis, que em seis do mês de agosto do ano próximo passado tem sete centos e setenta e seis, foi remetido para a Provedoria de Matto Grosso na forma da ordem de Sua Majestade de sete de junho de mil sete centos e cinquenta e sete para se suprir as despesas da quela Provedoria Seis centos e quarenta marcos do ouro de que dou fé e passei a presente por ordem da Junta da administração da Real Fazenda¹³⁸

¹³⁷ CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação. 1969, p. 440 – 441.

¹³⁸ Ofício do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo mapa do rendimento das Casas de Fundação de Goiás em 1776 e do ouro enviado em socorro a Mato Grosso, de 18 de junho de 1777. Vila Boa de Goiás. AHU. Goiás. Doc. 1879. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 03.

Planta 03: Real Forte Príncipe da Beira.



Fonte: NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 306¹³⁹.

Em 1777 fora assinado o tratado de Santo Idelfonso entre as duas coroas Ibéricas que limitava a fronteira dos dois impérios na América. Esse tratado não mexera na demarcação da fronteira oeste, mas teve modificações nas regiões ao sul do Brasil. Mesmo não havendo modificações na fronteira oeste poderiam ocorrer conflitos com os espanhóis por se tratar de demarcações acordadas nos tratados. Ainda poderiam haver possíveis erros de marcação de limites e até o risco de territórios não ocupados serem ocupados e perdidos para os espanhóis, bem como de territórios ocupados por portugueses que pelo tratado eram de domínio espanhol.

O Governador Luiz de Albuquerque para não incorrer no erro de deixar vazios os limites da fronteira oeste e também não de deixá-la desprovida para uma possível

¹³⁹ Planta do Forte Príncipe da Beira com a indicação das obras realizadas até outubro de 1798, já no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

ocupação espanhola percebeu a necessidade de demarcar e ocupar os limites da fronteira oeste¹⁴⁰.

No período em que se construía o forte Príncipe da Beira e demarcavam os limites no norte da Capitania de Mato Grosso havia também o cuidado do governador em empreender e fortificar toda a fronteira mais ao sul de Mato Grosso. Para tanto ele mandou fundar povoações como a de Albuquerque (atualmente Corumbá) em setembro de 1778, a Vila Maria em honra a Rainha (atualmente Cáceres) e Casalvasco em setembro de 1778. Foi mandado pelo Governador erguer na margem direita do Rio Paraguai um presídio que deveria balizar o extremo sul da capitania na região conhecida como Fecho dos Morros. O presídio fora construído em forma de estacada (madeira e palha) sem o uso de alvenaria, devido a não definição de quem era o território onde se fizera o mesmo; foi proibida a construção neste local de quaisquer construções de alvenaria, pois sendo indefinidos – pois ainda não tinham sido demarcados os limites estabelecidos no Tratado de Santo Idelfonso de 1777 -- os limites entre os dominós ibéricos Lisboa poderia mandar evacuar o local deixando as construções tão caras para os espanhóis.

Até mais ou menos 1790, nem o povoado de Albuquerque, nem o presídio de Coimbra tinham consentimento para construírem obras de alvenaria. É que se achavam na margem oeste de rio Paraguai, fora da raias portuguesas, e não havia direito líquido sobre eles. Os comissários de limites, durante longos anos não se tinha entendido sobre o traçado da linha divisória nessas paragens e o impasse permanecia. Não era, pois, aconselhável executar obras naqueles dois pontos da fronteira, na suposição de que poderiam as autoridades de Lisboa vir a entregá-los aos castelhanos¹⁴¹.

A estacada foi erguida em setembro de 1775 e batizada de Presídio de Nova Coimbra.¹⁴² O local segundo as ordens do Governador deveria ser no extremo Sul dos Limites da Capitania de Mato Grosso, na região conhecida como Fecho dos Morros. A comitiva fora chefiada pelo capitão Matias Ribeiro da Costa que por

¹⁴⁰ O Governador de Mato Grosso pede a quantia de 20.000\$000 a Goiás para o custeio da demarcação na fronteira após o tratado de 1777.

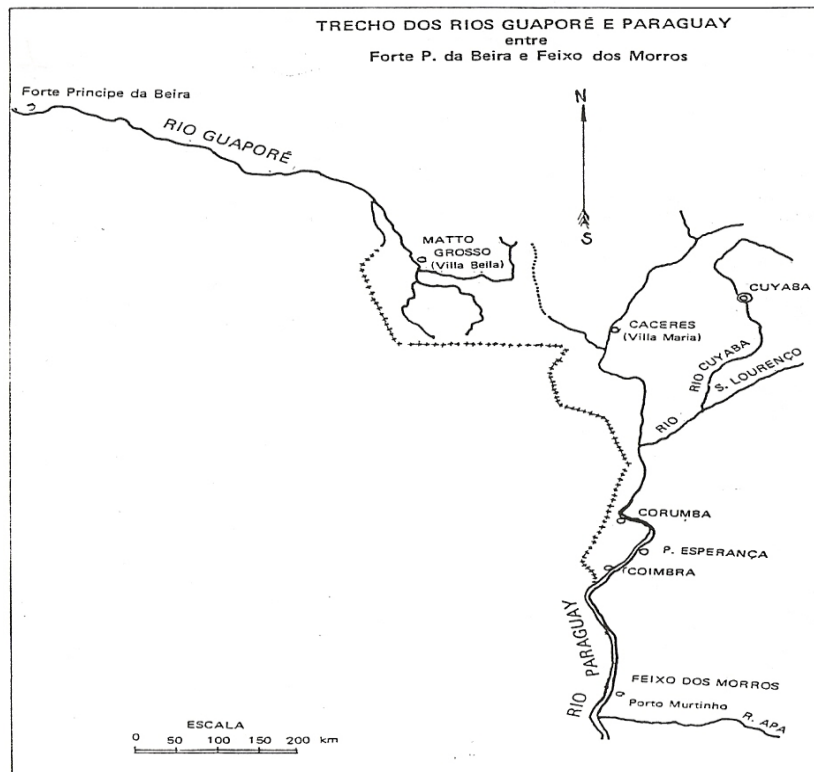
¹⁴¹ NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 232 - 233.

¹⁴² CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 442 - 443.

motivos não informados, ergueu a estacada (Presídio de Nova Coimbra) em um local bem ao norte do ordenado pelo governador, conhecido como Estreito de S. Fernando Xavier e a construção começara em setembro de 1775.

O Governador sabendo da localização em que se estava construindo o presídio mandou outra expedição para explorar o Fecho dos Morros e encontrar um local em que poderia ser elevado o Presídio de Nova Coimbra. A comitiva esclareceu que era inviável a construção do presídio no Fecho dos Morros, portanto a construção ficou onde já se tinha iniciado.¹⁴³

Mapa 07: limites de Mato Grosso com os domínios espanhóis e suas fortificações e povoações



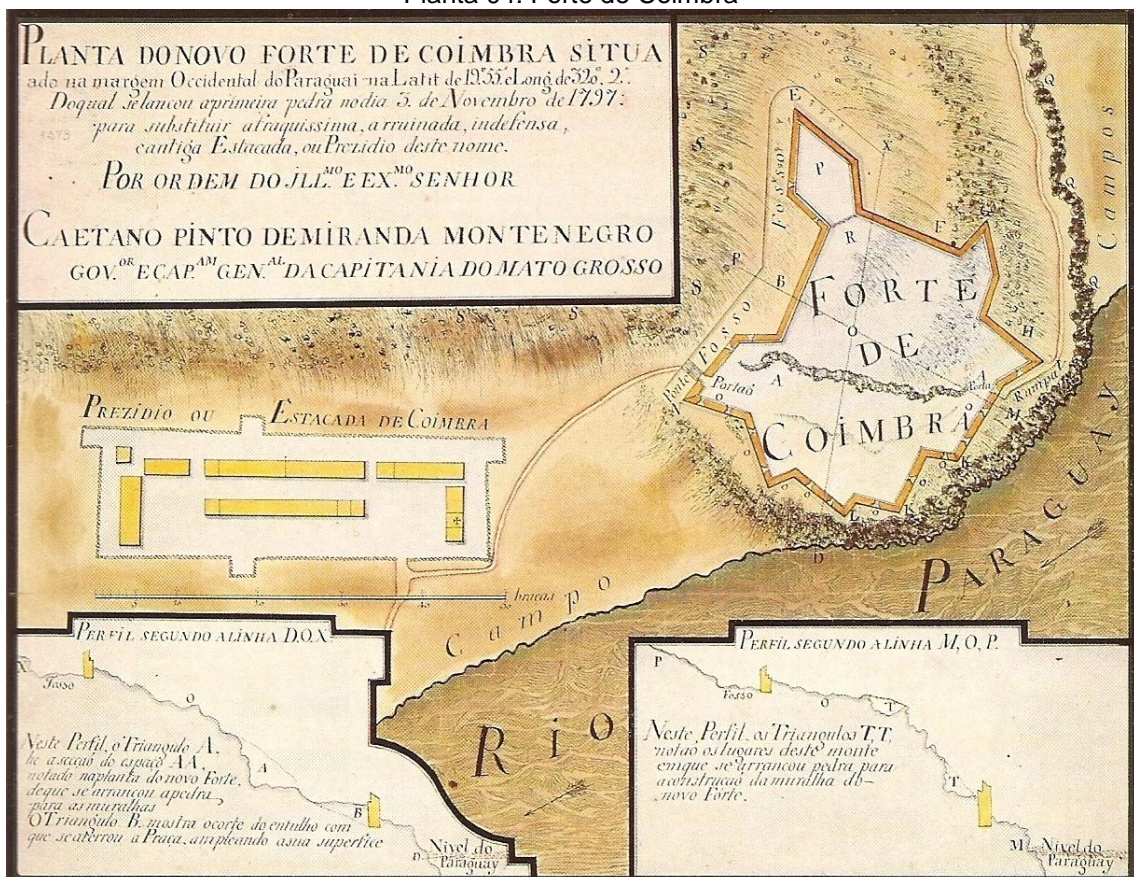
Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1985, p. 17.

¹⁴³ NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 230.

As inúmeras obras empreendidas pelo Governador de Mato Grosso, foram extremamente importantes para a demarcação do território oeste do Império Atlântico Português.

Em 1797 no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, percebendo a necessidade de aumentar a segurança da fronteira do Rio Paraguai nomeou para a chefia da fronteira sul de Mato Grosso o tenente-coronel Ricardo Franco. O perigo iminente de invasão dos espanhóis e índios devido à fragilidade do Presídio de Nova Coimbra e a necessidade de construir um forte permanente com materiais de alvenaria em substituição ao de madeira e palha. O novo forte fora construído a 130 metros em uma encosta de morro, abaixo da antiga estacada.

Planta 04: Forte de Coimbra



Fonte: NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emilio Odebrecht, 1985, p.285.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Planta do novo forte de Coimbra, elaborado segundo sugestão e projeto de Ricardo Franco de Almeida Serra. A pedra fundamental foi lançada a 3 de novembro de 1797 e sua construção veio substituir a velha estacada de mesmo nome, a uma distancia de 130 metros, e o cavaleiro da ponta de um morro que avançava até a beira do rio Paraguai, a moda de um promontório.

A nova fortificação aumentava em muito, o poder de defesa dos portugueses na parte do sul e garantia a navegação dos Rios Paraguai e Jauru para os comerciantes que vinham de São Paulo com as bandeiras das monções em direção a Cuiabá e Vila Bela. As monções como bem se sabem eram de vital importância para a fixação de população e a sobrevivência das mesmas que careciam muito das mercadorias vindas de fora da Capitania de Mato Grosso, além de alargarem o poder dos portugueses em territórios pretendidos pelos espanhóis.

A tentativa de tomar o Forte de Coimbra foi de D. Lázaro da Ribeira que fora nomeado governador do Paraguai o qual sabia que ao norte pelo Rio Guaporé não teria como invadir Mato Grosso, pois estava protegido pelo Forte Príncipe da Beira e outras tentativas no passado foram feitas sem sucesso ficando a região do Rio Guaporé segura das invasões espanholas.

O governador paraguaio dava inúmeros indícios de que estava interessado em tomar para a Espanha os territórios ao norte de sua província mais ao sul do Mato Grosso e queria chegar até Cuiabá. D. Lazaro reclamava a posse onde estava localizado o Forte de Coimbra e a povoação de Albuquerque. Segundo os mapas que tinha em mãos, dava a certeza da invasão dos portugueses aos territórios espanhóis pertencentes ao Paraguai, pois havia a confusão nos nomes e localização de alguns rios. D. Lazaro em carta ao governador de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro afirma:

Aun quando aqui no se tubieram notícias de que El Fuerte de Coimbra se construyo despues que se celebrou El Tratado Preliminar, la declaracion positiva que hizo a La Côte de Madri La de Lisboa, mandando evacuar El Presidio de Albuquerque, como situado em território Español, califica altamente El exceso y atentado de esse gobierno, no solo em esta ocupacion, sino tambien em La Coimbra, y em haver impedido AL Teniente de vavio D. Martin Bonco navegar por el rio Paraguay com total ovido Del decoro debido al Rei mi Amo, y de los derechos inherentes a su soberania.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Carta de D. Lazaro Ribera Governador do Paraguai para Caetano Pinto de Miranda Montenegro Governador de Mato Grosso. Pueblo de Atirã Del Paraguai, 23 de fevereiro de 1798. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 225.

O governador de Mato Grosso rebateu as acusações além de também acusar sobre haver cavalaria espanhola no vale do Embotei e que oitocentos espanhóis chefiados pelo Coronel D. José Espínola adentraram oitenta léguas adentro dos domínios portugueses para matarem setenta índios já que estavam muito bem armados; foram até a vinte Léguas ao norte do Rio Modengo. As acusações referentes aos rios eram devido aos nomes que o rio Igureí é o mesmo Iгатemí.¹⁴⁶

As acusações de parte a parte se estenderam até o ano de 1801 e impediram que continuassem as negociações diplomáticas. O governador do Paraguai parte para invadir o sul de Mato Grosso. Percebendo que as negociações foram interrompidas e com receio de haver uma investida espanhola o governador de Mato Grosso pediu ajuda para a defesa:

Pelo que requeiro a V. E. por bem do real serviço que interessa muito na conservação desta importante fronteira, queria fazer marcha sem perda de tempo cem até cento e cinqüenta homens escolhidos, com alguns oficiais que mereçam a confiança de V. E.; [...] que deverá vir em direita a vila do Cuiabá aonde eu lhe destinarei o ponto da fronteira a que se deverão dirigir [...] Igualmente requeiro e suplico a V. E. me queira mandar todo o ouro que puder ajudar, e se o não houver nos Cofres da Real Fazenda, parece-me que V. E. não pode ter dúvidas de recorrer a outros quaisquer cofres em que haja algum, assim como eu aqui tenho praticado [...] Este socorro é que requer maior brevidade, e quando marchar o corpo auxiliar que peço, espero que V. E. me remetta também todas as armas e munições que puder ajudar, porque de tudo tenho grande falta.¹⁴⁷

O pedido se fazia em meio a muita preocupação devido à força das tropas espanholas e a vontade do governador do Paraguai em vencer o conflito. Caetano Pinto fora informado que havia três grandes barcos para atacarem o referido presídio de Coimbra e que por terra marchava outro corpo para atacar o novo Presídio de Miranda. Mediante a força do inimigo em carta de 16 de setembro de 1801 novamente informou o governador de Goiás sobre a ofensiva, e solicita o envio

¹⁴⁶ CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969, p. 425 - 427.

¹⁴⁷ Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador de Mato Grosso para D. João Manuel de Menezes Governador de Goiás, Vila Bela, 12 de setembro de 1801. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 259.

de socorro e também que se aumentasse a ajuda o quanto possível.¹⁴⁸ Os pedidos também se estenderam até os governadores de São Paulo, Pará e ao Vice Rei informando a carestia de tudo, mas o que se fazia mais falta era o ouro, pois sem este somente os índios é que sabiam atacar¹⁴⁹. O governador de Mato Grosso enfrentava dificuldades para pagar as tropas da defesa daqueles territórios.

O conflito iniciava em setembro de 1801 e D. Lazaro da Ribeira chegou ao Forte de Coimbra com 800 homens e encontrou em local da paliçada um forte de alvenaria, por isso bombardeara as muralhas sem sucesso. D. Lazaro a bordo do barco (uma sumaca) Nuestra Señora Del Carmem, estava contando com a superioridade de suas forças e tentou persuadir o comandante do forte de Coimbra, o tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra a se render.

Ayer a la tarde, tube el honor de contestar al fuego que V. S. me hizo, y habiendo reconocido em aquella circunstancias que las fuerzas con que inmediatamente voi á atacar esse Fuerte son mui superiores a las de V. S. [...]. Portanto yo requiero a V.S. se rinda prontamente a las Arma Del Rey mi amo, pues de lo contrario el cañon y La espada decidiram la suerte de Coimbra.¹⁵⁰

As ameaças eram categóricas, pois se não houvesse a rendição em uma hora o conflito continuaria. Em resposta ao que fora proposto o comandante do Forte de Coimbra mesmo contando com uma centena de combatentes, respondeu:

Ilmo. e Exc. Sr. Tenho a honra de responder categoricamente a V. Exc. que a desigualdade de forças, sempre foi um estímulo, que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos, e a defende-los até as duas extremidade: repelir o inimigo ou sepultá-los debaixo das ruínas dos Fortes [...] Nesta resolução acham todos os

¹⁴⁸ Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador de Mato Grosso para D. João Manuel de Menezes Governador de Goiás, Vila Bela, 16 de setembro de 1801. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 260.

¹⁴⁹ CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação. 1969, p. 425 a 428.

¹⁵⁰ Carta de D. Lázaro de Reibera, governador do Paraguai ao tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra comandante do Forte de Coimbra, 17 de setembro de 1801. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1985, p. 263 e 264.

defensores deste Presido que têm a hora de ver de frente a excelsa pessoa de V. Exc. a quem Deus Guarde muitos anos.¹⁵¹

Iniciados os conflitos o forte não conseguia atingir os inimigos, pois as peças de artilharia eram de pequeno calibre podendo até mesmo os barcos espanhóis navegavam livremente de frente ao Forte sem serem atingidos. No dia 21 D. Lazaro mandou as tropas em pequenas canoas para escalar as muralhas, mas quando chegaram perto os portugueses conseguiram alvejar com tiros a tentativa dos espanhóis que se retiraram.

Outra tentativa dos espanhóis foi a de enviarem um pelotão por terra para destruir a horta e o curral dos portugueses, mas após o feito os portugueses conseguiram por meio de emboscada surpreender o pelotão e matar três espanhóis. D. Lazaro de Ribeira usou da estratégia de continuar o bombardeio e ao mesmo tempo esperar os mantimentos dos portugueses acabarem e eles se renderem acometidos pela fome.

Não obtendo resultado com os tiros de canhão incursões às muralhas e nem mesmo com a espera da rendição dos portugueses D. Lazaro se retirou no dia 24 de setembro de 1801¹⁵².

As duas coroas Ibéricas assinaram o tratado de Badajós, o último entre os reinos de Portugal e Espanha, que não demarcou os limites da soberania das duas coroas na América, tanto que em 1808, no governo de D. Luiz de Assis Mascarenhas houve a necessidade de envio de tropas para Mato Grosso.

Socorreu a capitania de Mato Grosso no anno de 1808 com alguns homens commandados pelo ajudante Manoel Seixo de Brito, os quaes de caminho tiveram ordem para retroceder¹⁵³.

A fronteira oeste no período do Império Português na América, após o tratado de Badajós não sofreu mais nenhum ataque externo, mas somente de nações

¹⁵¹ Carta do tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra comandante do Forte de Coimbra para D. Lazaro de Ribeira, governador do Paraguai 17 de setembro de 1801. In. MENDONÇA. Marcos Carneiro de. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 262

¹⁵² CORREA FILHO, Virgílio, História de Mato Grosso. (Coleção Cultural Brasileira séries "estudos") Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação. 1969, p. 429 - 431.

¹⁵³ TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. 2ª ed. Goiânia, Ed. da UFG, 1988, p. 104.

indígenas e ameaças por parte das lutas internas do império espanhol que sofria com as revoltas chefiadas por San Martin, Bolivar, Artigas e outros que com suas tropas passavam próximos aos domínios do Império Atlântico Português.

Após as tensões cessarem foi expedido um aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, de que era desvantajoso a arremessa de doze arrobas de ouro anuais enviada pela Capitania de Goiás para a de Mato Grosso.

Meu Collega e Amigo e Snh. Devo contestar a V. Ex^a. a dita que me dirigio em data de 20 de julho sobre a continuação da doze arrobas de ouro que de Goyazes se remetem annualmente a Matto Grosso que não hão de deixar de ir e isto que S. A. R. me não de ordem ao contrario; mas não posso deixar de prevenir a V. Ex^a. que pela repartição de V. Ex^a não podem expedir se ordens para despesas, se não com cartas regias¹⁵⁴.

Com a recomendação de Rodrigo de Souza Coutinho as arremessas de doze arrobas de ouro foram interrompidas. Encontrava-se Goiás em dificuldade financeira e como não havia ameaças externas o subsídio foi de menor valor mas continuou sendo enviado apesar da pouca produção e arrecadação nas casas de fundição do ouro em Goiás. O governo reverteu a arrecadação dos impostos das décimas dos selos e sizas para dar conta do subsídio que Goiás era obrigado a pagar à capitania de Mato Grosso até o ano de 1821.

A décima rende pouco mais ou menos 2:000\$000 rs. As sisas 500\$000 rs.; os selos 1:000\$000 rs. Sendo aplicado o rendimento d'eles três últimos impostos para as despesas da capitania do Mato-Grosso¹⁵⁵

¹⁵⁴ Aviso do [secretário de estado da Fazenda Real e presidente do Erário Régio], D. Rodrigo de Souza Coutinho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre as desvantagens da aplicação do sistema de entrega anual de doze arrobas de ouro de Goiás a Capitania de Mato Grosso e aconselhando a verificação da entrega do dinheiro pelos pagadores da Marinha. Lisboa, 22 de julho de 1803. AHU. Goiás. Doc. 2682. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 05

¹⁵⁵ TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. 2 ed. Goiânia; Ed. da UFG, 1988, p. 104.

Tabela 02: ouro remetido de Goiás para Mato Grosso – 1759 – 1808 em réis

ano	total	ano	total
1759	18:074\$009	1780	23:040\$000
1760	18:609\$375	1781	23:040\$000
1761	24:778\$500	1782	43:040\$000
1762	24:762\$750	1783	43:040\$000
1763	24:767\$205	1784	43:040\$000
1765	43:332\$750	1785	43:040\$000
1766	49:537\$875	1786	43:040\$000
1767	49:527\$875	1788	31:948\$000
1768	43:345\$500	1789	24:575\$000
1769	39:383\$250	1790	24:575\$000
1770	49:665\$750	1791-1804	-----
1771	62:086\$500	1805	16:000\$000
1772	44:690\$400	1806	8:000\$000
1773	44:528\$075	1807	18:691\$200
1774	44:531\$775	1808	2:4004000
1776-1779	188:235\$772		

Fonte: FUNES, Eurípedes Antonio. Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração a agropecuária. Goiânia: Editora UFG, 1986, p. 32.¹⁵⁶ Apud. DAVIDSON. David Michael – Rivers and Empire. The Madeira Rout and The Incorporation of the Brazilian far West 1773 – 1808 Yale University – tese de doutorado, 1970, mimeografado p 362

Infere-se que o auxílio de Goiás a Mato Grosso pagava as tropas e mantinha o efetivo operante naquela fronteira, bem como financiava a construção de obras públicas e militares para que o império se fizesse soberano em territórios tão distantes. Sendo assim, as remessas de ouro vistas a priori como gastos podem ser compreendidas como investimentos goianos na defesa da Bacia do Tocantins e os limites do oeste. A imprescindível ação Goiana a Mato Grosso fez com que a fronteira oeste permanecesse com povoações e empresas de mineração nas ricas

¹⁵⁶ Segundo valor estabelecido na tabela exposta eram usados na época os seguintes valores: 1 marco representava 0,230 Kg; 1 oitava representava 3,600 gramas e também 1 oitava representa 1.500 réis.

regiões de Mato Grosso e Goiás. A não intervenção goiana causaria sérios riscos de perder Mato Grosso para os espanhóis que avançariam sobre outras regiões da América portuguesa.

3.6 Goiás e a defesa e comunicação com o Pará

A posição geográfica de Goiás por ser uma Capitania central era geopoliticamente estratégica, pois tinha suas terras povoadas por uma extensão que ia desde a fronteira com a Capitania de São Paulo e Minas Gerais ao sul até próximo da Capitania do Pará ao norte, com povoados que se concentravam nas minas perto do Rio Tocantins. Essa posição geográfica e os descobertos auríferos que geraram grande produção de ouro renderam a Goiás a incumbência de socorrer com tropas e ouro a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII e com ouro até a primeira década do século XIX (o ano de 1821).

O Governo imperial português no final do século XVIII via em Goiás uma possibilidade de apoio muito forte a Mato Grosso em se tratando de uma eventual invasão por parte de nações estrangeiras, estabelecendo a soberania portuguesa no oeste do Império Atlântico. O governo queria estender esse apoio à outra Capitania muito importante e de Grande extensão, a Capitania do Grão Pará e esse apoio se faria por meio de tropas e comunicação interna por meio dos Rios Araguaia e Tocantins, verdadeiros corredores ligando o centro ao Norte do Brasil.

No findar do século XVIII Goiás passara a empreender a navegação com o Pará via rios Tocantins e Araguaia e servia para o comércio entre as capitanias de Goiás e o Pará, bem como via de comunicação entre o centro e o norte do Brasil. Para tanto, o governo da Capitania de Goiás queria além de fazer a comunicação, uma saída econômica alternativa que complementasse a atividade de exploração do ouro, o qual estava mostrando já ser uma atividade pouco lucrativa. A navegação dos Rios Araguaia e Tocantins foi recomendada pelo governo imperial havendo a necessidade de serem abertos caminhos pelo centro do Brasil, um caminho alternativo que o caminho marítimo.

A situação imposta pela França no final do século XVIII fez com que os portugueses organizassem a defesa de suas possessões e ao mesmo tempo ameaçassem a França, pois diferentemente de Portugal na Europa o Brasil se fazia grande na América e era considerado a melhor parte do Império Atlântico Português.

Na intenção de se defender de uma possível invasão dos espanhóis bem como dos franceses, a Coroa Portuguesa assumiu posição de defesa e ao mesmo tempo de ataque, pois em uma eventual invasão de Portugal por parte dos franceses ou espanhóis Portugal invadiria as suas colônias na América.

O sinal de alarme para Portugal só veio a soar quando, em meados de 1795, o governo espanhol se resolveu a negociar separadamente com a França, vindo a assinar com ela o tratado de paz de Basileia, a 22 de julho. Embora este acordo não estabelecesse formalmente uma aliança entre os dois países nem obrigasse a Espanha a tomar qualquer atitude de hostilidade tanto em relação a Portugal como a Grã-Bretanha, foi desde logo evidente que ele anunciava uma mutação fundamental da situação na Península Ibérica, com conseqüências graves para as posições portuguesas¹⁵⁷.

Em relação à Guiana Francesa, o único território francês na América, Portugal procurou defender a Capitania do Grão Pará, e para se fazer tal defesa e também se manter numa posição de ataque necessitava de tropas que não viriam de Portugal, mas sim do Brasil que mobilizou em todas as capitanias forças para a defesa de seus territórios.

Para Goiás ficou o cargo de ajudar além de Mato Grosso a Capitânia do Grão Pará. Em 1783, antes mesmo das ameaças francesas, foi ordenado ao governador de Goiás Tristão da Cunha que fosse socorrer a capitania do Grão Para com 800 homens¹⁵⁸; nessa ocasião o governador aproveitou para transportar a tropa de soldados usando da navegação do rio Tocantins por meio do qual poderia arregimentar a tropa e também fazer novo descoberto de caminhos fluviais para o Pará.

¹⁵⁷ ALEXANDRE, Valentin. Os Sentidos do Império: Questão nacional e Questão Colonial na crise do antigo regime Português. Porto – Portugal. Ed. Edições Afrontamento, 1993, p. 101.

¹⁵⁸ TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1998, p. 99 e 100.

Em matéria geopolítica a fomentação da navegação dos rios Araguaia e Tocantins faria com que esses rios servissem de rota interna para a comunicação e também se necessário a defesa do Pará em uma eventual incursão estrangeira, principalmente vinda das Guianas Francesa, inglesa e holandesa. Por meio desses rios poderia mandar tropas de todas as regiões do Brasil que iriam usar as rotas para alcançar as praças do Pará via bacia do Rio Tocantins.

Essa navegação se fazia necessária devido à situação encontrada na Europa e o desconforto de Portugal, pois estavam sendo ameaçadas suas fronteiras na metrópole bem como no Brasil, tanto que mais uma vez foram enviados a Goiás ordens da Rainha para arregimentar tropas para o envio ao Pará.

Represento a V. Majestade o ouvidor da Comarca de Goyaz Antonio de Liz, que mandando o excelentíssimo General proceder a diligencia do recrutamento p^a socorro do Estado do Gram Pará em observância da Ordem Regia datada a coatro de novembro de mil setecentos noventa seis, o officio do excelentíssimo general daquele Estado em data de trinta de maio de noventa e sete [...] Capitania de limity tão extensos, e que franqueia pelos vastos contornos, que a dividem por todas as do Brasil [...] verificar aquela diligencia com maior brevidade de e menor despezas possível, sem vexame dos povos e compriendendo-se no numero dos recruta tomem somente os mal feitores sem estabelecimentos ou officio e encarregalos [...] contando que fossem capazes de pegarem em armas, e suficiente p^a o recrutada tropa paga, o que tudo que se mostra da copia de N^o. S.¹⁵⁹

Não só tropa e soldados bastariam, pois deveria manter uma ligação dieta interna entre o Rio de Janeiro passando por Goiás e chegando ao Grão Pará. No governo de D. Francisco de Assis Mascarenhas, que além de fomentar a navegação, também fez abrir estrada para transitar os correios que vinha do Rio de Janeiro em direção ao Grão Pará dando providência para seguirem sem embargos. A distância percorrida na estrada do Correio do Rio Janeiro para o Grão-Pará era a seguinte: do Rio de Janeiro a Arrendidos 201 léguas, daí até Cavalcante era de 40 léguas e deste ponto até Porto Nacional eram de 78 léguas¹⁶⁰. Goiás no período do Reinado de D. João VI no Brasil passou a figurar como ponto estratégico de

¹⁵⁹ Carta do ouvidor-geral de Goiás, Antonio Liz, ao príncipe regente [D. João], sobre a ordem passada pelo governador e capitão-general de Goiás, Tristão da Cunha de Meneses, para se fazer uma diligência para o recrutamento de soldados para comporem a Tropa Paga, em socorro do Grão-Pará. Vila Boa 18 de outubro de 1799. AHU. Goiás. Doc. 2489. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 04.

¹⁶⁰ TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. 2. ed. Goiânia; Ed. da UFG, 1988, p. 138.

comunicação e defesa, mas sem muita atuação a não ser o envio de recursos financeiros a Mato Grosso e o constante interesse em manter comunicação com o Grão Pará via Rio Tocantins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou focar as ações políticas do Império Atlântico Português em relação a Goiás não só em seus aspectos internos envolvidos nas políticas somente da Capitania goiana e não enxergando Goiás como se tivesse apenas aspectos próprios como parte separada de um contexto. Ao longo dessa pesquisa procurou-se demonstrar que Goiás esteve envolvido nos aspectos da dinâmica Imperial Portuguesa não só como produtor de ouro, mas como defensor do território imperial português.

Portugal a partir do fim da União Ibérica passou a conduzir a construção de um império Atlântico e o Brasil passou a figurar como a melhor parte de todo o império português. Observou-se que o Brasil era tido como ponto principal e de muita importância estratégica. Os políticos daquela época argumentavam que Portugal deveria não só manter, bem como expandir o território português na América e para isso era preciso defender os limites brasileiros das invasões estrangeiras, já que era o bem mais precioso de Portugal.

Orientado por essa política Portugal passou a se expandir e anexar territórios a seus domínios avançando para o centro da América. No entanto, havia a necessidade de legitimar os territórios ocupados, por isso Portugal procurou estabelecer acordos diplomáticos com a Espanha em substituição ao de Tordesilhas que não era compatível com o projeto expansionista.

Vários acordos foram assinados a partir da segunda metade do século XVIII e o substituto do Tratado de Tordesilhas foi o Tratado de Madri de 1750; foi com ele que o Brasil ganhou contornos definitivos e anexou grande quantidade de territórios, principalmente a oeste e norte, legitimando a zona aurífera de Goiás e Mato Grosso. Esse tratado foi questionado e outros foram assinados como o de Santo Ildefonso de 1777 e o de Badajoz, 1801. Em meio a esses acordos diplomáticos várias foram as disputas entre os espanhóis e portugueses as quais, exigiram o aparelhamento das fronteiras e a ocupação de tais territórios.

Dentro desse contexto estavam as minas de Goiás e Mato Grosso descobertas no início do século XVIII. O governo de Portugal durante a primeira metade do século XVIII passou a tomar medidas para a ocupação e anexação dessa minas,

primordiais em seu projeto de império. É fundamental destacar a criação de uma estrutura administrativa para a fixação dos mineradores e povoação em um território distante do litoral, antes mesmo da assinatura do Tratado de Madri. Para tanto foi criada uma prelazia em Goiás e uma em Mato Grosso, demonstrando uma política que envolvera o Vaticano, tamanha era a importância desses territórios para a coroa portuguesa. A ocupação de tais territórios facilitou a negociação no Tratado de Madri.

Mesmo com a ocupação houve a necessidade de defender as fronteiras do Império Português. No que tange ao centro e oeste do território português na América foi necessário fazer a defesa desses territórios muito distantes do litoral, pois além de serem frágeis e muito extensos, havia muitos rios que serviam de portas abertas para a penetração de estrangeiros sendo facilmente ocupados. Portanto, houve a necessidade de Goiás fazer o suporte as minas do Mato Grosso com tropas e ouro e ao mesmo tempo defender a Bacia do Rio Tocantins que para a coroa era ponto estratégico na defesa e ocupação do centro e oeste do Brasil.

Nota-se que Goiás quando solicitado enviou tropas e ouro para a defesa de Mato Grosso e a Capitania do Pará com tropas e ainda serviu de caminho por terra às duas capitanias fronteiriças.

Finalmente, convém considerar que a não participação goiana nas fortificações acarretaria um prejuízo incalculável para o expansionismo português na América já que com os recursos de Mato Grosso não iriam conter tão fortes avanços. Com informações a respeito das minas do Brasil e suas riquezas haveria certamente uma tentativa de invasão pelos espanhóis e sendo uma região central do Brasil Goiás confirmou-se como uma capitania importante para a unidade e de interesse ao expansionismo português na América. Figurando em todo esse jogo político envolvendo os acontecimentos europeus e na América Goiás não só produziu ouro para o mercado externo, mas também participou de modo importante na conjuntura política expansionista portuguesa na América e, conseqüentemente, na formação das fronteiras do Brasil.

Esta pesquisa não esgota o assunto e há ainda a necessidade de estudo mais aprofundado no que tange aos aspectos do uso das nações de silvícolas na defesa da fronteira e na povoação dos territórios das minas do Mato Grosso e Goiás. Há também a necessidade de estudar a relação entre os governadores de Mato Grosso,

Pará e Goiás em outros relacionamentos econômicos e as políticas envolvendo a ocupação e negociação dos territórios das capitâneas. Portanto os estudos regionais ainda requerem novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Convênio Sudeco/Governo de Goiás. 1979.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentin. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e Questão Colonial na crise do antigo regime Português*. Porto – Portugal: Ed. Edições Afrontamento, 1993.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. 2.ed. São Paulo: Ed. UNB. 1995.

BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. 2.ed. São Paulo: Ed. Alameda, 2005.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, 2007.

BOXER, Charles C. *O Império Colonial Português (1415 – 1825)*. São Paulo: Ed. Edições 70, 1981.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CHAIM, Marivone Matos. *Sociedade Colonial 1749 – 1822*. Goiânia. Editora da Secretaria da Cultura (Brasília) Ministério da Cultura, Instituto Nacional do Livro – Pró Memórias, 1987.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. (Coleção Cultural Brasileira séries “estudos”) Rio de Janeiro: Ed. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, 1969.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *O Tratado de Madri. Tomo I e Tomo II*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.

Dicionário de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986.

Dicionário de Filosofia, Edições 70, Lisboa Portugal, 1983.

FERREIRA, Mário Clemente. *O Mapa das Cortes e o tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia*. *Varia hist.* v.23 n.37 Belo Horizonte jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso dia 08/04/2011.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Bicalho. GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2010.

FUNES, Eurípedes Antonio. *Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração a agropecuária*. Goiânia: Editora UFG, 1986.

GALLI, Ubirajara. *A História da mineração em Goiás: do séc. XVII às lavras do séc. XXI*. Goiânia: Ed da UCG, contato Comunicação, 2005.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz uma província do sertão*. Goiânia: Ed. Cânone Editorial/ Editora PUC-Goiás, 2010.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUEDES, Max Justo. *A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII*. In. *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1997.

GUERREIRO, Inácio. *As demarcações segundo o tratado de Santo Ildefonso de 1777*. In. *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

_____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. I A época Colonial.* V.1. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1989.

_____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. I A época Colonial.* V.2. Administração Economia, Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1985.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes, in, T.M.Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V.S. Dutra (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49. Disponível em: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998.pdf . acesso 10/02/2011.

MACHADO, Lia Osório. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.* Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf>. Acessado em: 10/02/2011.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798 – 1822.* Rio de Janeiro: Ed. Sete Letras, 1994.

MARQUES. A. H. Oliveira. *História de Portugal.* V. II. 10ª ed.. Lisboa, PO. Ed. Palas Editores. 1984.

MARQUES. João Francisco. *A utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração.* Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10551.pdf>, Acessado em: 10/02/2011.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e outros Malandros (ensaios tropicais).* São Paulo: Ed. Paz e Terra 1999.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rio Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Xerox do Brasil, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Territórios e História no Brasil.* São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *O Tráfico de escravos para o Brasil no século XVIII*, in, *Revista Brasileira do Caribe: Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil/Universidade Federal de Goiás*, v. VIII, nº 15, (jul./dez).

_____. *Quis ut deus. As irmandades de São Miguel e Almas na Capitania de Goiás*. In: FREDRIGO, F.; OLIVEIRA, F.; SALOMON, M. (Orgs.). *Escritas da história: política, identidades e imaginários*. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p. 55-74.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777 – 1808*. 6ª Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.

NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Ed. Spala, Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822; estrutura e conjuntura em uma Capitania de Minas*. 4.ed. Editora UCG, 1994.

_____. *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

_____. LEDONIAS, Franco Garcia. AMADO, Janaina. *História de Goiás em Documentos. tomo I colônia*. Goiânia: Ed. UFG, 1995.

PEREGALI, Enrique. *Como o Brasil Ficou Assim? Formação das fronteiras e tratados dos limites*. São Paulo: Ed. Global, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 24.ed São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1996.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *“Todo o Bem que a velha tem”*: o Brasil no pensamento diplomático português do séc. XVIII. Coleção Rumos da História. Vitória (ES) PPGHis, 2005.

SARAIVA José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Coleção Saber editora. Publicações Europa-América, 1979.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. MYRUP, Erik Lars (coord.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru, SP: EDUSC. 2009.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Editora Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadista Luso-brasileiros na crise do antigo Regime Português (1750 – 1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Colemar Natal e. *História de Goiás*. Goiânia: IGL: AGEPEL, 2002.

SILVA, Jovan Vilela da, *O antemural de todo o interior do Brasil – a fronteira possível*, in, Territórios e fronteiras, v. 3, n. 2, jul./dez. 2002 UFMT.

SILVA, José Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas: subsídio eclesiástico para história de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. 2.ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

TENGARRINHA, José. (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: Ed. EDUSP; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719 – 1819*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

_____. *Entradas e Bandeira*. São Paulo: Ed. Global. 1994.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FONTES

Projeto Barão do Rio Branco:

Catálogo dos verbetes dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino Lisboa – Portugal (1731 - 1822). Ministério da Cultura, Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil-Central.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei d. João V. Lisboa 10 de abril de 1745. AHU. Goiás. Doc. 264. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 01.

Ofício do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo mapa do rendimento das Casas de Fundição de Goiás em 1776 e do ouro enviado em socorro a Mato Grosso, de 18 de junho de 1777. Vila Boa de Goiás. AHU. Goiás. Doc. 1879. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 03.

Aviso do [secretário de estado da Fazenda Real e presidente do Erário Régio], D. Rodrigo de Souza Coutinho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre as desvantagens da aplicação do sistema de entrega anual de doze arrobas de ouro de Goiás a Capitania de Mato Grosso e aconselhando a verificação da entrega do dinheiro pelos pagadores da Marinha. Lisboa 22 de julho de 1803. AHU. Goiás. Doc. 2682. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 05.

Carta do ouvidor-geral de Goiás, Antonio Liz, ao príncipe regente [D. João], sobre a ordem passada pelo governador e capitão-general de Goiás, Tristão da Cunha de Meneses, para se fazer uma diligência para o recrutamento de soldados para comporem a Tropa Paga, em socorro do Grão-Pará. Vila Boa 18 de outubro de 1799. AHU. Goiás. Doc. 2489. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Cd. 04.

Arquivo Histórico Estadual:

Carta Régia de 7 de junho de 1757. O Rei ordena que o conde de São Miguel Governador de Goiás de assistência ao Governador de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura, no que se fizer necessário, empreendendo o ouro até mesmo dos reais quintos. Livro de Alvará e Provisões e cartas Régias do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Correspondência do Governador de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza ao Governador de Goiás João Manuel de Mello. Pedindo a arremessa de oito arrobas de ouro para a construção da Fortaleza da Conceição e da Casa de Fundição a 24 de janeiro de 1769. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Caixa avulsa: 001 pacote 4, 1731 a 1769.

Correspondência do Governador de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza ao Governador de Goiás João Manuel de Mello. Pedindo a arremessa de oito arrobas de ouro para a construção da Fortaleza da Conceição e da Casa de Fundição a 24 de janeiro de 1769. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Caixa avulsa: 001 pacote 4, 1731 a 1769.

Comunicado de 13 de outubro de 1772 do Maior Vereador de São Paulo para o Governador de Goiás José de Almeida Vasconcelos e Sobral: sobre a existência de um movimento espanhol com pretensões de invasão do Mato Grosso. Caixa avulsa 002 pacote: nº. 01 de 1770 – 1778. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.